

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

TIAGO CARLOS LIMA DO NASCIMENTO

O Caminho para as secas: As imigrações para o Semiárido Setentrional

Natal
2015

TIAGO CARLOS LIMA DO NASCIMENTO

O Caminho para as secas: As imigrações para o Semiárido Setentrional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia do Departamento de Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Demografia.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional

Orientador: Ricardo Ojima

Natal
2015

TIAGO CARLOS LIMA DO NASCIMENTO

O Caminho para as secas: As imigrações para o Semiárido Setentrional

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Demografia do Departamento de Ciências Atuariais, Centro de Ciências Exatas e da Terra da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Demografia.

Prof. Dr. Ricardo Ojima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Presidente)

Prof. Dr. Wilson Fusco
Fundação Joaquim Nabuco

Prof. Dr. Flávio Henrique Miranda de Araújo Freire
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Aprovado em:
Local de defesa:

O Caminho para as secas: As imigrações para o Semiárido Setentrional

RESUMO

A região Nordeste do Brasil foi, historicamente, uma região expulsora de sua população, tendo como fatores que motivaram estes padrões de mobilidade, o rigor climático das estiagens sazonais da região semiárida, atrelado a condições de vida precárias e um baixo IDH. Estes seriam os fatores que causariam a expressiva emigração na região em direção ao Sul/Sudeste do país. Contudo, o Nordeste vem mudando o seu papel atuante no contexto migratório nacional. As UF's do Nordeste vêm apresentando uma diminuição em suas taxas de emigração e um aumento em suas taxas de imigração, indicando as novas tendências nos fluxos migratórios brasileiros através da maior participação da migração de retorno.

Considerando que as novas formas de distribuição da população ocorrem de forma dialética com os contextos da reestruturação produtiva no Nordeste que vem tomando diferentes formas nas décadas recentes, concomitante ao aumento do retorno migratório e maior participação de seus efeitos indiretos nos fluxos em direção ao Nordeste, buscamos nesta pesquisa analisar os fluxos de migração no Semiárido Setentrional para identificar e reconhecer os novos papéis que as cidades do sertão estão desempenhando como espaços de atração populacional no Semiárido Setentrional que possui uma dinâmica migratória própria e desponta com espaços de atração e de rotatividade migratória que polarizam os fluxos regionalmente. Desta forma o Semiárido Setentrional possui esta atratividade migratória diretamente ligada ao processo de urbanização que a região vem passando e com o aumento das migrações em curta distância. A fim de realizar esta análise, analisamos as características individuais dos migrantes que possuem especificidades entre as tipologias de migrantes diretos, migrantes retornados e populações não migrantes, indicando que apesar do contexto de desigualdades sociais ainda ser evidente no Semiárido Setentrional, os seus imigrantes se caracterizam com melhores indicadores sociais que os emigrantes tradicionais da região. O aumento na participação dos grupos migrantes mais velhos, maior proporção de mulheres migrantes, e o aumento no grau de escolarização são elementos que nos auxiliam a compreender este novo contexto migratório e o papel destes migrantes nos novos contextos de produção e de investimento em políticas públicas que o Semiárido Setentrional vem passando.

Palavras-chave: Sertão, Urbanização, Imigração, Crescimento Populacional, Seletividade Migratória.

ABSTRACT

Brazilian Northeast region has historically had a massive process of emigration, which has been caused by semiarid rigorous droughts, tied to poor living conditions and low HDI. These are the factors that could explain this significant mobility pattern towards the South and Southeast of the country. However, the Northeast has been modifying its role in the national migration context. The region's states have presented, in recent years, decreasing emigration rates and increasing immigration rates, which indicates new patterns of Brazilian migration flows through a greater importance of return migration. Taking into account that the new patterns of population distribution are dialectally correlated to the productive restructuring contexts in the Northeast, which have been undertaking different shapes lately, at the same time that we verify increasing return migration into the area, we look forward to analyzing the Northern Semiarid flows in order to identify and recognize the new roles of the cities in this region as spaces of population attraction in the Northeast, which has a singular migration dynamic and emerges as a locus of pull and turnover spaces that polarize the flows regionally. In this sense, the Northern Semiarid has had a migration attractiveness directly linked to the urbanization process that has taken place in the region, as well as to the boosting of short-distance migration flows. In order to develop this research, we analyzed individual migrant characteristics that are singular in relation to what is commonly attributed to certain migrant typologies, such as direct migrants, return migrants and non-immigrant populations. This indicates that, despite the region general inequality context, the Northern Semiarid migrants hold better social indicators than the other traditional emigrants in the area. The increasing share of older and female migrant groups, as well as raising school enrollment rates, are elements that help us to understand this new migration context and the recent roles undertaken by migrants in a moment of increasing public policies' investments in the Northern Semiarid.

Keywords: Sertão; Urbanization; Immigration; Population Growth; Migratory Selectivity.

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	1
2.	A MIGRAÇÃO ATRAVÉS DA HISTÓRIA: A REVISÃO DE UM CONCEITO.....	6
2.1.	AS PRIMEIRAS ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	7
2.2.	A ABORDAGEM DA ECONOMIA POLÍTICA NO BRASIL.....	11
2.3.	POR UMA COMPREENSÃO MAIS AMPLA DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA 14	
3.	A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL E O NOVO CONTEXTO MIGRATÓRIO..	18
3.1.	OS ESPAÇOS DA MIGRAÇÃO.....	19
3.2.	O NORDESTE.....	23
3.2.1.	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO NORDESTE.....	24
3.2.2.	O NORDESTE DA MIGRAÇÃO.....	25
3.2.3.	AS MIGRAÇÕES ATUAIS NO NORDESTE.....	28
3.3	AS NOVAS TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS DO NORDESTE.....	30
3.3.1	A MIGRAÇÃO DE RETORNO: A VOLTA PARA CASA.....	32
3.3.2	OS EFEITOS INDIRETOS DA MIGRAÇÃO DE RETORNO.....	35
3.3.3.	OS EFEITOS INDIRETOS DA MIGRAÇÃO DE RETORNO NO NORDESTE 38	
4.	O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL EM SEU CONTEXTO MIGRATÓRIO NACIONAL.....	42
4.1.	CARACTERIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL.....	42
4.2.	O PROCESSO INVESTIGATIVO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL.....	45
4.3.	A POPULAÇÃO DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL.....	46
4.3.1	AS TIPOLOGIAS DAS POPULAÇÕES.....	50
4.4	AS MIGRAÇÕES NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL.....	53
4.4.1	IMIGRAÇÃO NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL E URBANIZAÇÃO.....	54
4.4.1.1	A MIGRAÇÃO DE NÃO NATURAIS.....	55

4.4.1.2	MIGRAÇÃO DE RETORNO NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL.....	61
4.5	AS DISTÂNCIAS DA MIGRAÇÃO: FLUXOS INTERREGIONAIS E INTRARREGIONAIS.....	68
5.	OS PERFIS DE SELETIVIDADE.....	70
5.1.	COMPOSIÇÃO POR SEXO E IDADE.....	71
5.2.	GRAU DE ESCOLARIDADE.....	76
5.3.	RENDA.....	79
5.4.	ESTADO E AS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	82
5.5.	CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PERFIS DE SELETIVIDADE.....	86
6.	EFEITOS E ESPECIFICIDADES DA MIGRAÇÃO NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL.....	87
6.1	CRESCIMENTO POPULACIONAL E MIGRAÇÃO NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL.....	87
6.2.	FLUXOS DE MIGRAÇÃO E AS CIDADES MÉDIAS NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL.....	92
7.	CONCLUSÕES.....	100
8.	REFERÊNCIAS.....	106

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe pelo apoio e confiança em todos esses anos, sem ela esse trabalho não seria possível.

Aos professores do PPGDem pelas importantes trocas de conhecimento em sala de aula, nas reuniões dos projetos de pesquisa, nas mesas de discussão dos eventos e nos oportunos momentos em que nos reunimos para tomar uma cervejinha. Um agradecimento mais especial aos professores Flávio Freire e Moisés Aguirre pela amizade, paciência e palavras de incentivo que foram muito valiosas para manter o foco e não desistir.

Uma especial atenção aos amigos Fernando Heltai e Daniel Nomizo que foram um alicerce nos períodos mais difíceis e sempre estiveram a disposição para ouvir pacientemente as aflições da vida acadêmica.

Aos amigos de longa data, Kley, Baltazar, Henrique, Rafael, Kiev, Graciliano, Juciano e Gustavo pelo estímulo por todos esses anos.

Aos amigos da corrida Alice, Christiane e Camilla por todo o carinho e preocupação dedicados a mim. Uma menção mais especial a Ilana pela companhia e apoio nestes últimos 10 anos da minha vida, pessoa a qual eu tenho um enorme débito, além das pacientes revisões dos meus textos.

Aos professores Celso e Fransualdo que me estimularam a entrar na vida acadêmica, sendo meus primeiros mestres, os quais nutro profunda admiração. E também aos amigos da Geografia: Rafael, Fernanda, Ralyne, Curioso, Leônidas e Luciana que foram fonte de estímulo e exemplo para mim, e futuramente, espero ter o prazer de trabalhar novamente com vocês.

Cabe deixar os agradecimentos aos professores que colaboraram diretamente com esta pesquisa: Alisson Barbieri, Fausto Brito, Irineu Rigotti, Wilson Fusco, Dimitri Fazito e o Zé Alberto, os quais tive a oportunidade de conversar no Cedeplar/UFMG e/ou nos eventos e deram importantes colaborações a este trabalho. Meus agradecimentos também a professora Paula Ribeiro pela calorosa recepção num dos momentos críticos dessa pesquisa.

Aos meus novos amigos que me receberam muito bem em Belo Horizonte e amorteceram qualquer impacto emocional que eu poderia sentir nesta nova fase da minha vida. Crislaine, Edu, Jordana, Júlia, Michelle, Vanessa e Alan, muito obrigado pela companhia, sorrisos, conversas e almoços. A melhor coisa que tem em BH são vocês!

Aos meus colegas de Coorte que deram apoio nas dificuldades encontradas nesses dois anos de intenso trabalho e aprendizado: Karol, Eliana, Bruno, Guilherme, Milagros, Mara,

Soledad, Priscila, Victor, William e Wilmara. Um agradecimento mais especial para o Felipe pelo apoio nos exercícios nestes dois últimos anos, e também pelos mapas desta dissertação.

Ao meu orientador Ricardo Ojima a minha gratidão por ter me guiado com sabedoria e uma paciência oriental. Através de seu apoio e sua presteza em responder e-mails rapidamente, os anos mais profícuos nas atividades de pesquisa. Sua orientação me possibilitou não apenas concluir este trabalho com tranquilidade e sem tensões, mas também concretizar meus objetivos na vida acadêmica.

Destaco também a fundamental importância da Fundação Capes pelo apoio financeiro e institucional que viabilizaram a concretização desta pesquisa.

1 INTRODUÇÃO.

O ato de migrar, isto é, o deslocamento de pessoas no espaço com o intuito de mudar o local de residência, possui uma ampla riqueza conceitual em diversos campos científicos e envolve uma vasta gama de abordagens teóricas interdisciplinares.

Em seu sentido mais objetivo, o migrante seria o indivíduo que muda de residência permanentemente entre unidades espaciais predefinidas (CARVALHO, RIGOTTI, 1998). Entre os diversos motivos, essa mudança permanente de residência seria causada por causas predominantemente econômicas devido às disparidades entre os espaços de origem e destino (LEE, 1966).

Para compreender o conceito de migração é necessária uma análise que perpassa pelos autores clássicos sobre o tema e destaque a importância dos processos urbanos e das relações de trabalho para se compreender as etapas migratórias dos indivíduos entre o local de origem e o local de destino, e suas especificidades nos perfis de seletividade migratória (RAVENSTEIN, 1885; LEE, 1966). Os fluxos migratórios possuem uma tendência em formar correntes que se direcionam para os grandes centros urbanos, e também contracorrentes compostas pela população migrante que não conseguiu se estabelecer no local de destino e reemigraria para o seu local de origem (LEE, 1966; GMELCH, 1980). Deste modo, a partir deste conjunto de ideias iniciais que relacionam a migração em direção aos centros urbanos e as consequências desta mobilidade populacional, buscaremos compreender os fluxos migratórios que envolvem os municípios do Semiárido Setentrional em seu contexto nacional no período referente à 2005/2010.

A região Nordeste do Brasil estende-se por mais de 1.542.000 km² e se caracteriza como uma região geográfica composta por um conjunto de fatores sociais e ambientais heterogêneos e distintos das demais regiões do Brasil em seu clima, relevo e hidrografia. No meio biológico com uma diversidade em sua fauna e flora. E também, a organização social dada pelo homem. Dentro desta diversidade, surge a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária que se complementam economicamente, mas que política e socialmente se contrapõem: O Nordeste da cana de açúcar e o Nordeste do gado (ANDRADE, 2011). Construindo assim a dualidade e complementaridade entre o Nordeste seco da pecuária em sua hinterlândia, predominante no Semiárido, e o Nordeste da zona da mata, produtor de açúcar no litoral.

O Nordeste manteve a sua robustez econômica baseada na produção da cana de açúcar. A economia açucareira por sua vez, resistiu por mais de três séculos às mais prolongadas depressões, conseguindo recuperar-se sempre que as condições do mercado externo assim o permitiam, sem sofrer nenhuma mudança estrutural significativa (FURTADO, 2005). A estrutura social na qual se baseava a produção açucareira por sua vez consistia na exploração da força de trabalho camponesa e escrava. Os trabalhadores não possuíam condições dignas de vida e seu trabalho nas lavouras da cana não era suficiente para garantir a sua subsistência e de sua família (ANDRADE, 2011). Nesta relação de trabalho merece destaque a participação do uso da força de trabalho escrava que consistia numa mão de obra migrante que no período de 1854 a 1872 apenas o Nordeste açucareiro concentrava 50% de toda a população escrava do Brasil (BAENINGER, 2012), contudo, a distribuição populacional dessa força de trabalho escrava ocorria desigualmente no território nordestino, concentrando-se nas atuais UF's do Sergipe e de Pernambuco, onde a exploração da cana de açúcar ocorria de forma mais intensa (ANDRADE, 2011). A pecuária por sua vez surgiu como uma atividade complementar da produção da cana de açúcar na hinterlândia do Nordeste, em sua região semiárida. Apesar de sua exportação não ser representativa, a pecuária provia o Nordeste açucareiro com alimentos, animais de tração para o transporte e refino da cana, e couro para exportação (ANDRADE, 2011; FURTADO, 2005).

Dessa forma podemos observar que o Nordeste se caracterizou historicamente como uma região de relativo dinamismo econômico. E que mesmo em condições ambientais adversas, a população conseguiu lograr êxito em se reproduzir socialmente e economicamente na região (AB'SÁBER, 1999; CASTRO, 2010). Neste período a região Nordeste tinha uma maior capacidade de concentrar e absorver a população para explorar a sua força de trabalho, e com a expansão do café no Sudeste do país e a estagnação da cana de açúcar, a região nordestina começou a perder sua população para os centros com maior dinamismo (FURTADO, 1983). Essas mudanças que ocorreram a partir do período de 1890 foi uma das primeiras mudanças nos padrões dos fluxos migratórios do Nordeste.

O processo de estagnação se deu com a redução da renda real resultante, causada pelos baixos preços de exportação da cana numa região agrícola onde a terra é escassa, o que afeta diretamente a oferta de alimentos porque as terras que poderiam ser utilizadas para a produção de alimentos são utilizadas para produzir artigos para exportação (FURTADO, 2005; CASTRO, 2010). E como a região de produção pecuária permitia à população se alimentar dos mesmos produtos que exportava, ou seja, as condições de alimentação eram melhores na

economia de baixa produtividade no Semiárido, intensificaram-se as migrações do litoral nordestino em direção a sua hinterlândia, justificando assim o contínuo crescimento populacional no Nordeste, mesmo no período de estagnação da cana de açúcar (FURTADO, 2005). Formando assim etapas migratórias distintas na região, fluxos que vão da zona da mata no litoral em direção aos espaços de produção da pecuária na região semiárida.

A partir de 1950 o sul do país passa a representar um mercado mais importante para o Nordeste (desconsiderando a Bahia), e a expansão agrícola em direção à Amazônia atrelada a disparidade dos níveis regionais de renda (FURTADO, 2005), foram os elementos que contribuíram para esta mudança no padrão dos fluxos migratórios no Nordeste, propiciando a alta emigração na região. A reflexão sobre esses processos sociais são fundamentais para compreendermos o Nordeste da alta emigração, numa perspectiva mais ampla que a simples visão determinista do rigor climático das secas como fator de expulsão de população. A população sertaneja já se encontrava adaptada às estiagens sazonais, sendo apenas as grandes secas que ocorrem em intervalos de 30 anos os fatores climáticos extremos que causariam intensos fluxos de emigração na região (CASTRO, 2010).

O processo de industrialização e intensa urbanização que se desenvolveu no Sudeste do país, tendo como marca o ano de 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superara a renda da agricultura, modificando não somente o custo da força de trabalho, mas alterando também a estrutura da divisão social e territorial do trabalho no Brasil (OLIVEIRA, 2013; OLIVEIRA, 2008; SOUCHAUD, FUSCO, 2012). Nesse contexto de fragilidades sociais e ambientais na própria região Nordeste, o surgimento de novas oportunidades geradas através das novas demandas de trabalho no Sudeste (BARBIERI, 2011), causaram intensos fluxos de emigração da população nordestina em direção ao Sudeste do Brasil, dentro de um contexto de expulsão mais complexo e amplo que a justificativa determinista da seca na região. Esse padrão de alta emigração no nordeste se manteve crescente até a década de 70. Nos dados do Censo Demográfico de 1980 pode-se verificar uma diminuição dos fluxos de saída de população na região Nordeste e o aumento da migração de retorno (RIBEIRO, CARVALHO, WONG, 1996). Dessa forma, o Nordeste que, historicamente, é um fornecedor de força de trabalho para as demais regiões brasileiras, começa a apresentar uma recuperação nos saldos migratórios negativos observados em décadas anteriores (BAPTISTA, CAMPOS, RIGOTTI, 2012).

Este novo padrão de maior retorno nos fluxos migratórios que envolvem a região Nordeste com as demais regiões do país está relacionado aos processos de reestruturação

produtiva que estão ocorrendo no Brasil. Através da descentralização das empresas, centros industriais e polos tecnológicos nos grandes centros (BENKO, 1999), e no caso brasileiro destaca-se a região Sudeste que vem perdendo a sua capacidade de concentração econômica e populacional, e no contexto dos deslocamentos populacionais, já experimentam uma redução em seus volumes de imigrantes (BAENINGER, 2012). Neste mesmo contexto, a região Nordeste que através de parcerias entre o capital público e privado sob a intervenção da SUDENE, foram estimuladas novas estruturas de empresas e indústrias prezando o desenvolvimento econômico e social da região (ARAÚJO, 2000; SILVA, 2009). Esses novos processos de industrialização e urbanização no Nordeste, ainda que incipientes, são macroprocessos sociais e econômicos que influenciam as direções dos fluxos migratórios gerados por estas novas oportunidades de trabalho na região. Estes, por sua vez, modificam o perfil seletivo deste novo tipo de migrante que não é mais o pobre trabalhador rural que migra em busca de trabalho. Essas novas oportunidades de trabalho geradas em conjunto com os programas de transferência de renda, estimulam a permanência da população (OJIMA; COSTA; CALIXTA, 2014), descaracterizando os processos de grandes volumes emigratórios para as outras regiões brasileiras em busca de trabalho, promovendo uma maior retenção da população nordestina em seu próprio território que pode ser observado na diminuição nos seus saldos migratórios negativos.

Com base neste contexto, objetivamos analisar as trocas migratórias dos municípios do Semiárido Setentrional com os demais municípios do Brasil. Para isto, faz-se necessário elaborar uma análise multiescalar dos fluxos migratórios que envolvem o Nordeste e suas novas tendências migratórias no contexto nacional. Num primeiro momento serão analisados os elementos que contribuem para o arrefecimento nas taxas negativas de migração do Nordeste. Desta forma, a migração de retorno e seus efeitos indiretos são os processos que possuem maior capacidade explicativa para compreendermos este novo padrão, através da mensuração e reconhecimento do perfil seletivo do migrante retornado. Ou seja, analisando os emigrantes nordestinos que estabeleceram domicílio em outras regiões do Brasil e posteriormente retornaram para residir em algum município da região Nordeste será possível compreender este novo padrão migratório que envolve a região. Para podermos depreender este fenômeno migratório de uma maneira mais ampla, os ciclos de vida dos migrantes retornados e sua estrutura familiar construída ao longo de suas etapas migratórias podem nos auxiliar a compreender os efeitos indiretos da migração de retorno, que são os migrantes não nordestinos que migram para o nordeste devido a influência de algum migrante retornado.

Objetivamos conhecer a mudança no padrão migratório do Nordeste e o perfil seletivo dos retornados que estão chegando à região.

Num segundo momento, após considerar os *inputs* de imigrantes retornados no Nordeste e seus efeitos indiretos, analisaremos as trocas migratórias do Semiárido Setentrional. Esta é a região com os maiores índices de subdesenvolvimento do Nordeste, e afligidos por estiagens sazonais mais graves. Deste modo, após a consideração que o processo de reestruturação produtiva tem ocorrido no Nordeste, identificaremos os espaços de migração do Semiárido Setentrional, analisando os espaços de atração, repulsão e rotatividade migratória no recorte citado, com maior ênfase na atração populacional. Pretende-se, assim, evidenciar que o Semiárido Setentrional não é uma região apenas expulsora de sua população, mas que possui uma dinâmica e perfis de seletividade migratória próprios, que se mostrará no desenvolvimento desta pesquisa, e com novos espaços de atração populacional de perfis específicos de migrantes que atendem a demanda por força de trabalho das novas economias que despontam na região.

Com esta análise será possível identificar as especificidades da mudança nos padrões migratórios nordestinos e brasileiro, e também identificar os espaços de migração do Semiárido Setentrional no contexto de sua dinâmica migratória com seus novos processos de urbanização. Em seguida, identificar os perfis de seletividade entre as populações: não migrante, migrantes diretos e migrantes retornados e retornados de curto prazo no Semiárido Setentrional. Analisando esses perfis, poderemos compreender a influência das relações de produção e das políticas públicas implantadas com seus efeitos nos fluxos migratórios e os impactos demográficos nos pequenos municípios da região.

As informações utilizadas sobre os migrantes de retorno nordestinos e os migrantes do Semiárido Setentrional, bem como as características individuais destes dois tipos de migrantes, são as informações de “data fixa” dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Deste modo, temos as informações de todos os fluxos migratórios ocorridos cinco anos antes da data de referência dos Censos Demográficos, trabalhando com o recorte temporal das migrações ocorridas nos interstícios de 1995/2000 e 2005/2010 para a migração de retorno no Nordeste, e o período de 2005/2010 para as migrações que envolvem o Semiárido Setentrional. Foi utilizado o Censo Demográfico de 2010 para obter as informações sobre sexo, idade, renda escolaridade e benefício dos programas de transferência de renda. Estas variáveis sociodemográficas foram utilizadas para compreendermos os novos perfis de seletividade no Semiárido Setentrional.

Através da análise do período referente aos Censos de 2000 e 2010, podemos analisar as mudanças das características diferenciadas dos padrões migratórios que se mantiveram até a década de 80 e começaram a se alterar em 1991 (CAMARANO, 1998). E com a análise das informações mais recentes, poderemos identificar as mudanças no padrão ocorridas nas migrações do Brasil, do Nordeste e do Semiárido Setentrional.

Com base neste arcabouço, perseguimos a hipótese que esta mudança de padrão nos fluxos migratórios nordestinos envolve uma maior participação da migração de retorno e seus efeitos indiretos nas trocas de população do Semiárido Setentrional. E estes migrantes ao retornarem, possuem um perfil de seletividade diferente dos emigrantes nordestinos das décadas passadas. O perfil do migrante nordestino retornado é que ele possui características em seu grau de escolarização e renda superiores à população não migrante e aos imigrantes diretos. O seu modo de vida, por sua vez, estaria ligado aos centros urbanos que despontam na região Nordeste através da reestruturação econômica e espacial.

Em relação às trocas populacionais no Semiárido Setentrional, busca-se reconhecer os fluxos de trocas, e a seletividade migratória destes migrantes. Perseguindo a hipótese que o seu perfil seletivo também indica um maior grau de escolarização e renda que a população não migrante no Semiárido Setentrional. Para isto, discutiremos o conceito de migração e as dimensões políticas, sociais e demográficas que envolvem o ato de migrar com o intuito de deixar claro qual o recorte de migração será utilizado, uma vez que para compreendê-lo em sua totalidade seria necessário levar em consideração o processo de produção espacial urbana e de mudanças demográficas.

2. A MIGRAÇÃO ATRAVÉS DA HISTÓRIA: A REVISÃO DE UM CONCEITO.

O ato de migrar é o deslocamento de indivíduos que residiam num determinado domicílio e passam a residir em outro domicílio num território diferente. Mais do que o simples conceito semântico do termo migração, busca-se compreender o conceito deste fenômeno através de uma perspectiva mais holística para que se torne possível realizar uma análise do fenômeno migratório em consonância com todos os processos sociais, culturais e demográficos que envolvem o ato de mudar de residência.

Deste modo, faz-se necessário uma releitura dos principais enfoques teóricos utilizados nos estudos migratórios a fim de elaborarmos uma reflexão consistente sobre o quê

é a migração no contexto social atual do Nordeste, e as relações macroestruturais que envolvem as trocas populacionais nesta região.

2.1. AS PRIMEIRAS ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A discussão epistemológica sobre migração, enquanto um conceito teórico-metodológico consistente surge no século XIX com o intenso processo de industrialização e com as mudanças no modo de produção capitalista. As novas formas de produção, circulação e consumo atreladas ao intenso processo de urbanização reestruturam os modos de vida da população europeia, condicionando assim novos processos de redistribuição populacional, suscitando diversos debates entre os estudiosos dessa época.

Os autores clássicos nos estudos sobre migração, ao iniciarem suas análises buscando compreender os processos de redistribuição da população que vinha ocorrendo na Europa durante o século XIX, questionaram-se sobre os motivos que levavam um indivíduo a abandonar seu local de residência habitual e estabelecer residência nos centros urbanos. Deste modo, buscavam compreender os motivos que causavam essa migração e qual a distinção entre a população que migrava e a que não migrava.

O trabalho de Ernst Georg Ravenstein em 1885 foi pioneiro nos estudos sobre migração ao conceituar e quantificar os fluxos de população nos condados do Reino Unido no momento em que ocorria a Revolução Industrial. Em seus estudos, ele analisava a relação tempo e espaço e os diferenciais da distância percorrida para realizar a migração. Abordava também as distinções dos fluxos de população nas áreas de fronteira e destacava a heterogeneidade populacional do Reino Unido. Ele observou que os fluxos de população ocorriam das regiões economicamente menos desenvolvidas em direção às mais desenvolvidas. A migração era considerada como um processo benéfico para o desenvolvimento social, uma vez que contribuía para o crescimento da modernização do Estado e também colaborava para a melhoria da qualidade de vida da população migrante que estabelecia residência nos grandes centros urbanos desenvolvidos ou em seu entorno. Através de uma análise processual observou-se que a migração não ocorria de forma direta, existiam diversas etapas migratórias entre o local de origem e o local de destino final dos migrantes em todos esses processos (RAVENSTEIN, 1885; LEE, 1966).

Deste modo, a migração apresentaria um caráter seletivo, onde as populações mais pobres que residiam nas áreas economicamente mais estagnadas migrariam em direção aos

centros industriais. Nestes locais eles encontrariam empregos no novo setor industrial que ofereceria aos trabalhadores rendimentos superiores ao que eles recebiam no local de origem. O efeito deste processo de redistribuição da população teria a função de equilibrar as diferenças entre os espaços que necessitavam de força de trabalho e os espaços que possuíam um efetivo populacional para atender a essa demanda. Esta realocação da população também reequilibraria os salários no território, permitindo uma ascensão social dos trabalhadores do campo. A migração estaria, então, vinculada a um processo de melhoras na condição de vida e de novas possibilidades de ganhos para a população em condições mais frágeis nas áreas rurais, atrelado a um padrão de consumo mais modernizado.

Assim, a discussão sobre a migração se manteve nesta perspectiva dual, que envolve a locomoção dos migrantes das áreas economicamente estagnadas em direção aos grandes centros do comércio e da indústria, espaços estes que poderiam receber esta população migrante como força de trabalho (LEE, 1966). Nesse período, os fluxos migratórios eram caracterizados por rotas bem definidas, formando correntes em direção aos centros urbanos, local para onde a maior parte da população migrava (LEE, 1966). Estas correntes migratórias, por sua vez, gerariam contracorrentes, a população que não conseguia se estabelecer no local de destino iria reemigrar em direção ao seu local de origem ou buscar melhores condições de vida em outro centro urbano maior. Os fluxos migratórios tenderiam a aumentar na medida em que as diferenças entre o rural e o urbano se tornam mais evidentes, e os filhos tidos nas áreas rurais já seriam treinados em ofícios para serem desenvolvidos nas áreas urbanas (LEE, 1966).

Para se analisar o sucesso da migração, isto é, se o indivíduo conseguiria se estabelecer definitivamente no local de destino, seriam levados em consideração os fatores positivos ou negativos encontrados nos locais de origem e destino do migrante. Elaborando um cálculo que viabilizasse a instalação do migrante no novo local ou que dificultariam a sua adaptação, para assim, decidir empreender o projeto migratório (LEE, 1966). Nesta abordagem, destaca-se o Espaço enquanto categoria analítica para se pensar quais características levam uma pessoa a emigrar de um local, e quais características espaciais atraem os migrantes.

Nesse contexto, temos uma dupla relação para se analisar a migração. Num primeiro momento, a busca por uma melhora em sua qualidade de vida, onde os indivíduos com uma menor renda migrariam em busca de melhores salários (RAVENSTEIN, 1885); e a relação espacial em que se destacam os fatores positivos e negativos entre os locais que envolvem a

migração (LEE, 1966). Construindo assim uma relação entre as características individuais dos migrantes e suas condições sociais individuais, e as características socioeconômicas encontradas nos espaços de imigração e emigração, que se constituiriam como importante elemento analítico dos fenômenos migratórios.

Nesta relação cabe destacar também a dimensão temporal do fenômeno migratório. Com os *booms* econômicos, nos momentos de maior prosperidade, o comércio e a indústria expandem-se rapidamente, atraindo assim fluxos migratórios para esses locais de dinamismo econômico. Em tempos de depressão muitos migrantes retornam para suas áreas de origem, provocando grandes fluxos de migração de retorno (LEE, 1966). Os migrantes temporários são também uma categoria importante, composto por trabalhadores itinerantes, eles se constituem num elemento flutuante em diversas populações, sendo mais comum nas grandes cidades (RAVENSTEIN, 1885). Apesar de não haver um consenso sobre quanto tempo de residência no local de destino é necessário para um indivíduo ser considerado um migrante, é importante destacar que a migração é um processo de deslocamento constante ao longo do tempo, ocorrendo em etapas ou estágios (LEE, 1966; RAVENSTEIN, 1885). Destacando a possibilidade de reemigrar ou do retorno migratório que a população migrante está sempre exposta.

Dentro desse contexto histórico, os estudos sobre migração possuíam um viés desenvolvimentista, que considerava a migração como uma estratégia para a melhoria na qualidade de vida do migrante. E em seus recortes analíticos destacavam-se a atração espacial exercida pelos grandes centros urbanos; e os contextos sociodemográficos que envolvem o ato de migrar; as distâncias percorridas durante as etapas migratórias, as longas ou curtas distâncias; a razão de sexo entre as populações migrantes; e as migrações em região de fronteira (RAVENSTEIN, 1885).

A discussão sobre o conceito de migração foi ampliada ao se inserir no debate a análise de novos processos, como o desenvolvimento tecnológico, os meios de produção das novas indústrias e o desenvolvimento dos transportes e seu impacto nos fluxos migratórios. Buscando ampliar o debate anterior, onde os motivos da migração seriam uma estratégia que os indivíduos encontram para melhorar a sua qualidade de vida (LEE, 1966), e encontravam novas complexidades nos fluxos migratórios com as mudanças nos meios de produção e desenvolvimento da técnica.

Essa melhoria de vida que os migrantes buscam, por sua vez, é tratada mais especificamente na forma do salário. Onde nos países subdesenvolvidos que apresentavam

maiores desigualdades regionais, principalmente entre o rural e o urbano (LEE, 1966; HARRIS, TODARO, 1970). A oportunidade de melhores salários se destaca como um forte motivador dos movimentos migratórios, especialmente nos países de industrialização tardia, onde os principais fluxos ocorrem em direção aos locais que possuem uma maior capacidade de oferecer melhores salários do que a disponibilidade encontrada no local de origem dos migrantes (HARRIS, TODARO, 1970). Reafirmando a ideia da migração como um processo de equilíbrio e estratégia utilizada para diminuir as desigualdades regionais existentes entre os espaços que envolvem a migração, e que nos países subdesenvolvidos possuem especificidades distintas daquelas encontradas nos países desenvolvidos.

Deste modo, estes enfoques preocupam-se em entender a migração através da definição dos fluxos de população no espaço e nas características dos grupos migrantes. Objetivando compreender os motivos que levam as populações a migrar, as características que influenciam e os processos migratórios nos locais de origem e no local de destino. No entanto, essa objetivação analítica impede a compreensão da migração como um processo social macroestrutural mais amplo.

Os fluxos de migração com o avanço da técnica e das formas de produção industriais ganharam maior complexidade. E nos países subdesenvolvidos a mudança estrutural no emprego e a transferência das atividades manufatureiras e de serviços do campo para a cidade, induziram um crescimento populacional nos centros industriais (SINGER, 1988) através de intensos fluxos migratórios. Com a marcada queda nas taxas de fecundidade total brasileira observada em 1968, que diferente da transição da fecundidade no início do século que possuía um ritmo de declínio compatível com a chamada “transição clássica”, a transição de 68 foi rápida, acarretando mudanças aceleradas na estrutura etária da população (RIOS NETO, 2000). Assim, atrelado aos impactos causados pela difusão de antibióticos e outras medidas que resultaram na redução da mortalidade infantil, as taxas de crescimento populacional elevaram-se (PAIVA, WAJNMAN, 2005). Através desta diminuição da mortalidade num primeiro momento e a redução da fecundidade que o precedeu, as taxas de crescimento populacional continuaram crescentes devido a inércia demográfica e a maior quantidade de tempo necessária para que essa queda na fecundidade pudesse ser observada nas taxas de crescimento e nas mudanças na estrutura etária da população.

Acompanhado o processo de urbanização, ocorreu um rápido crescimento de uma parcela da população que não se incorporava ao mercado de trabalho, mas ocupava-se de atividades tradicionais de baixa produtividade nos centros urbanos, excluída do mercado de

trabalho (PAIVA, WAJNMAN, 2005). Formando-se, assim, através de diversos efeitos que ocorreram em conjunto, os aglomerados populacionais nos centros urbanos dos países subdesenvolvidos.

Neste contexto de rápida transição demográfica e mudanças nos espaços urbanos, os fluxos migratórios nos países subdesenvolvidos adquiriram novas características. Isto ocorreu porque o processo histórico de desenvolvimento econômico em que as economias colonizadas são transformadas em economias industrializadas, que é um processo significativo uma vez que o desenvolvimento econômico encerra um período na história dos países em que ele ocorre e abre outro (SINGER, 1988). A migração do rural em direção ao urbano se intensifica como um resultado da dissolução das comunidades rurais pela expansão do sistema fundiário do complexo agroindustrial, tornando a força de trabalho móvel e forçando-os a migrar em direção às cidades em que estão sendo ampliadas nas novas estruturas econômicas (SINGER, 1988).

Nesta perspectiva, a migração passa a ser analisada não através da escala do indivíduo, onde a decisão de migrar se torna um cálculo em que o migrante realiza entre as vantagens e desvantagens entre os lugares de origem e destino para a sua vida ou a de sua família. A discussão é ampliada para a relação da migração com os processos sociais e econômicos em uma macroescala, destacando-se assim o debate sobre a economia política nos estudos sobre migração.

2.2. A ABORDAGEM DA ECONOMIA POLÍTICA NO BRASIL

A perspectiva teórica do materialismo histórico sobre as migrações se deu no Brasil ao final da década de 60, inicialmente proporcionando importantes contribuições teóricas aos estudos sobre o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos, elaborando assim críticas que denunciavam os mecanismos perversos da distribuição de recursos e das injustiças sociais intraurbanas (ABREU, 2002). Como a migração é um elemento fundamental para se compreender os processos urbanos e a formação das cidades brasileiras, seus estudos obtiveram importantes contribuições de autores com uma base teórica proveniente da economia política.

Nessa abordagem, as migrações internas são analisadas como o resultado de um processo global de mudanças, da divisão social do trabalho e da redistribuição espacial da

atividade industrial que se utiliza de uma aglomeração espacial para suprir sua necessidade de infraestrutura e serviços especializados, que uma vez constituído o sítio urbano, tenderá a atrair populações (SINGER, 1973). Dentro desse contexto de produção urbana nos países de industrialização tardia, a intensa urbanização que prezava um desenvolvimento industrial que gerava a transferência de atividades e de pessoas do campo para as cidades em que se localizavam esses centros industriais. Nos moldes capitalistas essa transferência de capital e de pessoas se dava em favor de algumas regiões no país, esvaziando as demais localidades e gerando desigualdades regionais. E estas desigualdades espaciais com privilégios aos grandes centros urbanos e industriais seriam os motores da migração interna neste período (SINGER, 1973).

Na perspectiva histórico-estruturalista, a população deixa de ser pensada como um dado e uma simples abstração numérica, ou como um campo de finalidades para as técnicas do governo que reagem inatamente às políticas urbanas implementadas (FOUCAULT, 2008), e passa a ser analisada dentro de um contexto de exclusão social das relações de produção urbanas. Na medida em que os grupos sociais interagem com estes processos urbanos, que afetam diretamente sua dinâmica demográfica, gerando desigualdades em diferentes relações de classes sociais, e mais especificamente, em diferentes situações nas relações de produção e no emprego da força de trabalho (MARX, 2011). Assim, as decisões individuais da migração são analisadas através da categoria analítica dos grupos sociais, e as decisões das migrações são definidas de acordo com as necessidades do capital em realocar espacialmente a força de trabalho, e não mais como uma simples decisão do indivíduo (BECKER, 2006; SINGER, 1973; MARX 2011).

A migração em seu conteúdo social não se trata apenas do percurso que as pessoas fazem pelo território. A mobilidade da população está ligada ao sentido da liberdade, ao direito de ir e vir, a possibilidade desse movimento, de circulação de coisas e de pessoas (FOUCAULT, 2008). As características que levam os grupos sociais a migrarem são, na realidade, as necessidades que o capital tem em realocar os seus espaços de produção, e conseqüentemente, as pessoas se viam forçadas a migrar para se realizarem como força de trabalho, isto é, para conseguirem empregos e manterem o seu modo de vida (MARX, 2011), tornando assim as migrações nos países subdesenvolvidos uma marca latente da desigualdade social que influencia diretamente os fluxos populacionais na relação entre a alocação espacial do capital e do trabalho.

Os estudos sobre migração através do enfoque histórico estruturalista deram importantes contribuições em suas análises sobre a urbanização, visto que esse processo no Brasil esteve ligado a expressivos fluxos populacionais. Esta intensa emigração em direção aos centros industriais esteve ligado a um processo de urbanização perverso, onde foram prejudicadas as relações das atividades manufatureiras da economia tradicional, bem como a destruição das práticas camponesas pelo processo de expropriação de terras. E através do fluxo destas pessoas, em conjunto com as altas taxas de crescimento populacional, foram gerados os aglomerados populacionais nos centros urbanos brasileiros onde havia uma necessidade por uma força de trabalho não qualificada e de baixo custo (SINGER, 1973; MARTINS, 1993). Através da leitura sobre a relação entre urbanização e migração, o enfoque histórico estruturalista permite elaborar uma análise crítica das articulações perversas que se desenvolvem nos processos de redistribuição da população.

Os processos que estimulavam a emigração compreendiam dois fatores: a mudança e a estagnação. Os fatores de mudança que decorrem da introdução de relações capitalistas que acarretam na expropriação de trabalhadores camponeses e a expulsão de seus agregados e parceiros que migravam para os grandes centros urbanos em busca de trabalho. E os fatores de estagnação que se manifestavam por uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que seriam limitadas pela insuficiência física de terras e pela monopolização dos grandes proprietários, sendo este caso as características que teriam influenciado as altas taxas e emigração no Nordeste a partir da década de 40 (SINGER, 1973). E como a economia capitalista não provia uma quantidade de empregos suficiente para os trabalhadores das cidades e a população migrava para esses centros, a economia urbana absorvia uma proporção reduzida de migrantes, permanecendo a maioria à margem da divisão social do trabalho, na não integração econômica, fora das organizações sociais e sem o direito de usufruir os serviços urbanos (SINGER, 1973).

A migração é, portanto, um processo social estrutural, onde a fluidez do capital irá interferir de forma direta e imediata na dinâmica demográfica e nas trocas populacionais de uma determinada localidade, modificando as suas relações sociais. O capital altera a forma com a qual as pessoas trabalham e a forma em que elas se envolvem socialmente e culturalmente. De forma desigual, a migração é um processo excludente em que a mobilidade da população é uma forma que o grande capital encontra para obter mais lucros através da exploração dessa massa de trabalhadores migrantes através de uma população que possa oferecer sua força de trabalho a baixos custos livremente em todo o território.

Contudo, a abordagem teórica do estruturalismo histórico vem perdendo sua capacidade explicativa aos pensarmos os fluxos migratórios atuais (OJIMA, 2012). A leitura do desenvolvimento do modo de produção capitalista moderno não possui mais a perspectiva dual dos estudos da economia política tradicional. A flexibilização das formas de produção em modelos menos concentradores e mais dispersos no espaço (HARVEY, 2010; GIDDENS, 1991), concomitante ao desenvolvimento da técnica e a implementação de novas tecnologias de informação (CASTELLS, 2013), tornaram os fluxos de capital e de população mais complexos, necessitando assim de novas perspectivas. Em contrapartida, os estudos mais tradicionais que se propuseram a analisar as migrações através de uma perspectiva mais ampla e complexa na leitura da economia política não permitiram que os estudos de base marxista se concretizassem em objetivar uma interdisciplinaridade plena que viabilizasse a observação dos processos migratórios em suas diversas características como um fenômeno social, econômico, político e demográfico. Deste modo, faz-se necessário realizar uma reflexão sobre os estudos migratórios que integre as características e motivações dos migrantes enquanto indivíduos, sua mensuração e definição dos seus fluxos (RAVENSTEIN, 1885; LEE, 1966; HARRIS, TODARO, 1970) e que possibilite também a compreensão da esfera mais ampla da migração como um fenômeno social, estruturante e estruturador dos modos de produção e da dinâmica demográfica (BRITO, 2006; MARTINS, 1986; MARX, 2011; SINGER, 1973).

2.3. POR UMA COMPREENSÃO MAIS AMPLA DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA

As migrações possuem características analíticas entre os grupos sociais e os indivíduos que a operam dialeticamente. O entendimento dessa relação é necessário para analisarmos a migração em seus diversos processos demográficos e sociais, simultaneamente (MASSEY et al, 1993). Desta forma, busca-se uma compreensão da interação entre as novas formas de produção e mudanças demográficas no território brasileiro para se compreender as mudanças que ocorrem nos fluxos de migração e no perfil dos migrantes.

No contexto atual, as migrações continuam a desempenhar um papel importante nas relações sociais brasileiras. Diferente do antigo padrão nas migrações internas, onde os fluxos migratórios eram representados por grandes volumes de população no tradicional eixo do Nordeste em direção ao Sudeste e Sul (OJIMA, 2012), as migrações atuais possuem novas configurações de origem e destino. O expressivo aumento do retorno e da rotatividade migratória definem outras configurações nas migrações brasileiras (BAENINGER, 2012) e

fenômenos como o aumento dos volumes de migração em direção às cidades médias (MATOS, 2013) são algumas características que tornam o desafio de compreender as migrações na atualidade mais complexo. Assim, seria necessário o entendimento da conformação desses novos fluxos e do perfil dos migrantes, e como essas características interagem entre si e com as estruturas espaciais nos locais de origem e destino.

Essas novas formas de mobilidade estão ligadas a uma série de processos. O avanço da técnica, a ampliação dos meios de mobilidade e comunicação formam novas complexidades na rede urbana brasileira, onde se destaca a importância das pequenas e médias cidades, que se articulam de forma mais intensa e sem influência direta do grande centro urbano (MARANDOLA, OJIMA, 2013). Nesse contexto, temos novos processos migratórios em direção às cidades médias, que dialogam com as novas formas de produção da urbanização brasileira. Através da leitura desses elementos, busca-se ampliar a abordagem teórico-metodológica sobre a migração com o intuito de dar conta da dimensão deste fenômeno no Nordeste.

Nos aglomerados metropolitanos, é observada uma tendência de maior crescimento nos municípios periféricos do que o crescimento identificado nas capitais, evidenciando um processo de inversão espacial do comando do crescimento demográfico metropolitano, acelerado por saldos negativos dos fluxos migratórios entre as capitais e os demais municípios metropolitanos (BRITO, 2009). Assim, faz-se necessário compreender os processos de reestruturação produtiva e suas relações com essas novas dinâmicas dos fluxos populacionais que surgiram principalmente a partir da década de 1990 (RIGOTTI, 2006).

Para compreendermos a totalidade dos fenômenos migratórios atuais, isto é, em seu diálogo com todos os processos e fenômenos que o cercam, é necessário pensar a migração de uma maneira mais complexa e que compreenda as transformações urbanas, demográficas no contexto da reestruturação desigual da produção brasileira.

Contudo, essas desigualdades entre os espaços de migração e os diversos tipos de trocas populacionais que ocorrem nesses espaços distintos (RAVENSTEIN, 1885), não nos permitem mais elaborar uma leitura dos fluxos migratórios hodiernos. Para entendermos essa migração, é necessário partirmos de outros paradigmas além das análises economicistas. Cabe destacar a esfera política que rege as políticas migratórias, estabelecendo aspectos positivos ou negativos que influenciam seus fluxos. E numa segunda dimensão, o direito à mobilidade espacial deve estar articulado ao direito de uma mobilidade social, concatenado com os ideais de justiça e de dignidade do indivíduo que devem ser mantidos pelo Estado (BRITO, 2009).

Estes são elementos necessários quando pensamos os fluxos migratórios nordestinos, sua importância e efeitos com as políticas públicas desenvolvidas e as liberdades individuais e necessidades não atendidas em seu local de origem. Com isto poderemos analisar os fluxos de população de modo articulado com as possibilidades na melhoria de vida e na reprodução social dos indivíduos em suas próprias localidades de origem, e os efeitos da modernização das formas de produção nos fluxos migratórios regionais e seus efeitos nos municípios da região.

Desse modo, temos uma preocupação do fenômeno migratório também como um elemento importante a ser pensado quando tratamos de justiça social, liberdade e as oportunidades desiguais que os indivíduos possuem (SEN, 2013). Isto se torna muito importante quando pensamos os fluxos de migração no Brasil que ainda são marcados por uma série de desigualdades e injustiças sociais (DOTA, 2012; BRITO, 2009). E nos fluxos migratórios do Nordeste, que é uma região com fragilidades socioambientais, cabe questionar se estes novos padrões de migração estão proporcionando uma maior justiça social à população, ou se ainda repete-se o quadro de desigualdades já conhecidas na região.

Dentro desse contexto de desigualdades, é importante repensar as relações que envolvem a migração nesse período de reestruturação produtiva, onde essas novas espacialidades dotadas de funções econômicas diversas (RIGOTTI, 2006) que despontam no Nordeste, estão produzindo estas novas cidades médias, através da ampliação do capitalismo, com o desenvolvimento de novos tipos de troca e de mercadorias (CARLOS, 2011). Estas novas espacialidades que são os espaços de atração dos migrantes, destacam a importância da discussão dos estudos sobre urbanização com os estudos sobre migração num contexto distinto dos paradigmas anteriores, através de uma relação mais flexível e menos determinista. Destaca-se também a importância de pensarmos a relação destes processos urbanos e migratórios de forma dialética, ou seja, um não é determinante do outro, eles interagem simultaneamente e se constroem juntos, dando forma a essas novas espacialidades da migração. Proporcionando assim maiores benefícios para a população local com formas e funções urbanas distintas, e conseqüentemente, novas possibilidades de se reproduzirem socialmente no Nordeste.

No entanto, a compreensão dos fluxos migratórios através de uma leitura da reestruturação produtiva e das novas economias urbanas que pretendemos tratar nesta pesquisa possuem uma capacidade explicativa limitada devido ao seu determinismo econômico, logo, não dá conta de compreender a migração como um processo social em sua

totalidade. Deste modo, é necessário elaborar uma breve leitura das características individuais dos migrantes a fim de apreender os motivos que os levam a migrar e sua relação com os espaços de migração através da leitura de suas características sociodemográficas. Isto é, não apenas identificar as mudanças ocorridas nos espaços de migração, mas compreender também as algumas mudanças que ocorreram com as populações migrantes e os novos perfis de seletividade migratória no Nordeste.

Considerando as duas perspectivas existentes da migração, como um fenômeno demográfico e como processo social (CUNHA, 2012), faz-se importante reconhecer as características individuais destes migrantes que nos possibilite entender os impactos gerados nas populações de entrada e saída, as variáveis que nos auxiliem a compreender os motivos de sua migração em seus mais diferentes tipos. É importante destacar também a distinta relação temporal na leitura das diversas variáveis contidas nos censos demográficos, já que elas não possuem um caráter retrospectivo, isto é, não temos as informações dos migrantes no momento de sua migração, e também, que os dados disponíveis são apenas dos migrantes sobreviventes no período intercensitário (CUNHA, 2012). Mesmo sabendo dessas limitações, as variáveis sociodemográficas contidas nos censos são importantes instrumentos para se conhecer as heterogeneidades das migrações e relacioná-las com os processos sociais que serão destacados no decorrer deste trabalho e as condições das populações após as suas trajetórias migratórias.

Dentre essas características individuais, a idade dos migrantes é um elemento importante a ser analisado por apresentarem padrões distintos dos elementos motivadores da migração dos grupos mais jovens, estando mais ligados aos ciclos de vida desses indivíduos (CAMPOS, BARBIERI, 2013). E com a queda nas taxas de fecundidade da população brasileira, os centros urbanos concentradores colocam os pequenos municípios com alta emigração no Nordeste em contextos desafiadores para as políticas públicas. A idade se constituiria também num fator importante para identificarmos os perfis migratórios, considerando que estes migrantes retornados ao Nordeste, agora mais envelhecidos, possuem uma maior capacidade de renda e de especialização nos novos modos de produção na região.

Deste modo, enfocamos a migração como um processo social que está ligado às novas formas de urbanização e de produção no Brasil conformando novos fluxos de distribuição da população através de uma relação dialética entre a flexibilidade da produção urbana e a mobilidade populacional que produzem esses novos espaços da migração na contemporaneidade. E concomitante a estes processos, está a composição demográfica destes

migrantes, que possuem um perfil seletivo distinto da população não migrante, necessário a estes novos contextos de urbanização. Dentro dessas novas relações de trocas populacionais e de seletividade migratória, o impacto que essa redistribuição populacional tem na estrutura etária das populações nos locais de origem e destino é um desafio para as políticas públicas de desenvolvimento no Nordeste. Essas reflexões mais amplas dos processos migratórios nos permitem pensar as políticas públicas de forma a propiciar uma maior justiça social, maiores oportunidades para toda a população e acesso igualitário a essas novas transformações.

Mais do que chegar a alguma constatação, essas são reflexões gerais sobre os temas que serão destacados nesta pesquisa através de uma visão mais ampla e interdisciplinar do que é a migração atual no Brasil, e as possibilidades e preocupações que devem ser consideradas nas discussões analíticas sobre este fenômeno.

3. A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL E O NOVO CONTEXTO MIGRATÓRIO.

O processo de transição entre a forma de produção capitalista para o processo de acumulação flexível se dá através de uma maior dispersão espacial e flexibilização das formas de produção (SOJA, 1993). A mudança entre o modelo capitalista tradicional para o modo de acumulação flexível é caracterizado pelo declínio das cidades industriais e desconcentração dos centros urbanos para as áreas periféricas e pela ascensão das atividades de serviços (HARVEY, 2010). A mudança do antigo padrão de forte concentração e espacialização regionais para uma maior dispersão e diversificação da divisão territorial do trabalho, aliado a um aumento da subcontratação por sistemas de produção globais capazes de realizar uma produção em pequenos lotes com o apoio do Estado (HARVEY, 2010) modificam o antigo padrão concentrador de capital, e conseqüentemente, rompem os padrões tradicionais de fluxos migratórios. Esse processo de reestruturação econômica adotado com o fito de desfazer as contradições da acumulação capitalista definem um novo campo de fenômenos sociais e políticos que alteram a lógica da valorização da força de trabalho, alteram as estruturas das garantias de emprego (BENKO, 1999) e tornam os fluxos migratórios mais dispersos no território. Assim, devido a maior diversificação da divisão social do trabalho, os perfis de seletividade destes migrantes também se tornam mais heterogêneos.

Essas mudanças na forma de produção causam fortes efeitos nos fluxos migratórios. Os tradicionais centros urbano-industriais, através do processo de desconcentração das funções urbanas vão diminuindo sua capacidade de absorção de fluxos populacionais, os quais

começam a se direcionar para áreas periféricas ou outras cidades que adquiriram essas novas funções urbanas mais flexíveis, alterando assim os tradicionais padrões de origem e destino, bem como das distâncias percorridas entre as migrações. Esses macroprocessos são os caminhos necessários para se pensar as recentes mudanças das migrações no território brasileiro, como a maior participação das áreas de retenção migratória ao invés das tendências polarizadoras de grandes distâncias, e o aumento da rotatividade migratória, onde se destaca o crescimento das cidades de porte pequeno e intermediário (BAENINGER, 1999; BAENINGER, 2012).

Estas mudanças nos fluxos migratórios representam novas possibilidades que o trabalhador encontra para solapar as dificuldades encontradas através da oferta de trabalho, ainda que não reduza as contradições capitalistas por si só (HARVEY, 2006). A migração surge como uma estratégia que possibilita os indivíduos atingirem um maior grau de liberdade e autonomia diante deste sistema. Deste modo, políticas de inserção da população migrante são necessárias para que eles possam se inserir nesse novo contexto dinâmico e evitar a marginalização e evitar a sua expropriação das novas formas de produção.

3. 1. OS ESPAÇOS DA MIGRAÇÃO.

A distribuição espacial da população no período de intensa industrialização está diretamente ligada a formação das cidades brasileiras. Estas, por sua vez, são aglomerados populacionais relativamente grandes, habitando compactamente um pequeno território (SINGER, 1973). A formação desses aglomerados populacionais é necessária ao modo de produção capitalista no período de industrialização para que os modos de produção e de transformação que utilizam grandes equipamentos e necessitam de uma grande quantidade de força de trabalho barata que fosse capaz de realizar a sua produção em massa nestes aglomerados, e concomitantemente, a população concentrada em seus mais diversos ofícios se constituíam num grande mercado consumidor (SINGER, 1973). No contexto brasileiro, a região Sudeste, e mais especificamente São Paulo, foi o espaço centralizador do processo de industrialização e urbanização a partir das décadas de 40 e 50 e também o local de destino de grandes fluxos populacionais de todas as regiões brasileiras, especialmente a região Nordeste (BAENINGER, 1999; OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2013).

A estrutura urbana se constituía por estas grandes cidades que desempenhavam a maior parte das funções urbanas e industriais, e algumas cidades de porte médio que prestavam alguns tipos de serviços especializados ou cidades com atributos ambientais específicos, como as localizadas nas regiões litorâneas ou nas montanhas, que atraem uma população flutuante sazonalmente (SINGER, 1973) como atividades turísticas ou segunda residência daqueles que fogem do caos urbano da grande metrópole. A estrutura interna da economia urbana nas grandes cidades se caracterizava por: atividades que se destinam ao consumo exterior e atividades que se destinam ao consumo interno. Essas funções das cidades estavam diretamente ligadas a suprir as necessidades industriais das zonas rurais, enquanto estas supriam as necessidades de alimentos dos grandes centros (SINGER, 1973). Deste modo, estes centros urbanos possuíam fortes conexões com as zonas rurais não somente através de suas redes de funções econômicas urbanas, mas também no contexto das trocas populacionais, ocorrendo no período de industrialização intensa, fluxos de migração do rural em direção ao urbano (BAENINGER, 2012) para servirem como força de trabalho nessa indústria que despontava especialmente na região Sudeste. O processo de urbanização é polarizado por essas grandes cidades brasileiras que detêm as funções urbanas e industriais e foi o local de destino de milhões de migrantes, em detrimento das cidades da hinterlândia, as quais desempenhavam funções urbanas específicas ou mantinham uma economia predominantemente rural. Constituindo essas grandes metrópoles como os espaços de imigração no contexto nacional.

A cidade concentra os meios de produção num pequeno espaço, ela é composta de fatos, representações e imagens (LEFEBVRE, 2009) dotando o próprio espaço urbano com valor de uso e troca, afastando da cidade e dos locais de produção o proletariado, que através de um processo de suburbanização irá se descentralizando da cidade, formando novos centros urbanos ainda que dependentes na escala da economia urbana (LEFEBVRE, 2009). Tornando o espaço urbano um local de disputas sociais, onde a migração e a mobilidade se inserem no debate do acesso à cidade e no direito ao uso de seus espaços públicos (LEFEBVRE, 2009; HARVEY, 2006).

Nesta perspectiva, a análise crítica se distingue em três períodos: (I) Um primeiro período caracterizado pelo intenso processo de industrialização deixando marcas profundas na realidade urbana preexistente. (II) Em parte justaposto ao primeiro, a urbanização se amplia, a sociedade urbana se generaliza, a própria realidade socioeconômica reconhecem-se no urbano, tornando-se completamente dependentes da cidade e da centralidade. (III) A realidade

urbana se reinventa, as centralidades são decompostas, sendo substituídas pelos centros de decisão, com novas tentativas de se restituir as centralidades (LEFEBVRE, 2009). O processo de urbanização vem ganhando formas menos centralizadas no espaço nessa reestruturação produtiva urbana, e esta forma destacada na fase III atingiu nos últimos 30 anos praticamente todo o Brasil, estendendo-se a partir das regiões metropolitanas, articulando-se aos centros industriais com as fontes de matéria-prima através da expansão da infraestrutura de transportes, energia e comunicação, criando e estendendo as condições de produção e consumo (MONTE-MÓR, 2006). Nesse novo processo de urbanização, a migração torna-se o processo essencial para uma população submetida a exigências cambiantes (LEFEBVRE, 2008) dos novos processos socioespaciais que estão se formando. Alterando assim os antigos fluxos migratórios em direção aos polos centralizadores.

Na perspectiva destes novos processos envolvendo a urbanização recente, para alguns autores chamado de pós-modernidade, há um conjunto de reivindicações heterogêneas de conhecimentos e novas formas de urbanismo, onde o desenvolvimento das instituições sociais modernas em escala mundial cria maiores oportunidades para os seres humanos, apesar de possuir seu lado sombrio (GIDDENS, 1991) produzindo assim novas formas de desigualdade. As novas tecnologias desta urbanização extensiva abrem a possibilidade para a reconstituição das relações de trabalho e dos sistemas de produção em bases sociais, econômicas e geográficas (HARVEY, 2010), e essas novas forças produtivas, ditas pós-modernas, necessitam de uma força de trabalho especializada. Portanto, é necessário entender a mobilidade da população dentro desse novo contexto de produção e reprodução (HARVEY, 2013). Com isto, evidenciamos que através desta urbanização extensiva as formas econômicas urbanas tradicionais se alteraram para novas formas de produzir e novas oportunidades de trabalho que estão surgindo no Nordeste brasileiro, e que conformam novos espaços de migração nesta região.

Através desta leitura sobre os novos processos de urbanização, os contextos da migração necessitam ser compreendidos também através das transformações dessas estruturas espaciais, que se modernizaram e diversificaram suas atividades econômicas, participando de um modo de produção mais flexível (SOJA, 1993). Considerando este desenvolvimento e mudanças na modernização brasileira, as desigualdades regionais e os desequilíbrios sociais ainda são muito marcantes, considerando que estas desigualdades são as marcas do desenvolvimento brasileiro, gerando migrantes em potencial (BRITO, 2009).

Dentro desses novos contextos de urbanização propiciados pelo processo de globalização, desenvolvimento da técnica, dos meios de produção, maior fluidez nos meios de transporte e comunicação, estes elementos estimulam novos processos migratórios e diferentes tipos de mobilidade populacional (MARTINE, 1994). E no caso brasileiro, a desconcentração urbana, o aumento das atividades de produção no entorno dos grandes centros urbanos (MARANDOLA JR, OJIMA, 2013) são as novas formas espaciais, as cidades de médio porte, os espaços dinamizadores dos fluxos migratórios na atualidade. Nesse sentido, seria preciso identificar até onde vão os limites da cidade, não no seu sentido estrito, enquanto expansão física da macha urbana, mas até onde a cidade (a metrópole) faz sentido enquanto unidade de análise e que pode ser apreendida em termos de centro, periferia ou região (BAENINGER, OJIMA, 2008). Deste modo, preza-se por uma análise regional para se compreender os fluxos migratórios, visto que não é apenas uma única cidade que polariza todo o fluxo populacional, mas sim, um aglomerado urbano, dotado de funcionalidades que interagindo num sistema de produção mais amplo, contribui para os fluxos populacionais.

Os dados mais recentes que envolvem a urbanização e a migração interna mostram uma mudança no cenário através da desconcentração, onde as cidades médias drenaram uma parte da população metropolitana (SOUCHAUD, FUSCO, 2012). Estas chamadas cidades médias são cidades que possuem um comportamento demográfico específico, elas possuem taxas de crescimento mais significativas que os demais níveis hierárquicos urbanos na UF (AMORIM FILHO, RIGOTTI, 2002). Além dos modos de produção no modelo de urbanização extensiva, essas cidades médias se caracterizam por possuírem: (I) Uma boa qualidade de vida; (II) Maior facilidade na conservação de seus patrimônios ambientais e arquitetônicos; (III) Elas representam um foco privilegiado nas percepções de valores, estando intimamente ligados aos fluxos turísticos (AMORIM FILHO, RIGOTTI, 2002). Estas cidades médias além de possuírem importantes mudanças nos volumes e nos impactos proporcionais nos fluxos migratórios, possuem diferenças significativas no perfil etário e na composição de sexo dos imigrantes, emigrantes e de suas populações (CARVALHO, 2013).

As cidades médias também se caracterizam por: (I) interações constantes com a hierarquia urbana superior; (II) tamanho demográfico e funcional suficientes para oferecer um leque diversificado de bens e serviços ao espaço microrregional a ela ligados; (III) capacidade de absorver (oferecer trabalho) e fixar migrantes de cidades menores e/ou da zona rural, ou como etapa migratória em direção a uma cidade maior; (IV) condições para dinamizar e se relacionar com o espaço rural microrregional a ela ligado; (V) diferenciação do espaço

intraurbano com um centro funcional bem individualizado e uma periferia dinâmica; (VI) surgimento de problemas semelhantes ao das grandes cidades, só que em menor escala (AMORIM FILHO, RIGOTTI, 2002).

É importante evidenciar algumas características destas cidades médias no recorte espacial estudado, e que não necessariamente uma cidade precisa apresentar todas as características aqui listadas para ser considerada uma cidade média. Elas são caracterizadas por uma relação entre a sua demografia e suas funções urbanas que precisam ser pensadas no contexto de produção urbana do Nordeste.

Os processos urbanos que se desenvolvem na região Nordeste tornam os movimentos populacionais regionais mais complexos, e a leitura desses processos nos auxilia a compreender as características, condicionantes e as consequências da dinâmica da população em seus vários contextos socioespaciais (CUNHA, 2012). Através de uma leitura espacial do Nordeste, buscaremos compreender os diversos elementos que nos auxiliam a compreender os seus fluxos migratórios.

3.2. O NORDESTE

Em seu contexto histórico, a região Nordeste do Brasil manteve suas relações de produção baseadas na economia açucareira, resistindo com esse sistema sob as mais diversas depressões por mais de três séculos, recuperando-se sempre quando o mercado externo assim o permitia (FURTADO, 2005). E baseado também na prática da pecuária em sua hinterlândia e na contínua exploração da cana de açúcar para exportação, com um sistema econômico de alta produtividade, no entanto a sua produção de alimentos era limitada em níveis necessários apenas para subsistir (FURTADO, 2008; ANDRADE, 2011). O Nordeste neste período histórico já se caracterizava como uma região de alta mobilidade populacional pela própria natureza das atividades econômicas desenvolvidas que necessitavam de uma disponibilidade de mão de obra que estivesse em constante movimento, sendo motivadores da expansão demográfica da região (FURTADO, 2008). E também, pela força de trabalho escrava que era composta de africanos (BAENINGER, 2012).

Contudo, a própria produção da cana de açúcar atrelado ao uso de grandes propriedades de terra, e com formas opressivas de trabalho e difícil acesso a terra pelo

trabalhador rural, colocava a população numa situação de submissão ao proprietário rural, dificultava o acesso aos meios de produção necessários para a reprodução de um modo de vida com qualidade (ANDRADE, 2011). Desta forma, os graves problemas e as desigualdades sociais crônicas no Nordeste teriam sua origem nestas relações de produção desigualmente desenvolvidas e que não prezavam pelo desenvolvimento social de sua população. No contexto brasileiro, a região Nordeste sempre apresentou as maiores características do subdesenvolvimento, maiores indicadores de atraso, maiores taxas de mortalidade infantil e piores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH (OJIMA, 2012; SILVA, 2009). Contudo, essas informações são insuficientes para compreendermos a dinâmica atual da região Nordeste em sua complexidade, e posteriormente, destacar os novos contextos espaciais que melhor representam as suas heterogeneidades espaciais.

3.2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO NORDESTE

A região Nordeste está localizada na posição norte-oriental do Brasil, e conta com uma população de 53.081.950 habitantes, o que equivale a 27,82% da população brasileira, conforme a Tabela 1. O Nordeste abrange as UF's do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, totalizando uma área de 1.561.177,8 km², o equivalente a 18,3% do território brasileiro.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL PELAS GRANDES REGIÕES
BRASILEIRAS - 2010

	População	Proporção
Norte	15864454	8,3
Nordeste	53081950	27,8
Sudeste	80364410	42,1
Sul	27386891	14,4
Centro Oeste	14058094	7,4
Total	190755799	100,0

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

A região apresenta características heterogêneas em seus aspectos naturais, possuindo quatro sub-regiões: a zona da mata, o meio norte, o agreste e o sertão. E com três tipos de clima: o tropical, o semiárido e o equatorial úmido, dividido assim em sub-regiões secas e chuvosas, e possuindo 1.663.150 km² de bacias hidrográficas.

Dentro dessa diversidade climática e ambiental, a região Nordeste se destaca na exploração da atividade turística internacional de forma mais expressiva em seu litoral, que após décadas de ações desenvolvimentistas de fomento a integração da região Nordeste nas políticas públicas da atividade turística brasileira, ocorreu mudanças através da instalação de uma infraestrutura que propicie a prática do turismo nacional e internacional, e da exploração mais ativa de investimentos imobiliários para adaptar os espaços do litoral nordestino ao padrão do turismo internacional (PEREIRA, SILVA, 2014). Destacando neste setor o litoral nordestino com uma expressiva participação da atividade turística, que apesar dessa atividade econômica estimular processos de desigualdades sociais, elas trazem novas dinâmicas econômicas e sociais que alteram as estruturas mais tradicionais no Nordeste.

A prática do agronegócio da soja também se encontra presente no cerrado maranhense, crescendo a um ritmo acelerado nas regiões planas nordestinas, que apesar de causar a expulsão da população campesina em direção à periferia das cidades próximas, vêm apresentando melhoras em seus IDH's nos locais onde ocorrem os investimentos e instalação do cultivo da soja (RODRIGUES, ALENCAR, 2011; OLIVEIRA, 2013).

Com isto, buscamos evidenciar que a região Nordeste possui características distintas que vão muito além do quadro criado pelo imaginário social como uma região economicamente estagnada e com graves problemas sociais. A região Nordeste possui uma diversidade em suas atividades econômicas e sociais que vão muito além do escopo desta pesquisa enumerá-las, mas que num primeiro momento, ao falarmos sobre os seus processos migratórios, é importante destacar esta heterogeneidade espacial.

3.2.2. O NORDESTE DA MIGRAÇÃO

O Nordeste é caracterizado como uma região tradicionalmente expulsora de sua população, reconhecida por seus expressivos fluxos de emigração em direção às regiões Sul e Sudeste do país, tendo como fatores característicos as estiagens sazonais e condições de vida precárias (OJIMA, 2013). Os fluxos de emigração constante estão comumente associados a uma fuga das secas, no entanto, como mencionado anteriormente, a população está adaptada aos períodos de estiagem tradicionais, cultivando grandes extensões de terra e praticando a pecuária. Fora dos períodos de estiagem mais curtos, ocorreriam estiagens mais prolongadas em intervalos com cerca de 30 anos. Nestes períodos de seca mais aguda, a população em situação mais frágil e sem a posse dos meios de produção encontravam-se incapazes de prover

a sua própria sobrevivência, enfrentavam fomes agudas nestas grandes secas. Períodos em que ocorriam as maiores crises sociais, abandono de terras e saques. Expostas a esse risco, elas também eram vítimas dos programas sociais, que as elites locais utilizavam com expedientes manipuladores para manter o *status quo* na região (ARAÚJO, 2000; CASTRO, 2010).

As características expulsoras de população no Semiárido nordestino estariam ligadas as formas de produção socioespaciais utilizadas na região. O cultivo da cana de açúcar, algodão e pecuária explorados através da grande propriedade seriam as características que dificultavam o trabalhador estabelecer uma residência fixa (ARAÚJO, 2000; CASTRO, 2010). Também devem ser levados em consideração como fatores de expulsão de população os menores níveis de renda e piores indicadores sociais (BARBIERI et al, 2010). Ou seja, apesar das estiagens serem um incentivador a emigração, fatores conjuntos como as relações de produção desenvolvidas atreladas a uma má qualidade de vida e a oferta de melhores oportunidades econômicas, principalmente em São Paulo, são os fatores gerais que favorecem conjuntamente a repulsão da população (BARBIERI, 2011).

Um fenômeno importante a ser levado em consideração é o aumento da migração de retorno e a inversão dos fluxos migratórios em direção ao Nordeste (OJIMA, 2012) que compõem um debate relevante que será tratado mais adiante, o foco está em compreender os processos de trocas populacionais do Nordeste. Para isso, é importante pensar a estrutura de produção recente da região para compreender os espaços de migração atuais.

Através do Grupo de Trabalhos para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN na década de 50, e posteriormente, a formação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE que elaboraram planos de investimento e desenvolvimento utilizando o capital público e privado, foram realizados investimentos na região prezando o seu desenvolvimento econômico e social, e através destes investimentos, se constituiriam os novos espaços de produção no Nordeste. As aplicações destas políticas conformaram pólos industriais e agroindustriais no Nordeste, contudo, estas políticas produziram áreas de modernização intensa, enquanto outras áreas continuavam a não se inserir neste mercado moderno, agravando as desigualdades regionais. As políticas de abastecimento de água através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS trouxeram maiores benefícios para os grandes proprietários de terras e a produção agroindustrial, impossibilitando o acesso a açudes aos pequenos trabalhadores agrícolas (ARAÚJO, 2010; VIDAL, 2004). E mais recentemente, investimentos na área do turismo, voltados para explorar aquilo que era a sua negação: o sol, o calor e a praia (SILVA, 2009). Apesar dessas

políticas não terem logrado o êxito esperado, elas mudaram os espaços de produção e migração no Nordeste, produzindo novas formas urbanas em sua hinterlândia, sendo a gênese dos espaços de migração atuais.

Essa mudança na estrutura de produção no Nordeste tem sua expressão na série histórica dos saldos migratórios para as regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. Essas duas regiões se caracterizam por serem os principais espaços de imigração e emigração no contexto histórico nacional, o Nordeste como um forte emissor de força de trabalho para as demais regiões do país, e a região Sudeste como o local de destino de grande parte dos migrantes brasileiros.

Os saldos migratórios segundo as informações¹ de data fixa e as estimativas para os saldos quinquenais obtidos por Carvalho e Garcia (2002) na Tabela 2 deixam bastante claro o papel migratório que essas duas regiões desempenhavam nas estimativas dos períodos de 1965/1970 e 1975/1980, com altos valores absolutos de imigrantes e emigrantes. No entanto, o período de 1975/1980, momento no qual o Nordeste apresentava um saldo negativo de 1.355.144 emigrantes e a região Sudeste recebia no mesmo período 1.347.020 imigrantes das demais regiões do país, representa o início de um processo de inversão dos saldos migratórios, identificando uma mudança na capacidade dessas regiões reter e/ou expulsar suas populações. Os saldos migratórios negativos do Nordeste e os saldos positivos do Sudeste vêm apresentando uma redução entre os períodos de 1975/1980 até o período referente a 2005/2010. O saldo negativo do Nordeste passou de 1.355.144 para 701.077 emigrantes, representando uma redução por volta de 49,2%. Concomitante a isso, a região Sudeste que em 1975/1980 recebeu 1.347.020 imigrantes, passou a receber 325.494 imigrantes em 2005-2010, uma diminuição de 75,9% em sua atração de população.

TABELA 2 – SALDOS MIGRATÓRIOS PRA AS REGIÕES SUDESTE E NORDESTE DO BRASIL – 1970 a 2010.

Saldos					
Região	65-70	75-80	85-90	95-00	00-05
Nordeste	-1.016.327	-1.355.144	-875.922	-764.047	-701.077
Sudeste	491.579	1.347.020	641.396	458.587	325.494

Fonte: CARVALHO, GARCIA, 2002. Censos Demográficos 2000 e 2010

¹ Os saldos quinquenais para os períodos 65-70, 75-80 e 85-90 foram estimados por CARVALHO, GARCIA, 2002.

A importância destes saldos na Tabela 2 é que eles nos permite observar uma inversão histórica nas tendências migratórias brasileiras, onde o Nordeste e o Sudeste vem desempenhando um papel fundamental nestas trocas populacionais. É observada uma diminuição em ambos os saldos migratórios, e que não há mais uma tendência em termos espaços de alta imigração ou emigração, mas que os fluxos encontram-se mais fragmentados pelo território brasileiro, onde as metrópoles ganham novos significados na análise migratória (BAENINGER, 2012; FUSCO, 2012).

Destaca-se também que a diminuição dos saldos migratórios não representa necessariamente uma diminuição na migração, podendo significar um aumento na rotatividade migratória. Assim, os tradicionais espaços de atração de população vêm perdendo sua capacidade de absorção de população e a região Nordeste está arrefecendo os seus fluxos migratórios negativos, indicando que as características da região como um espaço predominantemente expulsor de sua população não é uma característica homogênea na região. Deste modo, vamos analisar os elementos necessários a compreensão da redução dessas taxas negativas a fim de compreendermos o contexto migratório atual do Nordeste.

3.2.3. AS MIGRAÇÕES ATUAIS NO NORDESTE

Dentro desses novos contextos de implantação de políticas públicas e investimentos de capital elaborados através do GTDN e SUDENE (ARAÚJO, 2010; VIDAL, 2004; SILVA, 2009), foram conformados novos espaços de produção no Nordeste, com maior flexibilização dos seus mecanismos de mobilização e integração (BRITO, 2009) com novas formas de trabalhar e se reproduzir socialmente em novos arranjos espaciais (GIDDENS, 1991; HARVEY, 2000). A inserção desses investimentos aplicados a modos de produção mais modernos, necessitam de uma força de trabalho diferenciada, mais especializada que aquela encontrada nas populações locais. Esta nova oferta de trabalho, e também de um trabalho mais especializado, estimulam novos fluxos migratórios para atender a essas demandas da produção (HARVEY, 2000).

É relevante considerar que não está se afirmando que há uma modernização na região Nordeste, mas que esses investimentos do capital público e privado criaram novos espaços que conformam novos fluxos de capital, de produção, de pessoas e de desenvolvimento técnico. E o avanço da técnica através da construção de estradas, avanço nos meios de

transporte e comunicação, e a difusão da internet que altera a lógica espacial do trabalho e do consumo (CASTELLS, 2013) colaboram para a formação de novas formas de ocupação no Nordeste e tornam a emigração, enquanto projeto de vida, desnecessária no contexto social atual.

A mudança no paradigma migratório nordestino atual é o arrefecimento em suas taxas de migração negativas (BRITO, CARVALHO, 2006; OJIMA, 2012), sendo este um padrão que perdurou entre as décadas de 50 a 80 (MARTINE, 1984; BARBIERI, 2011), e atualmente, a participação do Nordeste no contexto migratório nacional envolvem outros fluxos que não condizem mais como uma região predominantemente “expulsora”. A formação dos novos espaços de produção com o apoio de políticas públicas, investimentos de capital público e privado, a diminuição da capacidade de atração populacional da região Sudeste e o próprio processo de transição demográfica alteraram os locais de destino dos migrantes nordestinos sendo mais representativas as migrações de curtas distâncias (BAENINGER, 2012) dando maior importância para as migrações intrarregionais no Nordeste, e também as mudanças no perfil seletivo dos imigrantes que tem como local de destino o Nordeste.

Nas trocas populacionais que envolvem o Nordeste, as Regiões Metropolitanas – RM’s nordestinas possuem uma grande capacidade de polarização dos fluxos migratórios na região, contudo, já foi observado um arrefecimento na capacidade de absorção dessas RM’s. No caso específico da RM de Recife, já foi verificado uma considerável transferência populacional para a sua hinterlândia (FUSCO, 2012). Deste modo, cabe compreender qual o novo contexto e importância que o Semiárido tem nas trocas populacionais do Nordeste considerando que as migrações de curta distância vêm ganhando maior expressão dentro de novos contextos de seletividade migratória.

Considerando que as migrações de curta distância possuem maior representatividade, cabe considerar os processos de urbanização no Semiárido. Estes ocorrem de forma mais lenta que nos grandes centros urbanos do país, sendo estimulado pelos seus contextos de produção desigual. Através da migração do rural em direção ao urbano, os municípios brasileiros que obtiveram as maiores taxas de crescimento foram os municípios com menor porte populacional (OJIMA, 2012), indicando a maior participação destas cidades de pequeno e médio porte com fortes características de atração populacional. Dotando de maior complexidade os fluxos migratórios que envolvem o Nordeste e o Semiárido.

O crescimento populacional dessas cidades médias está atrelado ao desenvolvimento econômico da hinterlândia do Nordeste, que proporciona possibilidades de emprego nestes locais. Além disso, o expressivo aumento da migração de retorno tem contribuído para essa redinamização dos fluxos migratórios internos no Semiárido. Onde os migrantes retornados buscam estabelecer residência próxima aos seus parentes ou pessoas que tenham alguma ligação afetiva (MATOS, 2013). Contudo, perseguimos também a hipótese que as pequenas cidades do Nordeste vêm perdendo sua população para os centros urbanos sertanejos.

As dinâmicas migratórias das UF's do Nordeste são marcadas por profundas oscilações em termos de recuperação, absorção e expulsão de suas populações que refletem os processos intrarregionais (BAENINGER, 2012), dentro desse contexto mais amplo, observaremos as migrações que envolvem o Nordeste a partir do recorte de suas municipalidades para poder expor as heterogeneidades desses fluxos migratórios e como eles se distribuem desigualmente, e as consequências demográficas para as suas cidades.

3.3 AS NOVAS TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS DO NORDESTE.

A história do Brasil e a conformação do seu desenvolvimento, urbanização e produção das cidades estão ligados a um intenso processo de trocas populacionais que residia nas zonas rurais em direção às zonas urbanas. O Nordeste se caracterizava por possuir formas de produção muito desiguais e expulsoras de sua população (ANDRADE, 2011; ARAÚJO, 2000; CASTRO, 2010; BAENINGER, 2012) o que caracterizou a grande participação da força de trabalho nordestina nas demais regiões brasileiras. Contudo, nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 observa-se uma redução no total de migrantes no território nacional de 5.196.093 no período entre 1995 a 2000, para 4.643.754 migrantes no período entre 2005 a 2010. O que evidencia não apenas um arrefecimento nos fluxos migratórios brasileiros, mas mudanças estruturais na diminuição de sua tendência migratória.

No período 2005/2010, o Nordeste continua a apresentar a tendência de arrefecimento em seus saldos negativos, mudando o seu papel de região caracteristicamente expulsora de população para obter uma maior capacidade de atração populacional. Na Tabela 3 podemos observar que a UF do Ceará obteve um aumento em seu saldo negativo devido a uma expressiva diminuição no seu número de imigrantes, enquanto as UF's do Rio Grande do Norte e do Sergipe apresentam taxas positivas, as demais UF's do Nordeste, mantêm suas taxas negativas.

Ainda na Tabela 3, as UF's do Sudeste que se caracterizavam como os tradicionais centros de absorção de população vêm apresentando uma diminuição em seus saldos migratórios positivos através da expressiva diminuição do número de imigrantes que as UF's de São Paulo e do Rio de Janeiro apresentaram nos mesmos quinquênios.

As informações de data fixa apresentadas na Tabela 3 evidenciam uma menor emigração e imigração nas regiões Nordeste e Sudeste, e por consequência, uma diminuição em seus saldos migratórios. Um dos principais elementos que nos auxiliam a compreender as migrações brasileiras ainda é o processo de urbanização que o país vem passando. E no contexto atual, o processo de desconcentração urbana que colabora com o aumento na diversidade das formas de produção e emprego nas pequenas e médias cidades, concomitante ao crescimento dos meios de transporte, do capital e também das pessoas (OJIMA, MARANDOLA JR, 2012). A participação mais expressiva dessas cidades médias nos fluxos de trocas populacionais possuem maior destaque na UF de São Paulo e na região Nordeste (RIGOTTI, VASCONCELOS, 2005). Deste modo, os processos de urbanização que se desenvolvem na região Nordeste é um dos elementos necessários para compreendermos a diminuição dos fluxos migratórios no Brasil e a maior capacidade de retenção populacional que as UF's nordestinas apresentam na Tabela 3.

Isso indica que são necessários outras perspectivas, além das tradicionais análises centradas no Sudeste, para se compreender as mudanças nas tendências da migração brasileira. Neste contexto o Nordeste surge com novas funções e tendências em suas trocas populacionais com as demais UF's do Brasil. Assim, faz-se necessária uma análise das especificidades dos espaços nordestinos que atraem esses migrantes em seus mais diversos contextos, e mais especificamente, o efeito que a migração de retorno tem nessa maior capacidade de atração de população no Nordeste.

Tabela 3: População Migrante 1995/2000 e 2005/2010 – Nordeste e Sudeste/Brasil.

Unidades da Federação	1995/2000			2005/2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
Nordeste	1.055.921	1.819.968	-764.047	939.777	1.640.854	-701.077
Maranhão	100.816	274.469	-173.653	105.684	270.664	-164.980
Piauí	88.740	140.815	-52.075	73.614	144.037	-70.423
Ceará	162.925	186.710	-23.785	112.373	181.221	-68.848
Rio Grande do Norte	77.916	71.287	6.630	67.728	54.017	13.711
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	96.028	125.521	-29.493
Pernambuco	164.871	280.290	-115.419	148.498	223.584	-75.086
Alagoas	55.966	127.948	-71.983	53.589	130.306	-76.717
Sergipe	52.111	56.928	-4.817	53.039	45.144	7.785
Bahia	250.571	518.036	-267.465	229.224	466.360	-237.136
Sudeste	2.120.511	1.661.924	458.587	1.769.067	1.443.573	325.494
Minas Gerais	447.782	408.658	39.124	376.520	390.625	-14.105
Espírito Santo	129.169	95.168	34.001	130.820	70.120	60.700
Rio de Janeiro	319.749	274.213	45.536	270.413	247.309	23.104
São Paulo	1.223.811	883.885	339.926	991.314	735.519	255.796

Censos Demográficos 2000 e 2010.

3.3.1 A MIGRAÇÃO DE RETORNO: A VOLTA PARA CASA

A migração de retorno é o fenômeno em que um migrante, após realizar uma ou mais etapas em seu processo migratório, volta a estabelecer residência em seu local de origem. O processo de retorno já é tradicionalmente analisado nos estudos sobre migrações, onde foi observado que cada fluxo migratório gera outro contrafluxo (RAVENSTEIN, 1885; LEE, 1966). Os motivos desse retorno estariam ligados a um conjunto amplo de fatores como: o sucesso ou insucesso dos objetivos impostos ao migrar, dificuldades em se ajustar no local de destino, a importância da família deixada no local de origem (GMELCH, 1980), e as redes sociais estabelecidas (FAZITO, 2010).

Através dos grandes fluxos migratórios em direção aos centros urbano-industriais, onde a população migrante poderia obter trabalho de baixa qualificação com rendimentos superiores ao seu local de origem, eles seguiram um padrão de migração, e ao retornar, muitos estabeleciam residência nas grandes cidades e alguns retornavam para a sua ocupação agrícola em seu local de origem (GMELCH, 1980). O retorno para o Nordeste, nos diversos fenômenos que influenciam os migrantes a voltarem ao seu local de origem, é referente ao período da alta emigração de nordestinos nas décadas de 60 a 90, e que estes migrantes agora estão retornando em direção às suas UF's de origem.

Existiriam três tipologias para classificar os migrantes de retorno (GMELCH, 1980):

1. Retornados que migraram temporariamente, com seu tempo de retorno determinado pelos seus objetivos designados no período de sua emigração;
2. Retornados que pretendiam migrar permanentemente, mas foram forçados a retornar devido a fatores externos;
3. Retornados que pretendiam migrar permanentemente, mas escolheram retornar por não conseguirem se adaptar ao seu local de destino.

É importante destacar também que um dos motivos causadores do retorno migratório são as condições econômicas desfavoráveis (GMELCH, 1980) que estimulam esse processo. E no caso brasileiro, evidenciamos os novos processos de urbanização no Sudeste aliado a novas oportunidades no local de origem desta população migrante, os quais são os elementos norteadores para a compreensão da diminuição dos fluxos migratórios internos em escala nacional.

Nesta perspectiva, queremos destacar que o retorno migratório possui um conjunto de estratégias e participação de redes familiares, que servem para justificar o retorno, tanto no processo de apoio social nos locais de destino, no retorno (FAZITO, 2010) e a implantação em larga escala de políticas de transferência de renda em todo o território nacional que alteram a relação que essa população mais pobre tem com o trabalho. Com esta leitura, destaca-se que o sistema de migração possui uma associação e definição de diferentes redes migratórias (FAZITO, 2010). Assim, os retornados também participam de processos migratórios que se relacionam com as redes de familiares e amigos em seu local de origem, podendo ser considerado também como um “fim” do ciclo migratório. Há um conjunto de redes sociais no local de origem que apoiam e viabilizam que o retorno migratório se concretize.

Entre as tipologias destacadas acima, este retorno ocorreria dentro dessa relação entre o sucesso ou insucesso na trajetória migratória e o retorno à sua rede de familiares causada por algum fator externo ou incapacidade de adaptação no local de destino.

No Brasil o retorno de nordestinos que emigraram em direção às outras regiões do Brasil e posteriormente retornaram para as suas UF's de origem, foi uma mudança nos fluxos migratórios nacionais que já apresentava significativa importância na década de 80 (RIBEIRO, CARVALHO, WONG, 2006), e que concomitante a diminuição do fluxo de migrantes nordestinos em direção ao Sudeste (OJIMA, 2012), são as principais características do novo papel migratório do Nordeste nas trocas internas nacionais.

As informações de data fixa para os retornados por UF na Tabela 4, que se apresentam como o retorno para a sua UF de origem, apresentam no período de 1995/2000, 1.144.211 migrantes de retorno, e em 2005/2010 temos 999.659 migrantes retornados no Brasil. Deste total, destacam-se os migrantes de retorno para o Nordeste que representam 471.059 e 352.729 para os intervalos de 1995/2000 e 2005/2010 respectivamente. Somente a região Nordeste representa 41% e 35% respectivamente para os dois períodos em sua participação nos totais de migrantes retornados brasileiros por UF, no entanto, essas proporções necessitam ser melhor analisadas para compreendermos o retorno migratório

Tabela 4: Migrantes de retorno e participação relativa sobre o total de imigrantes segundo as Unidades da Federação – 1995/2000 e 2005/2010 Brasil

Unidades da Federação	Imigrantes de retorno			
	1995/2000	2005/2010	Participação relativa	
			1995/2000	2005/2010
Brasil	1.144.211	999.659	22,0	21,5
Rondônia	6.194	6.762	7,4	10,3
Acre	2.864	2.124	21,0	15,3
Amazonas	8.931	7.277	10,0	10,2
Roraima	1.020	1.621	2,1	6,3
Pará	28.241	26.126	15,5	16,1
Amapá	2.327	2.529	5,2	6,8
Tocantins	14.366	12.970	15,1	15,1
Maranhão	44.042	40.913	43,7	38,7
Piauí	41.311	28.695	46,6	39,0
Ceará	79.574	49.003	48,8	43,6
Rio Grande do Norte	28.005	20.434	35,9	30,2
Paraíba	50.649	39.222	49,7	40,8
Pernambuco	75.005	54.049	45,5	36,4
Alagoas	23.830	20.274	42,6	37,8
Sergipe	13.756	13.502	26,4	25,5
Bahia	109.527	86.637	43,7	37,8
Minas Gerais	162.421	111.448	36,3	29,6
Espirito Santo	22.000	18.744	17,0	14,3
Rio de Janeiro	50.027	47.112	15,6	17,4
São Paulo	118.334	156.875	9,7	15,8
Paraná	95.935	79.043	32,3	29,0
Santa Catarina	35.290	39.011	17,7	12,9
Rio Grande do Sul	40.734	39.924	35,9	38,9
Mato Grosso do Sul	15.037	16.319	15,4	16,3
Mato Grosso	10.740	11.499	6,5	8,0
Goiás	54.550	47.787	14,6	13,1
Distrito Federal	9.501	19.939	4,4	10,5

Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010

A tendência na diminuição dos fluxos de migração também pode ser observada na Tabela 4, onde os totais de retornados passam de 1.144.211 em 1995/2000 para 999.659 em

2005/2010. Contudo, a sua participação relativa nos fluxos de migração totais passam de 22% para 21,5%. Com isto evidenciamos que apesar da diminuição no total de migrantes internos no Brasil, a migração de retorno não acompanhou esta diminuição, mantendo a sua representatividade nos fluxos migratórios nos dois últimos Censos Demográficos.

Ainda na Tabela 4 cabe destacar a alta representatividade das UF's nordestinas na participação da migração de retorno. Todas as UF's nordestinas possuem uma participação relativa na migração de retorno superior à média brasileira, variando entre 25,5% no Sergipe a 40,8% na Paraíba em 2005/2010. Mesmo se considerarmos a diminuição do retorno nos dois intervalos analisados, este tipo de migração ainda é um elemento essencial a ser considerado nos fluxos migratórios que envolvem o Nordeste. Essa alta participação relativa também pode ser encontrada em outras UF's brasileiras que também experimentaram historicamente saldos negativos de migração, como é o caso de Minas Gerais, Paraná e o Rio Grande do Sul. Ou seja, este é um processo nacional que possui uma maior representatividade no Nordeste brasileiro.

Na Tabela 3 pode-se observar que as únicas UF's nordestinas que apresentam saldos migratórios positivos em 2005/2010 são o Rio Grande do Norte com 13.711 imigrantes e o Sergipe com 7.785 imigrantes. No entanto, na Tabela 4 observa-se que essas mesmas UF's possuem uma menor participação relativa de retornados de 30,2% e 25,5% respectivamente. Ou seja, apesar da alta proporção de migrantes retornados no Nordeste, eles não compõem a única explicação para o arrefecimento nas taxas negativas de migração, ocorrendo também uma maior imigração de não naturais para as UF's nordestinas, que será explorada com maior profundidade adiante.

A migração de retorno é um conceito chave para compreendermos os fluxos migratórios nacionais, com ênfase especial nos fluxos que envolvem a região Nordeste. Contudo, as informações de data fixa dos estoques dos migrantes nordestinos retornados não captam a influência estrutural da migração de retorno, fazendo necessário o uso de outras técnicas para mensurarmos os efeitos indiretos desta modalidade de migração a fim de compreendermos sua real importância para as trocas populacionais atuais.

3.3.2 OS EFEITOS INDIRETOS DA MIGRAÇÃO DE RETORNO

As informações de data fixa são mais comumente utilizadas para captar os migrantes de retorno direto, isto é, o indivíduo natural que emigrou de seu local de origem e após

cumprir com uma ou mais etapas migratórias, reemigrou para estabelecer residência em seu local de origem. Esses migrantes retornados possuem uma grande expressão na participação dos fluxos de imigração em direção ao Nordeste. Como observado na Tabela 4, as UF's nordestinas possuem as maiores participações relativas nos fluxos de migrantes retornados. No entanto, o migrante ao retornar é acompanhado por outros migrantes não naturais ao local de destino, mais comumente esposas ou filhos, que não são identificados na informação de data fixa como migrantes retornados, por isso se constituem como um efeito indireto da migração de retorno (RIBEIRO, CARVALHO, WONG, 2006; RIBEIRO, CARVALHO, WONG, 1996).

A análise dos efeitos indiretos da migração de retorno possibilita mensurar a importância do retorno migratório para a região Nordeste de forma mais ampla e considerar a sua real participação na migração de retorno ao levarmos em conta a estrutura familiar e redes sociais que envolvem estes migrantes retornados. Esses novos imigrantes no Nordeste estimulam uma nova dinâmica na redistribuição da população nordestina, e com efeitos evidentes e distintos espacialmente, como será explorado nos capítulos seguintes.

Como todo efeito migratório, a migração de retorno tem efeitos sobre o volume e o perfil da população em seus locais de origem e destino. No caso da migração de retorno, ela possui especificidades pela imigração de não naturais associados aos migrantes retornados (RIBEIRO, CARVALHO, WONG, 1996). Um dos efeitos mais óbvios é a fecundidade dos retornados, na qual devemos contabilizar os nascimentos ocorridos durante as etapas migratórias, que devem ser levados em consideração ao medir os fluxos migratórios (RIBEIRO, CARVALHO, WONG, 1996). Assim, temos como efeito indireto das migrações de retorno os filhos tidos que acompanham o migrante em seu retorno e consortes de uniões que também foram estabelecidas durante as etapas migratórias.

A composição familiar tem um papel chave para a compreensão dos efeitos indiretos da migração de retorno. As diferentes trajetórias de vida dos indivíduos fazem com que cônjuges ou outros parentes acompanhem o migrante em seu retorno para casa. Considerando também que a decisão de migrar não cabe apenas a um indivíduo, mas ao conjunto de decisões e estratégias definido na esfera da família que decidem se ocorrerá a migração e qual o local de destino (MINCER, 1978). Também na visão neoclássica, a família surge como um local onde o migrante envia alguma remessa, como uma renda extra, para ajudá-los. Ou a família surge como um núcleo de suporte no qual os migrantes podem pedir auxílio para se adaptarem às dificuldades em seu local de destino (PERES, 2014). Nesse contexto onde os

pais/mães migram com seus consortes, filhos, adolescentes ou com dependentes, mudam as concepções tradicionais que unem família e lugar (MONTAÑO, SARAY, 2013). A família, portanto, estabelece um efeito de tempo diferenciado nos efeitos indiretos da migração. Isto significa que os efeitos indiretos da migração não ocorrem no momento da imigração do indivíduo retornado, os efeitos indiretos podem ocorrer num espaço de tempo maior, isto é, o sucesso e a adaptação do retornado em seu local de origem podem influenciar outras pessoas em suas redes a imigrar para o mesmo local.

Dessa forma, a existência de lugares multinucleares e composições familiares dispersas e fragmentadas no território, e seu processo de desterritorialização entre as diversidades espaciais e distâncias que habitam seus integrantes (MONTAÑO, SARAY, 2013; HAESBAERT, 2011) tornam mais complexas as possibilidades dos efeitos indiretos. Isto gera necessidades diretas em ampliar o tema da discussão, sem associar a migração parental, mas considerando também, as situações de orfandade, abandono, uso de drogas, deserção escolar e outros riscos que estão sujeitos as crianças e os adolescentes (MONTAÑO, SARAY, 2013).

Como importante variável a ser considerada nos efeitos indiretos da migração de retorno é a idade ao migrar, especificamente, a migração dos indivíduos que não estão em idade ativa. Neste caso, nos referimos especificamente aos filhos dos migrantes, já que eles não vivem de forma independente, estarão mais propensos a migrar com seus pais, e que ainda muito jovens, acompanham seus pais no retorno migratório. Podendo assim se submeter a um conjunto de fragilidades e dificuldades dadas as disparidades entre os locais de origem e destino.

No caso da migração entre crianças, elas abandonam o seu ciclo de vida original para entrar em outro, isto significa mudar o seu sistema educacional, que nas idades mais jovens, a mudança no processo de adaptação ocorre de forma mais facilitada (SÖHN, 2011). No caso de jovens adultos, a mudança no sistema educacional pode encontrar maiores dificuldades em sua adaptação, o que trará consequências em curto prazo para a inserção desses adultos jovens no mercado de trabalho (AYBEK, 2011).

O acentuado declínio da fecundidade esperada nas projeções, nos padrões de casamento tardios, e maiores índices de escolarização e inserção no mercado de trabalho feminino, são reflexões necessárias para o planejamento de políticas públicas (RIOS-NETO, 2000) e indicam um maior envelhecimento na estrutura etária da população. Este processo de rápido envelhecimento tem uma influência nos fluxos migratórios. No Chile, existem fluxos

migratórios, em sua maior parte composto por mulheres, que trabalham no setor doméstico de cuidado de idosos (GONZÁLEZ, 2013). Apesar da população em idade ativa ser a mais propensa a migrar, espera-se uma participação mais efetiva de idosos nos fluxos migratórios, que por estarem aposentados e com uma maior capacidade de renda e mobilidade, eles poderão retornar aos seus espaços de origem (ROBISON, MOEN, 2000). Desta forma, espera-se uma maior participação dos grupos etários mais envelhecidos nos fluxos migratórios de retorno, e também, de idosos que acompanham o migrante retornado por necessitarem do seu apoio.

Apesar dos fluxos de migrantes possuírem sua própria heterogeneidade e padrões de seletividade específicos, como os idosos migrantes que possuem uma boa condição de vida e migram para usufruir de seus rendimentos, e os idosos que migram por necessitarem do apoio e assistência de suas famílias (CAMPOS, BARBIERI, 2013) destacando assim tipologias específicas de migrantes idosos que podem influenciar os efeitos indiretos da migração de retorno. A migração de idosos aborda também uma discussão mais ampla entre elementos como: a relação entre a transferência de renda do local de aposentadoria e local de destino; e também a diminuição da estrutura familiar, a diminuição do número de filhos limitará a possibilidade de suporte dos idosos influenciando a sua migração ou retenção no seu local atual (CAMPOS, BARBIERI, 2013) e o impacto que a migração de idosos trará para o planejamento das políticas públicas de saúde das UF's nordestinas.

Com isto, o que chamamos de efeitos indiretos da migração de retorno é uma complexificação do tema para abranger a totalidade do que o retorno migratório representa para os espaços de origem e destino para os migrantes retornados, e as redes familiares e sociais destes migrantes. Ao considerarmos o conjunto dos efeitos indiretos e sua vasta gama de possibilidades, pode-se observar que a migração de retorno e seus efeitos indiretos explicam a maior parte das migrações que envolvem a região Nordeste, estas por sua vez, estimulam um novo fôlego para os seus fluxos migratórios. Para evidenciar isto, elaboramos uma representação dos efeitos indiretos da migração de retorno na região Nordeste.

3.3.3. OS EFEITOS INDIRETOS DA MIGRAÇÃO DE RETORNO NO NORDESTE

A análise dos efeitos indiretos da migração de retorno para o Nordeste se constitui em um elemento importante ao pensarmos que o migrante ao retornar, trás consigo filhos, cônjuges ou outras pessoas com as quais o migrante formou suas redes sociais (RIBEIRO,

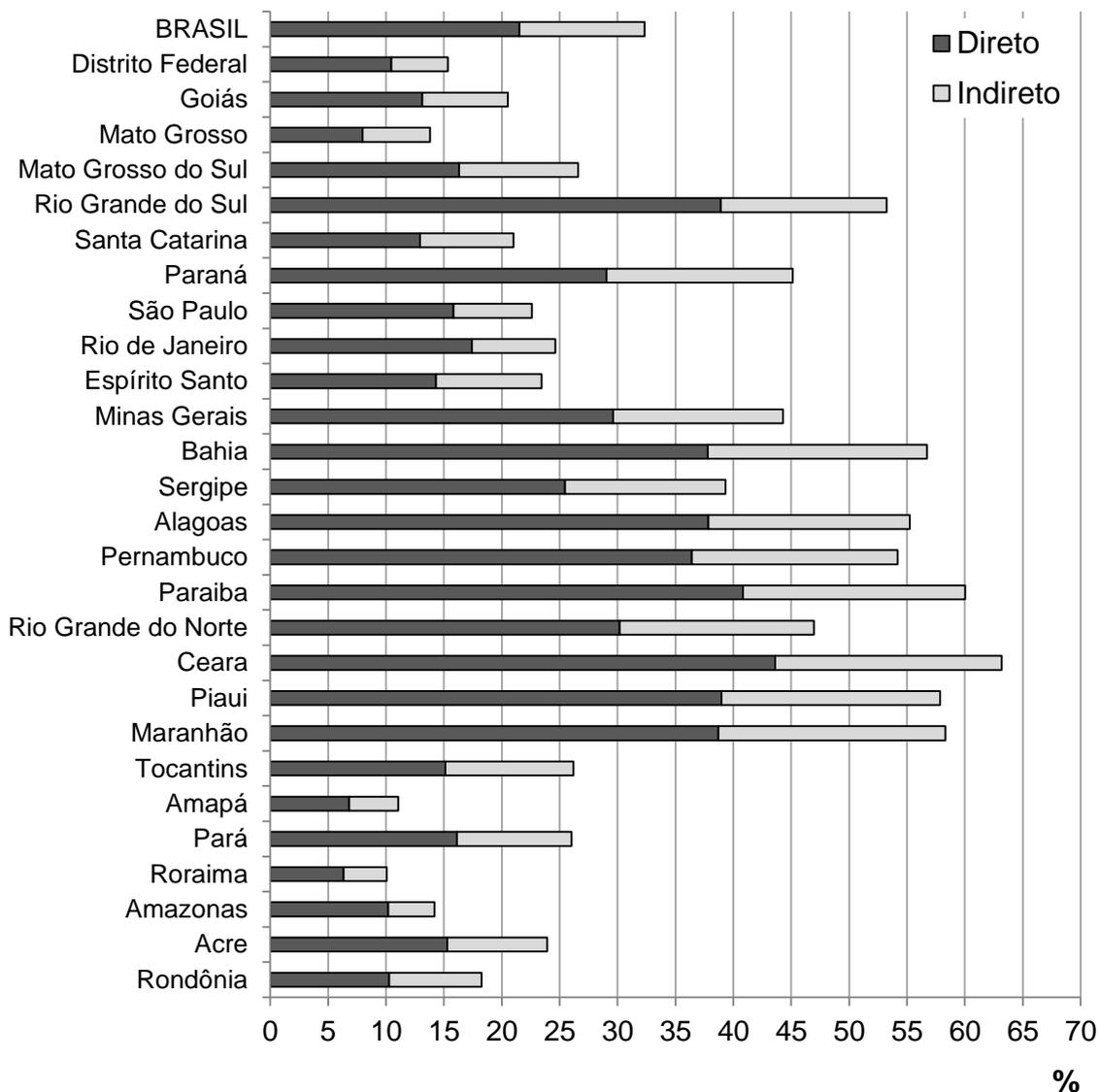
CARVALHO, WONG, 1996). Sendo assim, a análise da migração de retorno para o Nordeste nos permite observar que a contribuição do efeito do retorno migratório é maior do que os volumes observados nas informações diretas de data fixa sobre o volume de retornados.

Baseado em estudos já realizados, onde analisamos os efeitos indiretos da migração de retorno no Nordeste como a existência de migrantes conviventes nos mesmos domicílios que migrantes retornados de data fixa por UF, pode-se observar que a migração de retorno representa um peso significativo no total de imigrantes no Nordeste. Mais de 500.000 imigrantes não-retornados estão associados a quase 1.000.000 de retornados de acordo com o Censo Demográfico 2010, passando de uma participação de 21,5% para 32,3% no total de imigrantes do país (OJIMA, NASCIMENTO, MIMEO).

Como pode ser observada na Figura 1, a participação relativa dos imigrantes retornados somados a seus efeitos indiretos evidenciam uma maior participação do efeito do retorno migratório para compreendermos os fluxos de migração no Brasil. Em todas as UF's brasileiras há uma participação expressiva dos efeitos indiretos. Nas UF's que compõem a região Nordeste, com a exceção do Sergipe e do Rio Grande do Norte, a participação de migrantes relacionados ao retorno é superior a 50% dos seus volumes totais. Isto significa que o retorno dos naturais das UF's nordestinas é o elemento principal para compreendermos o Nordeste como uma região de atração de população dos seus emigrantes dos períodos passados. A tendência atual de atrair nordestinos e suas redes familiares e sociais é que caracterizam um novo processo de redistribuição da população na região Nordeste.

Cabe destacar também que das UF's nordestinas, o Sergipe e o Rio Grande do Norte não ultrapassam a marca de 50% da contribuição da migração de retorno somados a seus efeitos indiretos no total dos imigrantes; em contrapartida o Ceará apresenta 63% de migrantes retornados somados aos seus efeitos indiretos (OJIMA, NASCIMENTO, MIMEO) conforme a Figura 1. Ou seja, apesar da migração de retorno ter uma enorme capacidade explicativa para se entender essa inversão nos fluxos migratórios em direção ao Nordeste, a participação de imigrantes das demais regiões brasileiras vêm crescendo nas últimas décadas, fazendo com que as UF's do Sergipe e do Rio Grande do Norte apresentem um saldo positivo, ainda que muito baixo.

FIGURA 1: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS IMIGRANTES DE RETORNO E DO EFEITO INDIRETO DA MIGRAÇÃO DE RETORNO NO TOTAL DE IMIGRANTES POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO 2005/2010.

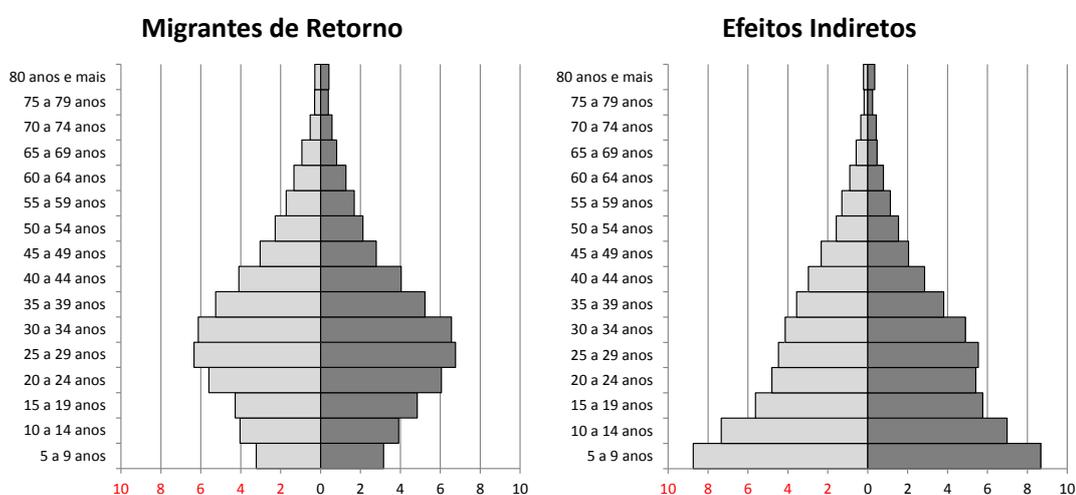


Fonte: OJIMA, NASCIMENTO, MIMÉO

Ao compararmos a estrutura etária dos migrantes retornados e dos migrantes provenientes através do efeito indireto do retorno, podemos realizar algumas análises dos perfis de seletividade destes dois grupos. Na Figura 2 pode-se observar uma composição semelhante nos diferenciais de sexo para as duas tipologias de migrantes. Os migrantes de retorno apresentam uma idade média mais avançada, onde sua representatividade maior está entre as idades de 25 a 34 anos. Isto nos indica que este migrante retornado cumpriu outras etapas migratórias, e por estarem em uma idade ativa e possuírem uma maior escolarização e

capital social obtido durante as etapas migratórias, podem se realizar como uma força de trabalho diferenciada da população local não migrante. Um dos elementos que viabilizam este retorno migratório são as novas formas de produção e de desenvolvimento econômico que vêm ocorrendo no Nordeste pelas políticas implantadas pela Sudene, incentivos do Estado e reestruturação no modo de produção urbano na região. Estas mudanças criam novas estruturas de empregos que permitem a estes migrantes retornados se realizarem como força de trabalho no seu local de origem.

Figura 2: Estrutura etária e sexo dos migrantes de retorno e do efeito indireto, Brasil - 2005/2010.



Fonte: OJIMA, NASCIMENTO, MIMEO

Ainda na Figura 2, a pirâmide etária dos efeitos indiretos da migração de retorno pode-se observar uma população concentrada nos grupos etários mais jovens, corroborando a ideia que a maior parte dos efeitos indiretos é proveniente do efeito da fecundidade da população migrante retornada durante o intercurso de suas etapas migratórias. O meio da pirâmide por sua vez representaria os consortes que estes migrantes trouxeram ao retornar para suas UF's de origem na região Nordeste. Já a participação dos grupos etários mais velhos não possui expressão nos efeitos indiretos na migração de retorno para o Nordeste.

Sob este panorama, se destaca os *inputs* de imigrantes que a região Nordeste vem recebendo nas duas últimas décadas, representando uma dinâmica diferenciada em sua distribuição da população. O fenômeno do retorno está diretamente ligado ao arrefecimento das taxas negativas na região Nordeste, já que os motivos que fazem o migrante retornar são

semelhantes àqueles que incentivam a população a não emigrar, isto é, novas possibilidades de trabalho, de educação e aumento da renda no local de origem.

Dada a expressividade do retorno migratório para os fluxos populacionais na região Nordeste, é compreensível que eles diminuam como é observado nos dois intervalos analisados, 1995/2000 e 2005/2010, e que continuem a diminuir no futuro, visto que a quantidade de imigrantes está diminuindo e cada vez menos pessoas estarão expostas ao risco de retornar para o Nordeste. Este é um processo concomitante a diminuição da emigração no Nordeste que, apesar das taxas negativas, falamos sobre as características de absorção de população na região devido a esta mudança em sua tendência migratória.

Esta introdução sobre os fluxos migratórios nordestinos nos auxilia a compreender o processo das trocas populacionais na região. Observa-se que as próprias regiões metropolitanas nordestinas estão perdendo sua capacidade de absorção da população em detrimento às cidades da hinterlândia (FUSCO, 2012). Desta forma, esse novo *boost* nas migrações nordestinas são elementos importantes para levarmos em consideração antes de analisarmos as trocas populacionais do Semiárido Setentrional.

4. O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL EM SEU CONTEXTO MIGRATÓRIO NACIONAL.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL

A região semiárida é caracterizada pela ocorrência da caatinga como bioma predominante, constituindo o chamado “sertão nordestino”. Este por sua vez apresenta clima seco e quente, com chuvas que se concentram nas estações de verão e outono.

Essa sub-região do Nordeste brasileiro abrange cerca de 60% da área onde as chuvas são escassas e irregulares, com grande potencial torrencial pelo fato de se concentrarem em curtos períodos estacionais que duram geralmente de 3 a 5 meses (RAMALHO, 2013). Segundo a Classificação Climática de Köppen, os três climas predominantes no Semiárido são: o BShw que se caracteriza por uma curta estação chuvosa no verão e precipitações concentradas nos meses de Dezembro e Janeiro; o BShw' caracterizado por curta estação chuvosa no verão e no outono e maiores precipitações nos meses de Março e Abril; e o BShs'

com as características de curta estação chuvosa no outono e no inverno e precipitações concentradas nos meses de Maio e Junho (RAMALHO, 2013).

Essas informações representam uma área seca, com altas temperaturas, no qual as frequentes estiagens se tornam uma representação simbólica de toda a região Nordeste, tocada por uma natureza hostil que suscita problemas socioeconômicos como a fome, a miséria e o subdesenvolvimento (DANTAS, 2007). E também criando um imaginário político homogeneizador com a função de obter recursos e poder próprios para se apropriar das instituições públicas locais com o intuito de formar oligarquias que utilizam de seus expedientes para obter ajuda e subvenções da União para benefício próprio e manter seu *status quo* (DANTAS, 2007; ARAÚJO, 2000). Essa oligarquia nordestina utilizou-se do discurso determinista da rigidez climática para se inserir no modelo de desenvolvimento nacional e captar recursos para a região (DANTAS, 2007). E no plano do Governo Federal, foram realizados investimentos que utilizaram como força motriz do desenvolvimento econômico regional a indústria (DANTAS, 2007), único modelo desenvolvimentista tratado na época de sua implantação através do GTDN, e posteriormente, a SUDENE.

O Semiárido se caracteriza pela rigidez climática evidente, a precipitação anual varia entre 150 mm a 1300 mm, e temperaturas médias entre 28°C a 40°C (RAMALHO, 2013). As médias pluviométricas podem oscilar entre 300 mm a 800 mm anuais e com taxas médias de evaporação de 2000 mm/ano (AB'SÁBER, 1974). Contudo, apesar deste clima inóspito, a população do Semiárido dispõe de um conjunto de técnicas para extrair da própria natureza os alimentos necessários à sua subsistência, que os permite habitar a caatinga (CASTRO, 2010). Essa região também se caracteriza pela sua expressiva ocupação populacional quando comparamos com as demais regiões áridas do mundo (AB'SÁBER, 1999). Mais do que um recorte espacial distinto pela sua escassez de água, o Semiárido possui uma dinâmica social e demográfica própria que permite a essa população conviver com as estiagens prolongadas, e mais recentemente, reproduzir-se socialmente através de novas formas de produção econômica através de sua urbanização. O problema da região Semiárida se destaca pelo retardo nas tomadas de decisão, a limitação de recursos e a lenta execução de obras que viabilizem o acesso à água para sua população (RAMALHO, 2013) e sua estrutura política arcaica que monopoliza os interesses e investimentos do desenvolvimento do Semiárido e do Nordeste. Contudo, essa visão pessimista do Semiárido não corresponde com a sua trajetória histórica em ser uma região economicamente dinâmica no contexto nacional. Ainda que não tivesse uma importância no cenário nacional, o Semiárido nordestino possuía uma

importância como economia suplementar do litoral da cana de açúcar. Após o período de estagnação experimentado no processo de intensa urbanização ocorrido no Brasil a partir da década de 40, o Nordeste passou por um forte processo de emigração de sua população em direção ao Sudeste do país. Na década de 70 foi observada uma diminuição nas taxas geométricas de crescimento anual em todas as UF's do Nordeste, com a exceção do Maranhão, causada pela intensa saída de população através da migração (TASCHNER, BÓGUS, 1986).

O Semiárido atual apresenta funções regionais distintas das abordagens fatídicas advindas do determinismo geográfico. A transferência de recursos através das políticas de investimento do GTDN e da SUDENE aliados com a falência do modelo de Estado moderno na segunda metade da década de 80 permitiu a transferência de recursos controlados pelo Governo Federal para as UF's e municípios, e também a captação de recursos financeiros do exterior, dotando a região com uma maior articulação entre as esferas regional, nacional e mundial (DANTAS, 2007). Essa inserção do Nordeste, e mais especialmente do Semiárido, constroem novos espaços de produção com funções econômicas rurais e urbanas, que produzem por sua vez novos atores regionais entre os agentes políticos arcaicos e os novos capitais de investimento. Nesse novo discurso de caráter técnico, o Semiárido surge com dois importantes papéis: i) a ausência de chuvas e as altas taxas de insolação são características importantes e positivas para a prática da agricultura irrigada, pois a ausência de chuvas impede a reprodução de insetos, e a alta insolação está associada a alta fertilidade do solo que permite uma maior produtividade da prática agrícola; ii) a paisagem litorânea e o clima são importantes mercadorias turísticas que podem ser melhor exploradas (DANTAS, 2007). Além da instalação de grandes indústrias da economia urbana que foram atraídas para o Semiárido incentivadas pela isenção fiscal, financiamentos públicos e a oportunidade de explorar uma força de trabalho barata na região (ARAÚJO, 2000).

Essa breve leitura do desenvolvimento regional do Semiárido nos auxilia a compreender os fluxos migratórios que envolvem a região. Com esta reflexão não buscamos identificar elementos deterministas que expulsam ou atraem a população do Semiárido, mas consideramos essa leitura importante porque os modos de produção influenciam os fluxos migratórios que envolvem o Semiárido. Esta mudança nos modos de produção é um dos elementos importantes a serem levados em consideração para compreendermos o arrefecimento nos saldos negativos de migração que envolve a região Nordeste, e mais especialmente o Semiárido, e também a diminuição dos fluxos de migração interna no Brasil,

evidenciando que o novo paradigma migratório brasileiro se encaminha para uma maior retenção da população em seus espaços de atração populacional já consolidados e o aumento da migração de curtas distâncias.

O Semiárido Setentrional ou Sertão Norte compreende municípios das UF's do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, correspondendo a um total de 754 municípios ou 66,5% dos municípios do Semiárido (OJIMA, COSTA, CALIXTA, 2014). Essa região é predominantemente composta pelo clima semiárido onde as médias pluviométricas são iguais ou inferiores a 800 mm, com exceção das ilhas de umidade nas áreas de grandes altitudes nas serras (SANTOS, 2003). Esses espaços de grande altitude ou o leito dos rios e açudes são comumente utilizados como polos de atração turística ou servem para a exploração da agroindústria quando os terrenos são mais planos.

O Semiárido Setentrional é uma região que se caracteriza por prolongadas estiagens e períodos de seca que prejudicam principalmente a pecuária e a agricultura de subsistência, neste caso a população mais pobre é a que se encontra mais vulnerável a este fenômeno e a desertificação que também se evidencia na região (SANTOS, 2003).

Em suas características climáticas áridas, o Semiárido Setentrional é a porção do Semiárido que possui as menores quantidades de precipitação e maiores períodos de seca. Estas são as características ambientais que contribuíram para as altas taxas de emigração no passado, e com as novas formas de produção, tornou-se possível tirar novas vantagens destes espaços com clima mais árido e conformar espaços de atração populacional no Semiárido Setentrional.

4.2. O PROCESSO INVESTIGATIVO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL.

Para realizar o processo de análise investigativa das populações migrantes e seus fluxos no Semiárido Setentrional com o objetivo de depreendermos as migrações na forma como foi discutido anteriormente, foram utilizadas as informações dos Censos Demográficos 2000 de 2010 utilizando a informação de data fixa, a informação de onde o indivíduo residia em 31 de Julho de 1995 e 31 de Julho de 2005. Desta forma, podemos captar as migrações mais recentes, ocorridas no quinquênio entre 2005 e 2010, e ciente também que neste intervalo quinquenal podem ter ocorridos outros fluxos migratórios que não são captados

somente pela manipulação da informação de data fixa, contudo, como o objetivo principal desta pesquisa é identificar os espaços de atração populacional e a seletividade migratória, não iremos identificar todas as etapas migratórias cumpridas pela população migrante. Deste modo, a informação de data fixa nos permite elaborar estimativas robustas para identificarmos os migrantes e seus principais fluxos no período de 2005 a 2010.

É importante destacar também que na discussão que se pretende desenvolver, as populações migrantes são tratadas numa escala macrossocial, a de grandes processos e fluxos que influenciam a migração de forma não determinista. No entanto, as informações trazidas aqui não se tratam de grupos sociais, mas de indivíduos. Não estamos nos propondo a discutir ou solucionar as relações paradigmáticas entre as escalas micro e macro nos estudos migratórios como alguns autores já discutiram (MINCER, 1978; WOOD, 1982). As variáveis de seletividade são utilizadas para reconhecer as mudanças específicas que as populações migrantes vêm passando no Semiárido Setentrional, e que essas mudanças nos perfis seletivos, assim como os principais fluxos migratórios, são influenciadas por essas mudanças macroestruturais que o Semiárido Setentrional experimentou nos últimos anos.

Deste modo, através das estimativas de data fixa foram elaboradas as Taxas Líquidas de Migração – TLM, por município, que é o quociente entre o saldo migratório e a população observada no final do período, permitindo mensurar se a população aumentou ou diminuiu através da migração (RIGOTTI, 1999).

A segunda forma que utilizamos para mensurar os volumes migratórios é o Índice de Eficácia Migratória – IEM, que foi utilizado por Thomas e Shyrock onde se calcula a razão entre o saldo migratório e a soma dos imigrantes e emigrantes (ONU, 1970). O resultado deste índice é um valor que varia entre -1 a 1 indicando a efetividade da migração, se o determinado recorte espacial possui a capacidade de atrair e reter os migrantes (valores positivos) ou se ele possui maior propensão à migração (valores negativos). Os IEM's entre -0,1 e 0,1 foram considerados como áreas de rotatividade migratória (BAENINGER, 1999).

A terceira medida utilizada é a Taxa de Retorno Migratório, onde se utilizou a razão entre os migrantes retornados e os retornados de curto prazo sobre o total de imigrantes no município. Esta razão simples nos possibilita uma visualização rápida da participação do retorno migratório nos municípios analisados.

4.3. A POPULAÇÃO DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL

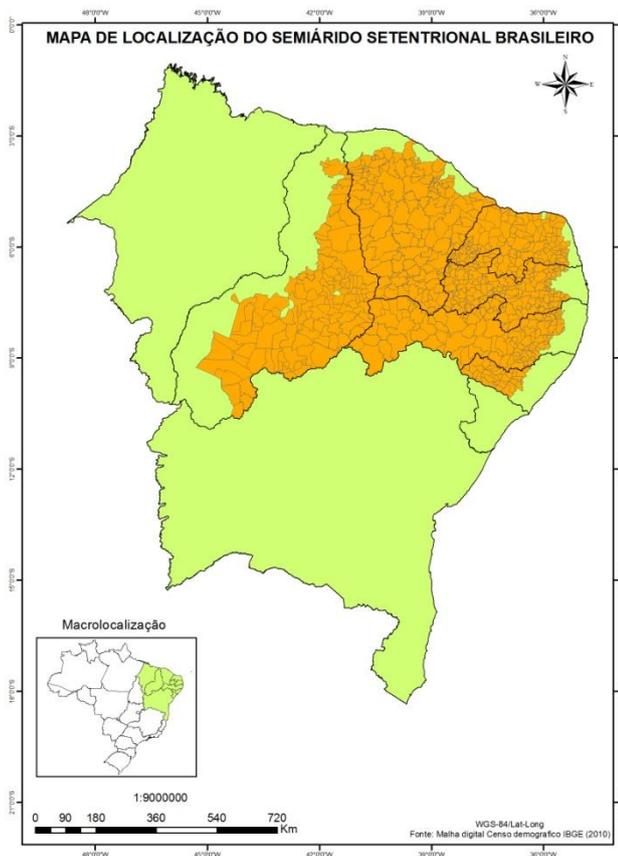
O Semiárido é uma região extensa, dotada de grande heterogeneidade em sua composição social, cultural, climática, demográfica e econômica. Este recorte espacial foi escolhido por se tratar da região mais seca do semiárido, com os maiores índices de subdesenvolvimento e com uma problemática social mais complexa. Ou seja, é a sub-região que mais se assemelha a construção do imaginário social do Nordeste como uma região extremamente seca, a qual a população necessitaria emigrar para poder sobreviver. O foco principal nos municípios que compõem o Semiárido Setentrional proporcionará a análise dos processos migratórios nesta sub-região com o intuito de desconstruir a ideia do Semiárido como uma região predominantemente pobre e expulsora de sua população, e analisar os novos processos migratórios e demográficos que vêm ocorrendo na região.

O Semiárido Setentrional é composto por 754 municípios que compreendem cerca de 14 milhões de pessoas habitando a região e uma área de 439.774,4 km². Devido a suas condições climáticas e morfoestruturais, o potencial hidrogeológico é muito limitado, com exceção das áreas marginais ao Rio São Francisco e seus afluentes além de outros rios intermitentes como o Jaguaribe, o Açu e o Paraguaçu (SANTOS, 2003).

Apesar das características climáticas rigorosas, ocorreram grandes mudanças nas cidades do Semiárido Setentrional como o crescimento do emprego público, o aumento da fruticultura irrigada no vale do Rio São Francisco e do Açu/Mossoró e do Baixo Jaguaribe, a pecuária leiteira no Semiárido de Alagoas e a expansão do agronegócio como a caprinocultura, ovinocultura, o mel de abelha, o fumo e a cajuicultura (SANTOS, 2003).

Deste modo, consideramos o próprio Semiárido Setentrional uma sub-região com características internas distintas e que passou por um conjunto de transformações sociais que dão novas formas ao seu processo de urbanização e com novas complexidades em seus fluxos migratórios.

FIGURA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL



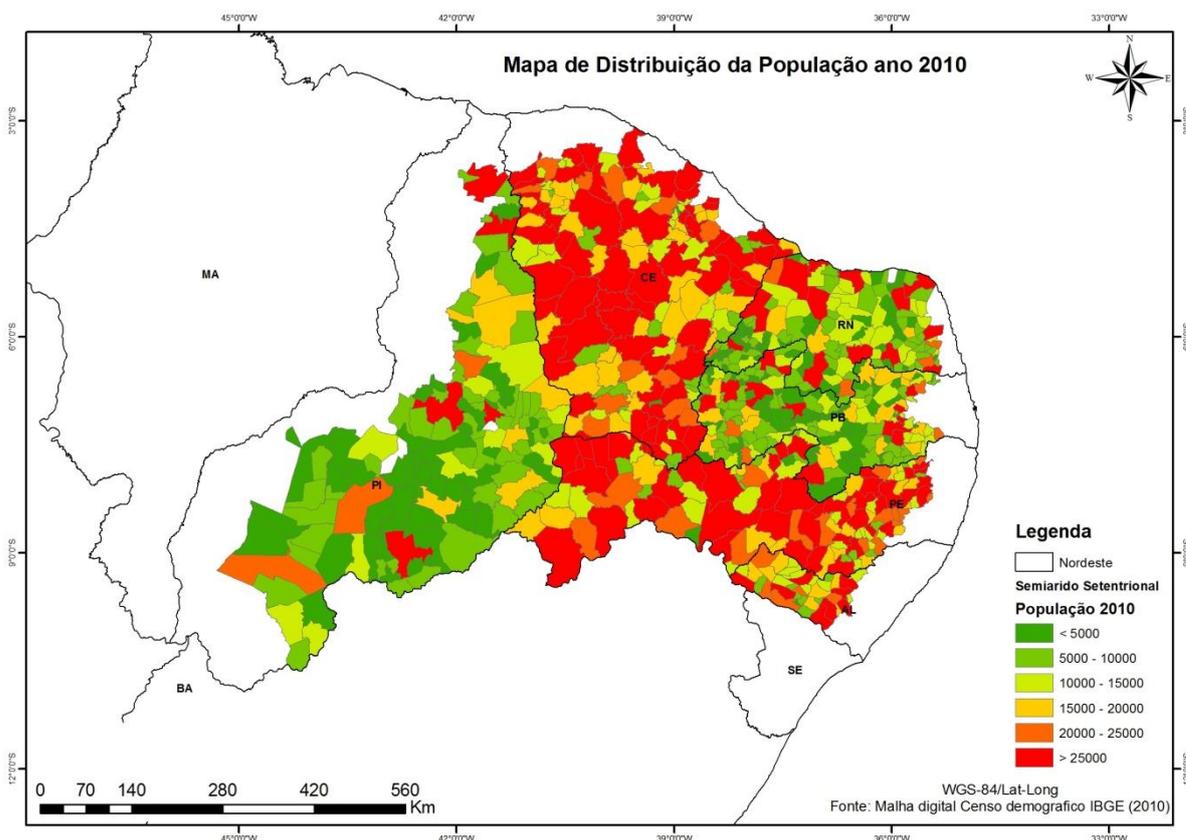
Fonte: Censo Demográfico, 2010.

O Semiárido Setentrional se localiza na porção norte da região Nordeste acima da Bahia e do Sergipe, o Maranhão também se exclui das regionalizações do Semiárido e do Semiárido Setentrional por não possuir nenhuma característica de aridez em seu território.

Na Figura 2 pode se verificar que as UF's do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas possuem a maior parte de seus territórios na região que se caracteriza como Semiárido Setentrional em sua hinterlândia. Este recorte espacial se limita ao sul com a Bahia e o Sergipe próximo a bacia do rio São Francisco, ao oeste com a UF do Piauí onde começa a apresentar as características do cerrado piauiense. Ao leste o Semiárido Setentrional se limita com a zona da mata do litoral nordestino, onde o clima se torna mais ameno e mais úmido devido às correntes oceânicas. Na porção Norte da região Nordeste alguns municípios se identificam com as características de estiagens mais prolongadas e intensas do Semiárido Setentrional no litoral, principalmente no litoral setentrional do Rio

Grande do Norte e em alguns municípios do Ceará, dentre eles o município de Caucaia que faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza.

FIGURA 2 – MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL - 2010



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

A população no Semiárido Setentrional se distribui desigualmente em seus municípios. Como pode ser observado na Figura 2, há uma forte presença de pequenos municípios com uma população de até 10.000 habitantes nas UF's do Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. Os municípios com maior porte populacional do Semiárido Setentrional fazem parte das UF's do Ceará, Pernambuco e Alagoas. Os municípios com maior porte populacional se distribuem por todo o território das UF's acima citadas, indicando que não há uma concentração de população nos municípios do Semiárido Setentrional próximo às Regiões Metropolitanas do Nordeste, eles se distribuem por toda a região, o que indica um processo de distribuição de população distinto, mas não independente, dos centros urbanos do Nordeste.

Essa distribuição desigual da população na Figura 2 suscita duas reflexões: i) a população do Semiárido Setentrional se distribui em pequenas aglomerações pelos municípios que compõem a região, ou seja, a sua extensão territorial é ocupada pela sua população de forma dispersa, mas com alguns municípios densamente povoados; ii) essa maior dispersão e distribuição desigual da população suscita questões importantes no planejamento territorial, numa região com grandes desigualdades sociais e ambientais que tornam o acesso a alguns serviços como os de saúde e educação desafios maiores para o planejamento urbano e regional no contexto da transição demográfica e nos seus fluxos migratórios.

4.3.1 AS TIPOLOGIAS DAS POPULAÇÕES

Para reconhecermos a importância que a migração tem para o Semiárido Setentrional e compreender as heterogeneidades dos processos migratórios, classificamos a população nas seguintes categorias segundo o seu status migratório:

- Não Migrante: A população não migrante é constituída pelos indivíduos naturais do município que sempre residiram neste mesmo município. É composto pelo grupo de pessoas que em seus antecedentes não possuem nenhum tipo de experiência migratória para fora do seu município de origem, elas sempre tiveram como local de residência o mesmo município. Esta classificação é importante para fins relacionais, ao compararmos as condições dos indivíduos que possuem algum tipo de antecedente migratório com os que não possuem antecedentes migratórios.
- Imigrante: Estes são os indivíduos dos municípios do Semiárido Setentrional que na data de referência da informação de data fixa declararam residir em algum município brasileiro, incluindo os municípios do Semiárido Setentrional, e no Censo Demográfico de 2010 declararam como local de residência algum município do Semiárido Setentrional. Os imigrantes do Semiárido Setentrional se subdividem segundo o seu local de origem:
 - Imigrante Direto: Esta subcategoria se refere aos imigrantes em seu sentido clássico, são os indivíduos não naturais do município que migram para um município do Semiárido Setentrional. Nesta categoria estão inclusos os imigrantes que tem como origem os municípios do Semiárido Setentrional e os

demais municípios do Brasil. A opção em selecionar os imigrantes não naturais, os que migraram para um município distinto do seu lugar de origem, se deve a possibilidade de analisar os perfis seletivos entre os imigrantes não retornados e os imigrantes retornados. Com isso será possível identificar os processos distintos que ocorrem entre estas duas subcategorias de modalidades de migração na região.

- Imigrante Retornado: Esta subcategoria compreende os indivíduos naturais do município que em 31 de Julho de 2005 declararam como local de residência algum outro município brasileiro e em 2010 declararam como local de residência o seu município de origem. São os indivíduos que após a emigração, voltaram a estabelecer residência no seu município de nascimento. Estão inclusos nessa subcategoria também os imigrantes de retorno de curto prazo, que são os indivíduos que declararam na data fixa o seu município de nascimento como local de residência e em 2010 declararam este mesmo município como local de residência. São os imigrantes que no período de 2005/2010 estabeleceram residência em algum outro município do Brasil e imigraram novamente para o seu município de nascimento. Objetiva-se com isso identificar todos os fluxos do retorno migratório no último quinquênio do Censo Demográfico de 2010. O conceito de migração de retorno plena, isto é, o indivíduo que retornou para o mesmo município que nasceu, é importante para analisarmos os efeitos que a migração de retorno tem para os pequenos municípios que compõem o Semiárido Setentrional. Se utilizássemos outra categoria espacial para o retorno, como a UF, obscureceria o conhecimento da migração de retorno para estas pequenas municipalidades, as quais são predominantes no Semiárido Setentrional e necessitam ser mais bem contextualizadas nesta pesquisa.

- Emigrante: Esta categoria compreende todos os indivíduos que em 31 de Julho de 2005 declararam como local de residência algum município do Semiárido Setentrional e em 2010 declararam como local de residência qualquer outro município brasileiro, incluindo os próprios municípios do Semiárido Setentrional. A opção por incluir os próprios municípios do Semiárido Setentrional se deve a possibilidade de analisar a

importância dos fluxos migratórios de longas e curtas distâncias, e como hipótese, evidenciar a importância das trocas populacionais intrarregionais no Semiárido Setentrional.

Para analisarmos os perfis de seletividade migratória e conhecer as especificidades entre as populações não migrantes e as demais tipologias de migrantes, utilizaremos um conjunto de variáveis para caracterizar as populações, as quais nos permita inferir sobre a mudança de paradigma nos fluxos migratórios que envolvem o Semiárido Setentrional:

- **Sexo:** Os fluxos migratórios nas décadas de 60 a 90 possuíam uma maior proporção de homens migrantes (CARVALHO, GARCIA, 2002), caracterizando a participação de uma força de trabalho masculina, má qualificada, que emigrava para as demais regiões brasileiras para exercer atividades de baixa remuneração. Como hipótese, pressupomos que a maior participação da migração feminina é um indicativo de maior diversidade nas formas de trabalho e de oportunidades que surgem no Semiárido Setentrional.
- **Idade:** O conhecimento da estrutura etária das populações migrantes é essencial para inferirmos sobre os efeitos que ocorrem em suas populações de origem e destino. Nas décadas de 60 a 90 os emigrantes nordestinos pertenciam aos grupos etários mais jovens (CARVALHO, GARCIA, 2002), e também como hipótese, espera-se observar uma maior participação dos grupos etários mais envelhecidos. Isto se deve em parte pelo próprio envelhecimento populacional da população brasileira, e também pela mudança de paradigma do migrante do Semiárido Setentrional.
- **Grau de Escolarização:** Para pressupormos sobre a melhoria na qualidade de vida das populações migrantes, utilizaremos os anos de estudo como uma variável que indicaria melhorias nas possibilidades de aumento de renda da população. Considerando que somente a variável de renda média não seria esclarecedora quando pensamos em efeitos de longo prazo, com os anos de estudo é possível pensar as expectativas presentes e futuras dessas populações.

- Renda: A informação da renda média nos permite realizar análises das condições atuais de vida das tipologias de população e observar a participação que estas populações tem neste novo investimento de capitais no Semiárido Setentrional.
- Benefícios dos Programas de Transferência de Renda: Dentro do contexto de desigualdades e relações sociais que caracterizam o Semiárido Setentrional, a análise da participação desses grupos de população nos programas de transferência de renda pode ser um elemento da seletividade migratória que estaria influenciando os fluxos migratórios. Essa renda extra para os indivíduos poderia estar estimulando o retorno migratório e/ou a maior retenção da população em seu local de residência. Para verificar estas hipóteses analisaremos a participação dessas tipologias de população nos programas de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento Social, mais especificamente o Programa Bolsa Família – PBF e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Com base nestas categorias analíticas e o auxílio de mapas e demais pesquisas bibliográficas realizadas neste tema, objetivamos compreender essas mudanças nos fluxos migratórios que envolvem o Semiárido Setentrional e seus efeitos para os processos de urbanização e desenvolvimento atuais na região.

4.4 AS MIGRAÇÕES NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL

Os fluxos migratórios no Nordeste são tradicionalmente polarizados por suas capitais. Contudo, o processo de crescimento e expansão urbanas têm conformado novos fluxos em direção às cidades vizinhas a estas capitais, dotando as Regiões Metropolitanas de uma maior quantidade de funções e formas de produção (OJIMA et al, 2010), mas apesar do crescimento dessas RM's, surgem polos econômicos na hinterlândia nordestina, revelando a existência de algumas possibilidades (FUSCO, 2012), mais especificamente, de novas tendências de atração de população no Semiárido Setentrional. Entre os municípios que compõem a região

Nordeste, as cidades que possuem uma maior capacidade de oferecer melhores condições de renda e oportunidade de emprego, são escolhidas como destino preferencial da população migrante. O Maior acesso a mercados potenciais, de consumo, serviços ou trabalho, está diretamente associado a economias urbanizadas e com aglomeração de pessoas, ou seja, a urbanização destes municípios é o principal fator para atrair população (RAMALHO, 2006).

Também se destaca na região as migrações intermunicipais de curtas distâncias (RAMALHO, 2006). Isto corrobora a importância em se analisar as migrações do Semiárido Setentrional, que por ser uma região tradicionalmente expulsora de sua população, possui novos processos urbanos e de inserção numa lógica de produção econômica e social que reproduz espaços de imigração na região de “seca”. E a representatividade maior das migrações de curtas distâncias torna o contexto de trocas intrarregionais um fenômeno importante para compreendermos a dinâmica regional do Semiárido Setentrional.

Deste modo, após reconhecer a representatividade e características demográficas gerais dos migrantes retornados, levaremos em considerações os processos de redistribuição da população no Semiárido Setentrional em seu contexto de urbanização com o intuito de reconhecer as mudanças de uma região que era tradicionalmente expulsora, e agora possui novos espaços que atraem os migrantes. Destarte, identificaremos quais municípios no Semiárido Setentrional atraem mais migrantes nesse contexto de urbanização, e também as características de seletividade migratória que nos permitirá compreender as mudanças estruturais que estão ocorrendo nas migrações do Semiárido Setentrional.

4.4.1 IMIGRAÇÃO NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL E URBANIZAÇÃO

O processo de urbanização está estritamente ligado à concentração geográfica, este por sua vez, modifica a forma com as quais as cidades são feitas e refeitas (HARVEY, 2014). A urbanização modifica as formas de produzir, trabalhar e de viver. Ele torna-se o lugar do encontro das coisas, das pessoas e da troca (LEFEBVRE, 2008). No Semiárido Setentrional, este novo urbano surge através das políticas de incentivo na indústria e nos serviços, modificando o modo de vida da população destas cidades e dos municípios ao seu entorno, criando novas dinâmicas de redistribuição da população nestes municípios que possuem novas formas de produzir.

O processo de urbanização modificou drasticamente os agrupamentos tradicionais das vilas camponesas, as unidades mais vastas absorvem e se integram à indústria e ao consumo

de produtos, assim a concentração de população acompanha a dos meios de produção (LEFEBVRE, 2008). Esta concentração de população ainda é um forte indicador dos processos de urbanização nos municípios brasileiros apesar do aumento da dispersão urbana em todos os municípios do Brasil, e não somente nos centros metropolitanos (OJIMA, MARANDOLA JR, 2012). Considerando estas complexidades urbanas, dividimos os municípios que fazem parte do Semiárido Setentrional por seus contingentes populacionais para observar os fluxos migratórios através destes agrupamentos.

Através desta perspectiva será possível observar o efeito que as migrações têm no crescimento destes diversos tipos de cidades do Semiárido Setentrional em seus diversos contextos de produção urbana. E também, identificar os volumes migratórios e seus locais de origem. Objetiva-se com essa análise reconhecer os fluxos migratórios no Semiárido Setentrional e seus possíveis efeitos no contexto dos novos processos de distribuição da população. Isto inclui analisar a importância das migrações de curtas e longas distâncias, a relação de trocas migratórias do Semiárido Setentrional com os demais municípios do Brasil e seus diferentes perfis de seletividade.

4.4.1.1 A MIGRAÇÃO DE NÃO NATURAIS

O Semiárido Setentrional em sua heterogeneidade espacial possui espaços de atração e repulsão de população. No período de 2005 a 2010 a região recebeu 850.046 imigrantes diretos intermunicipais, incluindo aqui os municípios do próprio Semiárido Setentrional. Conforme pode ser observado na Tabela 5, 14.181.318 pessoas habitam esta região que possui um contexto bastante heterogêneo de fragilidades e que vêm passando por um conjunto de mudanças sociais e econômicas nas duas últimas décadas.

Pode-se observar também na Tabela 5 que o Semiárido Setentrional, ao desconsiderarmos os migrantes de retorno de curto prazo, apenas os imigrantes diretos, ainda se constitui como um espaço expulsor de sua população, com um saldo negativo de 350.668 emigrantes, e com uma TLM de -2,47, representando que também houve uma diminuição nas taxas negativas de migração no Semiárido Setentrional. Apesar dos valores ainda serem negativos, a imagem de uma região tradicionalmente expulsora de sua população não é mais apropriada para conceituarmos este espaço. O IEM de -0,17, um valor próximo a zero, indica uma região de baixa expulsão de população, estando num valor próximo a ser considerado de rotatividade migratória. O Semiárido Setentrional está passando por um processo de transição

em suas tendências migratórias, os quais se apresentam de forma heterogênea em seus espaços intrarregionais.

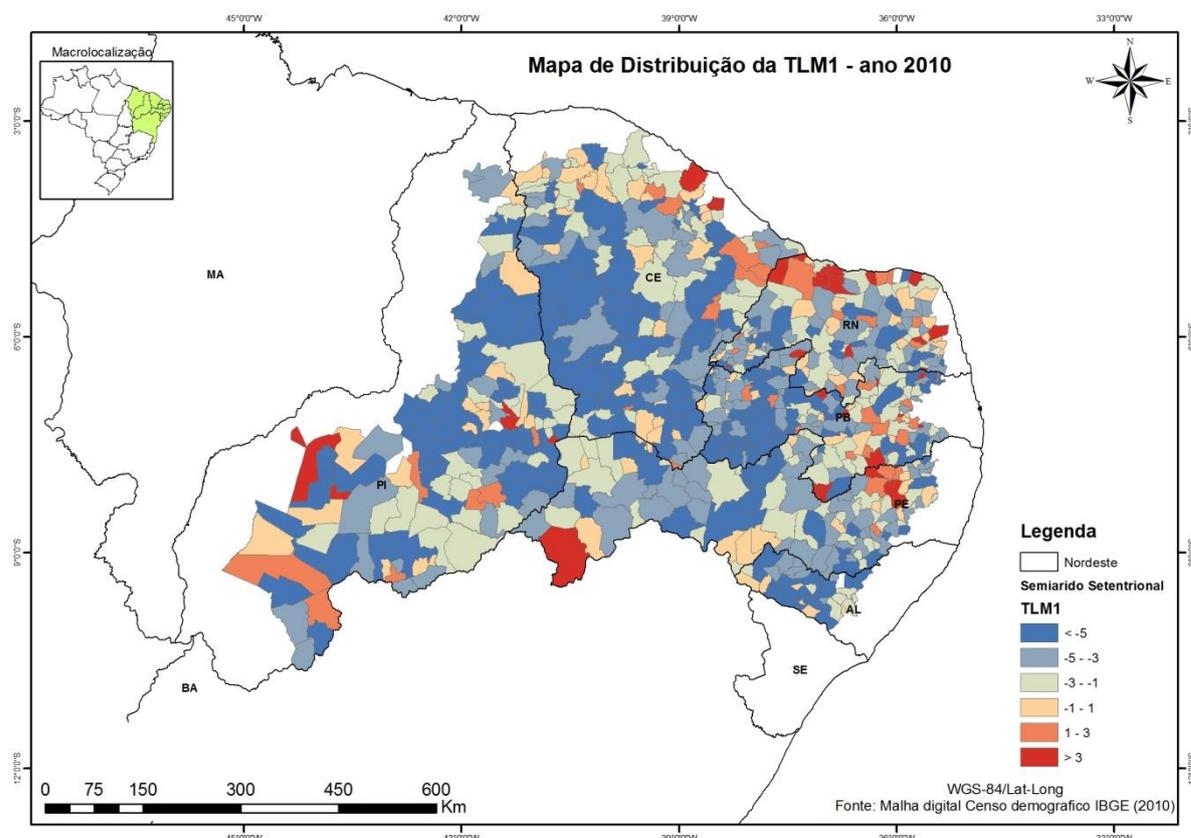
TABELA 5 – TAXAS DE MIGRAÇÃO PARA O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL PARA A IMIGRAÇÃO DIRETA 2005/2010.

	População	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	TLM	IEM
Semiárido Setentrional	14.181.318	850.046	1.200.714	-350.668	-2,47	-0,17

Fonte: Censo Demográfico 2010

Estes saldos migratórios distribuem-se de forma heterogênea entre seus municípios. Conforme pode ser observado na Figura 5, os municípios do Semiárido Setentrional estão perdendo sua população através alta emigração. Ainda na Figura 5 as cores azul e branca mostram as Taxas Líquidas de Migração quando contabilizamos as migrações diretas na região. Enquanto os tons em vermelho representam os municípios que possuem as TLM's positivas, indicando que as imigrações na região ocorrem de forma muito concentrada em poucos municípios.

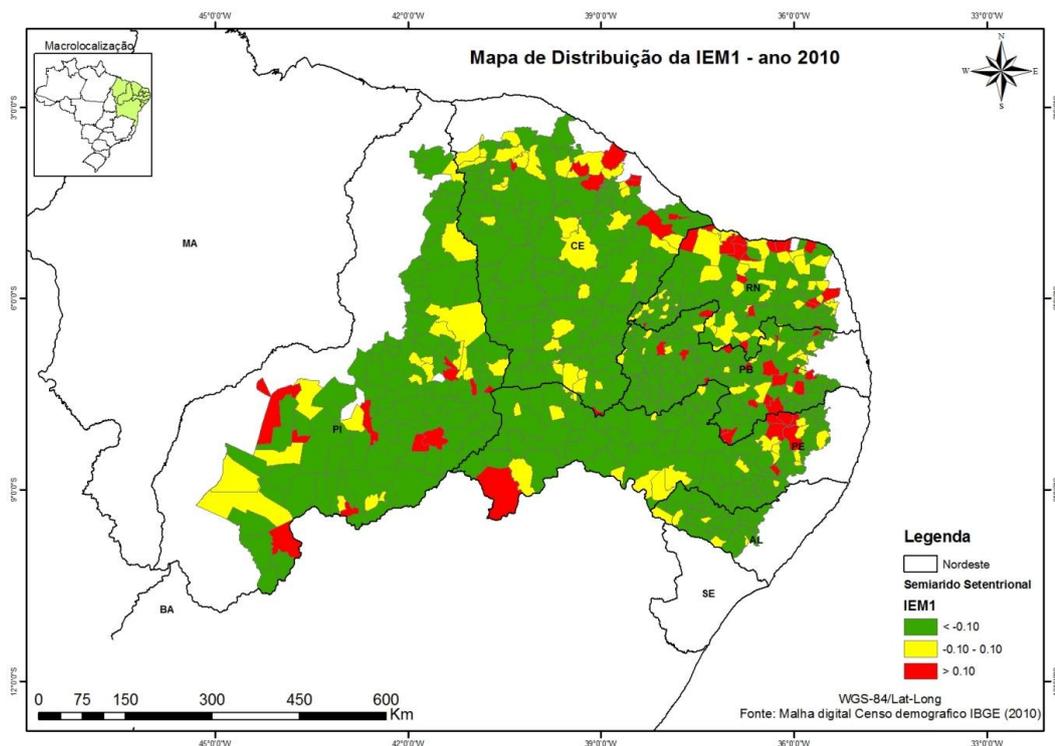
FIGURA 5 – TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO PARA A MIGRAÇÃO DIRETA NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL -2010.



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Isto se torna bastante evidente quando analisamos a Figura 6. O Semiárido Setentrional apresenta uma grande quantidade de municípios com um IEM inferior a $-0,10$ que são os municípios expulsores de população. Algumas marcas em amarelo, que são os IEM's entre $-0,1$ a $0,1$, indicando áreas de rotatividade migratória, muito expressivas na UF do Rio Grande do Norte. E as áreas de atração populacional com um IEM superior a $0,10$. Essa classificação é baseada em metodologias de pesquisas já realizadas (BAENINGER, 1999). Estas últimas aparecem em menor proporção e se distribuem entre todas as UF's que formam o Semiárido Setentrional, com a exceção de Alagoas que possui municípios predominantemente expulsores de população.

FIGURA 6 – ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA PARA A MIGRAÇÃO DIRETA NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL – 2010.



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Na Tabela 6 constam os saldos e taxas migratórias dos municípios aglomerados pelo seu contingente populacional. Como já foi observado, não estamos querendo reduzir o debate sobre cidades médias para apenas a quantidade de população num município, mas esta ainda é uma forma de organizar as informações sobre migração e, destacamos também que no Semiárido Setentrional a quantidade de população num município é uma característica importante para identificarmos os processos de urbanização mais intensos e as próprias cidades médias na região, que por terem passado por processos de “modernização” mais recentemente, possuem características demográficas distintas das cidades médias da região Sudeste e do restante do Brasil.

TABELA 6 – SALDOS DA MIGRAÇÃO DIRETA SEGUNDO PORTE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL – 2005/2010.

Agrupamento	Pop 2000	Pop 2010	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	TLM	IEM
0 a 5.000	572.697	601.835	36.489	53.357	-16.868	-2,80	-0,19
5.001 a 10.000	1.249.026	1.303.042	73.257	119.608	-46.351	-3,56	-0,24
10.001 a 20.000	2.890.646	3.084.045	155.286	266.931	-111.645	-3,62	-0,26
20.001 a 50.000	3.638.327	3.938.396	209.650	356.990	-147.340	-3,74	-0,26
50.001 a 100.000	2.159.363	2.441.343	160.931	203.431	-42.500	-1,74	-0,12
100.001 a 200.000	651.936	769.369	45.967	57.417	-11.450	-1,49	-0,11
200.001 ou +	1.690.422	2.043.288	168.466	142.980	25.486	1,25	0,08
TOTAL	12.852.418	14.181.318	850.046	1.200.714	-350.668	-2,47	-0,17

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Estas informações sobre migração são importantes quando observamos a distribuição dos municípios do Semiárido Setentrional conforme a Figura 7. As maiores cidades, as quais possuem saldos positivos de migração, representam apenas sete² municípios conforme a Tabela 7. E as áreas de baixa expulsão, os municípios entre 50.001 a 200.000 habitantes, representam 43 municípios do Semiárido Setentrional. Conforme pode ser observado no Gráfico 3, estes três agrupamentos representam 7% dos municípios na região e cerca de 44,16% de todos os fluxos de imigração de não naturais.

TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS POR AGRUPAMENTO DE POPULAÇÃO

Agrupamento	Número de Municípios
0 a 5.000	167
5.001 a 10.000	188
10.001 a 20.000	215
20.001 a 50.000	134
50.001 a 100.000	37
100.001 a 200.000	6
200.001 ou +	7
TOTAL	754

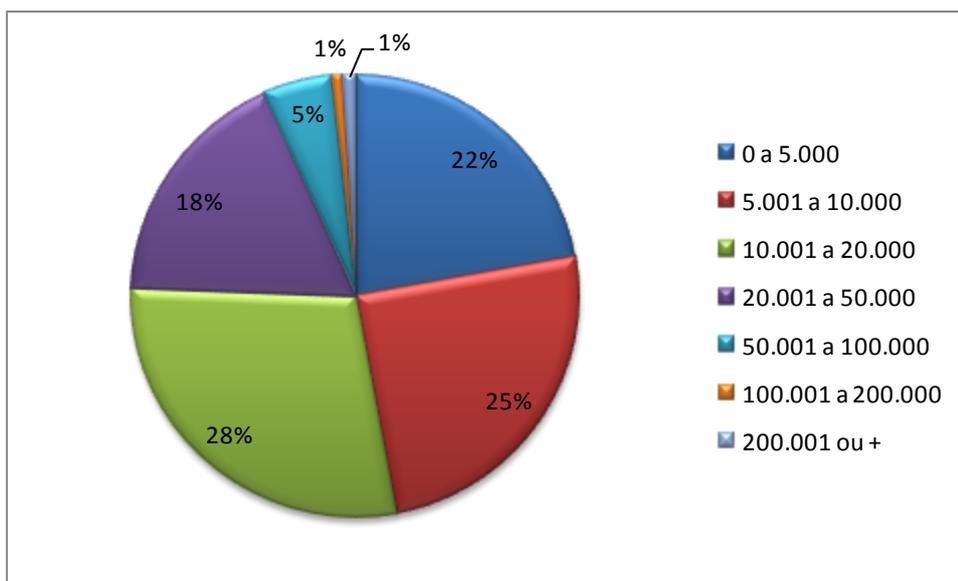
Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Os outros agrupamentos que compreendem 93%, conforme a Figura 7, dos municípios da região são os que possuem as maiores taxas negativas. Isto representa ainda o lento

² Caucaia-CE, Juazeiro do Norte-CE, Mossoró-RN, Campina Grande-PB, Caruaru-PE, Petrolina-PE e Arapiraca-AL

processo de urbanização e melhora nas condições de vida destas pequenas municipalidades. Deste modo, como evidenciado através da Tabela 7 e da Figura 7, os fluxos migratórios no Semiárido Setentrional ocorrem de forma concentrada.

FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR AGRUPAMENTO DE POPULAÇÃO



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Ao separarmos os saldos migratórios pelo porte populacional dos municípios do Semiárido Setentrional, observamos que quanto maior o porte populacional do município, maior será a sua capacidade de atração de população e suas taxas se aproximam de valores positivos. Isto corrobora a hipótese que o processo de modernização no Semiárido Setentrional ocorre de forma concentradora, isto é, os espaços que mais absorvem e retém população são os que possuem maior população, serviços, oportunidade de trabalho, em suma, possuem um processo de urbanização mais avançado quando comparado aos demais municípios da região.

As TLM's e os IEM's possuem uma tendência decrescente na medida em que analisamos os municípios com menor porte populacional. Curiosamente, os municípios com até 5.000 habitantes não acompanham esta tendência, ao contrário do que observamos em nossas hipóteses. Apesar dos menores municípios se caracterizarem como espaços de expulsão com uma TLM de -2,80 e um IEM de -0,19, os municípios de até 5.000 habitantes não são os que possuem as maiores taxas de emigração.

Os municípios entre 5.001 a 50.000 habitantes são os que possuem as maiores características de espaços de expulsão de população com uma TLM média por volta de -3,63 e um IEM por volta de -0,25. Estes municípios são os que possuem o maior número de emigrantes, representando cerca de 61,9% de todas as emigrações que ocorrem na região.

Os agrupamentos com população acima de 50.001 habitantes se caracterizam como áreas de expulsão e de alta rotatividade migratória. Os agrupamentos com 50.001 a 100.000 e 100.001 a 200.000 habitantes possuem TLM's de -1,74 e -1,49 e IEM's de -0,12 e -0,11 respectivamente. Estes dois agrupamentos se caracterizam por ser uma área de baixa emissão de população, estando muito próximas a serem consideradas como áreas de rotatividade migratória.

Por último, o aglomerado com mais de 200.000 habitantes é o único recorte que possui uma TLM positiva de 1,25. Estas são as principais cidades do Semiárido Setentrional, que são os seus centros urbanos ou as cidades médias. Por concentrarem as maiores funções, estruturas e serviços, elas possuem as maiores condições de serem considerados como espaços de atração de população, apesar de seu IEM ser 0,08, indicando uma alta rotatividade migratória. Portanto, este recorte além de simplesmente absorver população, eles polarizam as trocas de população no Semiárido Setentrional.

Apesar destes recortes através de agrupamentos mais gerais esconderem características migratórias individuais dos municípios, ressaltamos que em cada conjunto destes municípios também ocorrem heterogeneidades, existem pequenos municípios com TLM positivas e municípios maiores com TLM negativas. Daremos destaque aos casos específicos mais adiante.

Para compreendermos os fluxos de migração no Semiárido Setentrional, levaremos em consideração a migração de retorno para verificar o impacto que esta tipologia de migração possui nos fluxos da região.

4.4.1.2 MIGRAÇÃO DE RETORNO NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL

No subtópico anterior foram analisadas as taxas de migração direta da população no Semiárido Setentrional. Nos dados já mostrados, pode-se evidenciar relações entre o processo de urbanização e reestruturação produtiva na região que concentra a população numa pequena quantidade de cidades, enquanto os outros municípios mantêm taxas negativas. Para ampliar essa discussão, iremos analisar as informações dos migrantes de retorno e dos migrantes de

retorno de curto prazo. Neste caso, utilizamos como migrantes de retorno apenas os migrantes naturais de municípios do Semiárido Setentrional para podermos captar o retorno que estaria mais ligado às redes familiares e sociais.

TABELA 8 – REPRESENTAÇÃO DOS MIGRANTES DE RETORNO DE CURTO PRAZO PARA O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL – 2005/2010.

	Imigrantes	Imigrante Retornados	Participação Relativa de Retornados	Total
Semiárido Setentrional	850.046	237.590	21,84	1.087.636

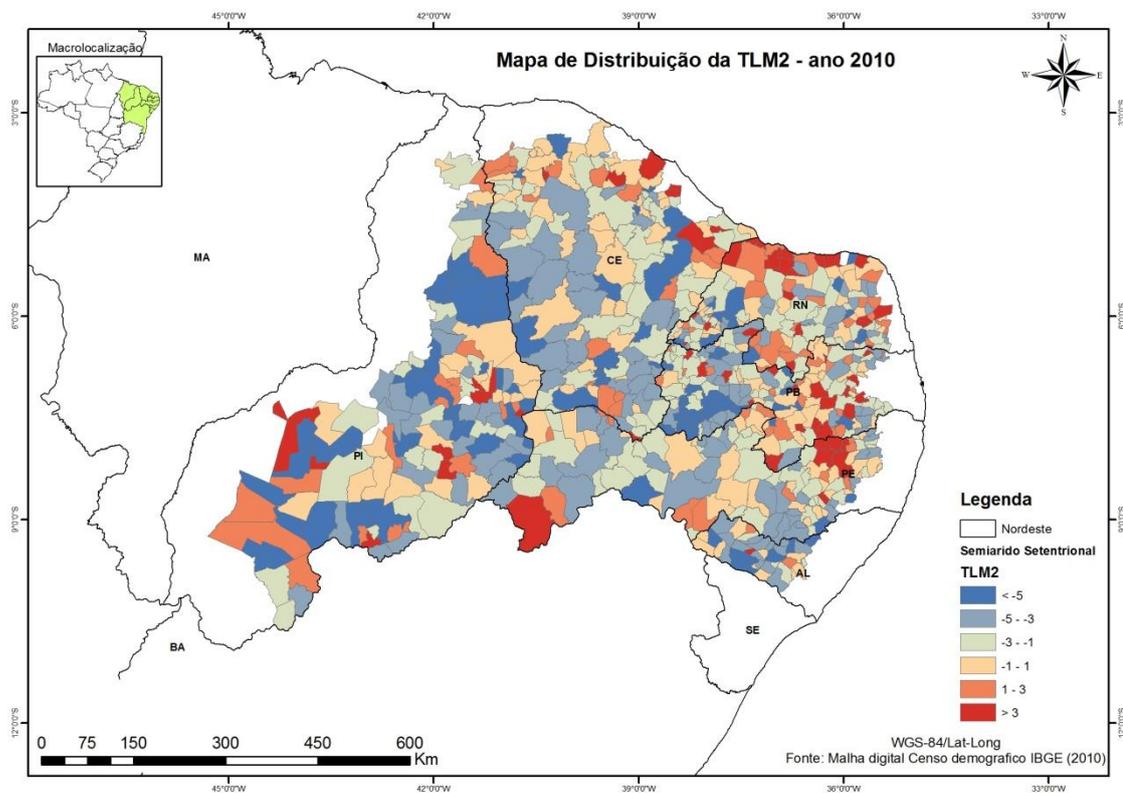
Fonte: Censo Demográfico, 2010

Ao contabilizarmos a migração de retorno e a migração de retorno de curto prazo, observa-se um aumento na imigração no Semiárido Setentrional em cerca de 27,95%, fazendo com que as migrações de retorno tenha um peso expressivo nos fluxos migratórios da região. Conforme mostra a Tabela 8, existem 237.590 migrantes de retorno no período de 2005/2010, o que resultaria num total de 1.087.636 imigrantes no Semiárido Setentrional, representando cerca de 21,84% de toda a imigração que ocorre na região.

Ao contabilizarmos estes migrantes retornados nas TLM's por município do Semiárido Setentrional, constata-se importantes mudanças em relação às TLM's da migração direta como já foi mostrado na Figura 5. Ao considerar a migração de retorno e a migração de retorno de curto prazo na região, os municípios com TLM's negativas tornam-se menos expressivos. Apesar das TLM's negativas ainda serem preponderantes, pode-se observar na Figura 8 TLM's mais próximas de zero e uma maior participação de municípios com saldos positivos.

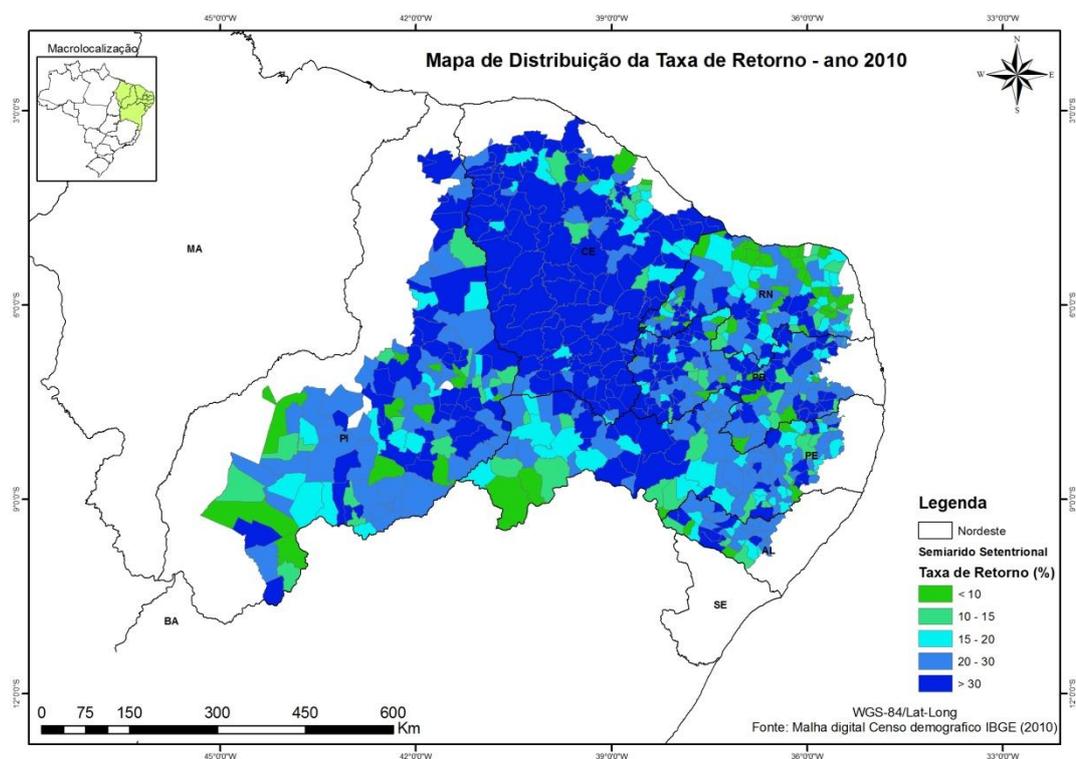
Esta mudança nas tendências sobre migração na região se deve a alta participação do retorno migratório, que mais recentemente contribui para que o Semiárido Setentrional se torne uma área de alta rotatividade migratória. Na Figura 9 pode se observar que o retorno migratório é um processo que ocorre em todo o Semiárido Setentrional, com maior expressão na UF do Ceará. Indicando que a análise do retorno migratório no nível municipal ainda é uma questão relevante para compreendermos os fluxos migratórios na região. E principalmente, compreender o retorno migratório para os pequenos municípios do Semiárido Setentrional que não possuem dinamismo econômico e não passaram por nenhum processo de reestruturação nos seus meios de produção, e mesmo assim, apresentam proporções consideráveis de pessoas que saíram dessas pequenas cidades e retornaram para residir nelas.

FIGURA 8 – TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO PARA O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL COM OS IMIGRANTES DIRETOS, IMIGRANTES RETORNADOS E IMIGRANTES RETORNADOS DE CURTO PRAZO – 2010.



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

FIGURA 9 – TAXA DE RETORNO MIGRATÓRIO PARA OS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL – 2010.



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Desta forma, a migração de retorno de naturais dos municípios, apesar de suas limitações ao serem analisadas a nível municipal, mostra uma expressiva importância para compreendermos as migrações no Semiárido Setentrional. Isto indica uma tendência de atração nos municípios de origem destes migrantes, e/ou dificuldades encontradas no local de destino que fazem com que essa população reemigre. A inclusão deste tipo de migração nos saldos do Semiárido Setentrional modifica as características de expulsão da região para uma área de alta rotatividade, ao mesmo tempo que possui grandes fluxos de pessoas saindo, também há diversos fluxos de pessoas chegando ao Semiárido Setentrional.

TABELA 9 – TAXAS DE MIGRAÇÃO INCLUINDO OS IMIGRANTES E IMIGRANTES DE RETORNO DE CURTO PRAZO PARA O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL 2005/2010.

	População	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	TLM	IEM
Semiárido Setentrional	14.181.318	1.087.636	1.200.714	-113.078	-0,80	-0,05

Fonte: Censo Demográfico, 2010;

Neste cálculo, o IEM passa de -0,17 na Tabela 5, para -0,05 conforme consta na Tabela 9. Nesse contexto, o Semiárido Setentrional pode ser considerado uma região de alta rotatividade migratória pela contribuição dos imigrantes de retorno que se apresentam em grande quantidade na região. Para termos uma visualização mais precisa desses migrantes de retorno, a Tabela 10 apresenta as taxas de migração por agrupamentos de municípios contabilizando os migrantes destes tipos de retorno.

TABELA 10 – TAXAS DE MIGRAÇÃO COM OS IMIGRANTES DE RETORNO POR AGRUPAMENTO DE MUNICÍPIOS PARA O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL 2005/2010.

Agrupamento	Pop 2010	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	TLM	IEM	Retornados	Taxa de Retornados
0 a 5.000	601.835	46.314	53.357	-7.043	-1,17	-0,07	9.825	21,21
5.001 a 10.000	1.303.042	97.049	119.608	-22.559	-1,73	-0,10	23.792	24,52
10.001 a 20.000	3.084.045	207.343	266.931	-59.588	-1,93	-0,13	52.057	25,11
20.001 a 50.000	3.938.396	280.853	356.990	-76.137	-1,93	-0,12	71.203	25,35
50.001 a 100.000	2.441.343	203.698	203.431	267	0,01	0,00	42.767	21,00
100.001 a 200.000	769.369	58.496	57.417	1.079	0,14	0,01	12.529	21,42
200.001 ou +	2.043.288	193.883	142.980	50.903	2,49	0,15	25.417	13,11
TOTAL	14.181.318	1.087.636	1.200.714	-113.078	-0,80	-0,05	237.590	21,84

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Ao inserirmos as informações dos migrantes de retorno nos dados por agrupamentos de população, notamos características distintas entre os diversos agrupamentos de municípios caracterizando, o Semiárido Setentrional com uma maior heterogeneidade migratória, com espaços de atração, repulsão e rotatividade migratória e participação diferenciada no processo de retorno.

Em suas características mais gerais, o retorno migratório se distribui de forma muito semelhante entre os agrupamentos dos municípios, com a exceção do último agrupamento de municípios com uma população superior a 200.000 onde se observa uma taxa de retornados de 13,11 conforme consta na Tabela 10. Deste modo, os maiores centros urbanos no Semiárido Setentrional possuem uma menor participação na migração de retorno, atraindo uma maior quantidade de imigrantes diretos, enquanto os imigrantes de retorno são provenientes dos menores municípios.

Ao considerarmos as informações do retorno, os menores municípios com até 5.000 habitantes se destacam por possuírem uma taxa de retornados de 21,21, um pouco menor que

a média dos agrupamentos maiores. Com esta participação, os pequenos municípios do Semiárido Setentrional ainda evidenciam uma capacidade considerável em atrair fluxos migratórios, o IEM de -0,07 que apesar de ser uma taxa negativa, caracteriza-se mais como espaços de alta rotatividade migratória. Desta forma, os pequenos municípios do Semiárido Setentrional, com até 5.000 habitantes, ainda possuem uma capacidade de atração de população que não está atrelada aos processos de urbanização e reestruturação produtiva das maiores cidades na região.

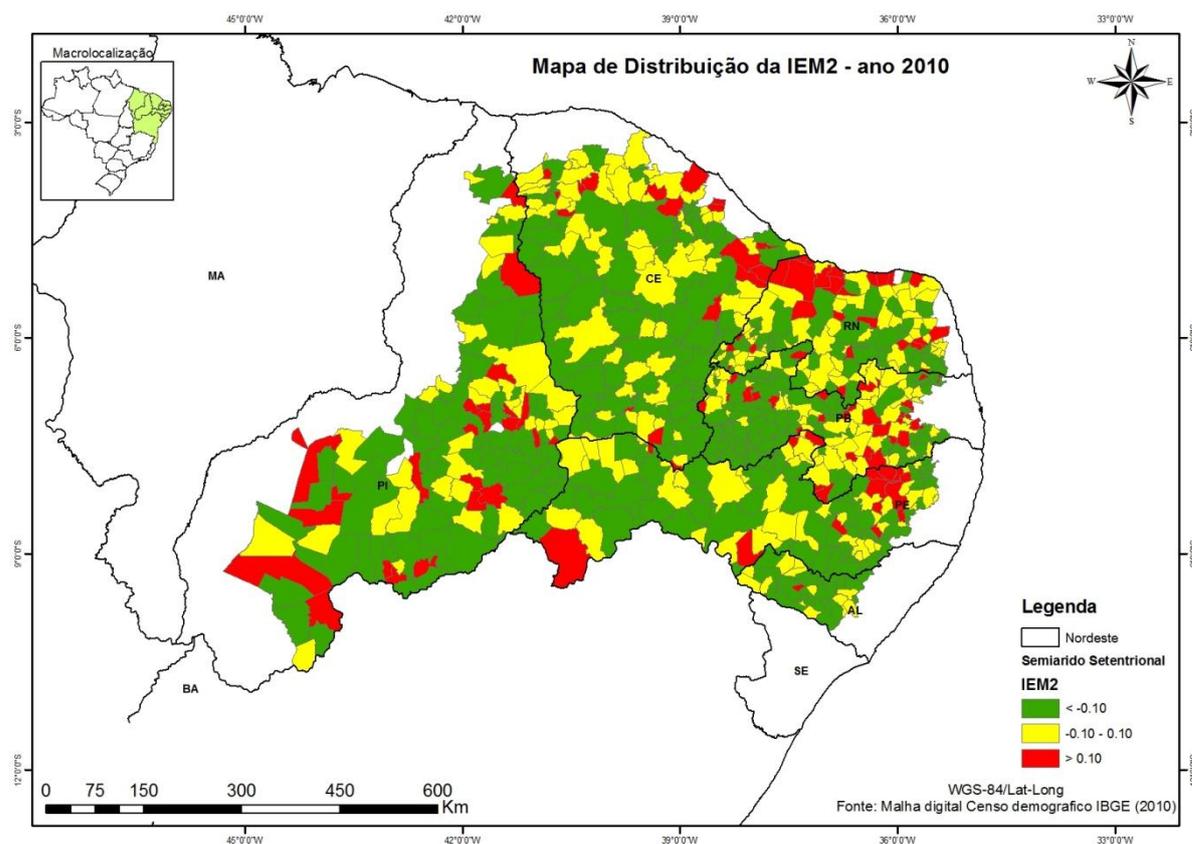
Os agrupamentos com 5.001 a 10.000 habitantes no município também deixam de ser considerados como espaços que expulsam população para espaços de alta rotatividade, com uma taxa negativa no seu IEM de -0,10, estando muito próxima a ser considerada uma área de expulsão populacional.

Ao considerarmos os agrupamentos com 10.000 habitantes ou mais, temos uma relação decrescente nos IEM. Neste grupo há uma relação entre a concentração de população e os processos de urbanização e de novas atividades econômicas que se concentram nas maiores cidades do Semiárido Setentrional. Os agrupamentos que compreendem os municípios entre 10.001 a 50.000 habitantes, que são os que possuem as maiores proporções de retornados de curto prazo, mantêm seus IEM com -0,13 e -0,12. Ou seja, ainda são espaços que não conseguem reter sua população.

Os dois agrupamentos que compreendem os municípios com populações entre 50.001 a 200.000 habitantes, que são cidades mais dinâmicas em seus contextos de produção social, possuem também uma taxa de retorno em cerca de 21,2, indicando uma representatividade alta de migrantes retornados. Desta forma seus IEM's são respectivamente 0 e 0,01, indicando que nesses municípios há uma alta rotatividade migratória, que diferente dos outros agrupamentos, possui maiores tendências em reter sua população.

O aglomerado dos municípios com mais de 200.000 habitantes, que compreendem sete municípios do Semiárido Setentrional são os que possuem a menor representatividade relacional de migrantes retornados, com uma Taxa de Retorno de 13,11. Contudo, a participação destes migrantes retornados resulta num IEM de 0,15, passando para uma área de absorção de população. Esta maior capacidade de atração populacional nos maiores municípios se deve a concentração de trabalho, serviços e meios de consumo mais diversificados no Semiárido Setentrional, indicando que o intenso processo de urbanização está ligado aos fluxos de migração direta na região.

FIGURA 10 –MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS ÍNDICES DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA COM IMIGRANTES DIRETOS, RETORNADOS E RETORNADOS DE CURTO PRAZO PARA O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL 2005/2010.



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

A Figura 10 evidencia que ao considerarmos as tipologias da migração de retorno, as áreas de expulsão de população, com IEM's inferior a -0,1 diminuem significativamente, apesar de continuarem a ser preponderantes no Semiárido Setentrional. As áreas de rotatividade migratória se tornam mais expressivas por todo o Semiárido Setentrional, se distribuindo por toda a hinterlândia. Os espaços com IEM's superior a 0,1 apesar de poucos, se tornam mais presentes e distribuídos por todo o Semiárido Setentrional. O mapa da Figura 10 permite visualizar que além dos espaços de expulsão da população, há também vários espaços de rotatividade migratória, que possui fluxos semelhantes de entradas e saídas de população, e espaços de imigração no próprio Semiárido Setentrional. Estes espaços com IEM superior a 0,1 com a exceção do Ceará, não está atrelado a fatores locais de proximidade com as RM's, mas a fatores urbanos específicos do Semiárido Setentrional.

Nesta análise, constatamos que os fluxos migratórios ocorrem de forma heterogênea no Semiárido Setentrional. Com processos de urbanização que tornam um pequeno grupo de

idades, as que possuem a maior quantidade de população, mais modernas e que possuem uma maior capacidade de atração populacional. Em contrapartida, os pequenos municípios, apesar de suas taxas negativas, se caracterizam com algo mais próxima a baixa repulsão ou rotatividade migratória. E um grande grupo de municípios intermediário a estes valores possuem uma característica de expulsão mais predominante.

A atração populacional das cidades com mais de 200.000 habitantes está ligada ao processo de urbanização do Semiárido Setentrional, como será mostrado mais adiante. No entanto, esta explicação não é cabível para explicar essa tendência de retenção nos menores municípios, os quais não compartilham deste modelo de desenvolvimento concentrador. E após essa consideração que os fluxos migratórios e os espaços da migração no Semiárido Setentrional são heterogêneos, destacamos a importância em se analisar os perfis de seletividade destes migrantes para analisarmos as heterogeneidades dos grupos de indivíduos, e assim, esclarecer os pontos obscuros nas análises anteriores.

4.5 AS DISTÂNCIAS DA MIGRAÇÃO: FLUXOS INTERREGIONAIS E INTRARREGIONAIS.

Os fluxos migratórios intrarregionais no semiárido Setentrional apresentam uma predominância pelas curtas distâncias, com grande expressão nas trocas populacionais intermunicipais e entre as UF's adjacentes. Dos 850.046 Imigrantes Diretos no Semiárido Setentrional, 801.601 são migrações internas que ocorrem entre os municípios do Semiárido Setentrional, ou seja, os fluxos migratórios que ocorrem entre os municípios da região correspondem a 94,3% das migrações com os municípios do Semiárido Setentrional quando contabilizados todos os municípios do Brasil.

Deste modo, o Semiárido Setentrional possui um contexto próprio para conhecermos os fluxos migratórios do Nordeste e do Brasil. Há uma dinâmica própria que atrai boa parte da população da região para cidades específicas do Semiárido Setentrional. Nessas migrações de curta distância as migrações internas no Semiárido Setentrional suscita o debate entre um conjunto de temas, sobre como a mobilidade está inserida nesse contexto de fragilidades ambientais e urbanização concentrada em alguns municípios que detém as funções e estruturas de produção mais desenvolvidas da região, e com contextos específicos de seletividade migratória.

As taxas negativas de migração são predominantes nos menores municípios do Semiárido Setentrional como já foi evidenciado nos capítulos anteriores. A população da região possui a tendência em se concentrar nas Cidades Médias do Semiárido Setentrional, contudo, ainda há uma expressão de pessoas estabelecendo residência nos municípios com menos de 5.000 habitantes.

Os fluxos migratórios no Semiárido Setentrional tendem a se concentrar em municípios específicos, que desempenham funções de produção urbana mais modernas, concentrando as atividades técnicas e possibilidades de trabalho nestes polos. Onde o modo de vida também permite uma capacidade de consumo diferenciada dos pequenos municípios e mais semelhantes com as RM's

Ainda no que se refere ao quadro nacional, o Semiárido Setentrional possui uma maior capacidade de atração da população da própria região, do total de 1.200.714 emigrantes, 339.113 emigrantes escolhem como local de destino outros municípios fora do Semiárido Setentrional. O arrefecimento nas taxas de migração negativas se deve, portanto a maior capacidade de atração da população local, mesmo considerando os fluxos para fora da região.

Destaca-se então o aumento da capacidade de retenção e atração da população sertaneja através de um processo próprio de redistribuição interna da população. Isto se torna mais claro quando observamos o total de imigrantes internos no Semiárido Setentrional que corresponde a 439.558 de acordo com o Censo Demográfico referente a 1995/2000. Em 2005/2010 os migrantes internos representavam 801.601, um aumento de 45,16% nos fluxos migratórios interno na região num intervalo de 10 anos.

O aumento expressivo no número de migrantes internos de data fixa entre os períodos 1995/2000 e 2005/2010 é uma especificidade que merece destaque na discussão. No mesmo momento em que os fluxos migratórios brasileiros estão diminuindo, invertendo uma tendência clássica no cenário das migrações brasileiras, o Semiárido Setentrional aumenta seus fluxos migratórios devido ao expressivo aumento de 45,16% em seus fluxos internos. Isto não somente evidencia que esse processo de redistribuição da população é específico para a região, como ele também possui tendências distintas dos fluxos migratórios nacionais. Reafirmando novamente que o recorte espacial citado possui uma dinâmica migratória própria, e de aumento na atração de fluxos migratórios de curta distância.

Os municípios do Semiárido Setentrional possuem uma relação dialética onde os maiores aglomerados populacionais recebem mais população, e os emigrantes são provenientes dos menores municípios com altas taxas de emigração ou dos centros urbanos do

Semiárido que possuem uma alta rotatividade migratória que migram em direção a estes centros urbanos menores.

Conhecendo o processo histórico que envolve a produção dos espaços da região Nordeste e do Semiárido Setentrional e os novos processos de atração de população em curta distância, bem como as características dos perfis seletivos, analisaremos o impacto que os fluxos migratórios trazem para estes municípios através de suas taxas de crescimento.

5. OS PERFIS DE SELETIVIDADE

Para compreendermos com maior profundidade os fluxos migratórios que envolvem o Semiárido Setentrional, é necessário analisar as distinções nos perfis de seletividade migratória para compreender as especificidades entre as tipologias de migração aqui citadas, e permitir uma compreensão entre a produção espacial da migração no Semiárido Setentrional e as características destes migrantes atrelados ao processo de reestruturação produtiva.

Para isto, analisaremos os seus diferenciais de sexo e idade que são características demográficas essenciais para conhecermos essas populações e os impactos que elas têm no local de destino no contexto de atração populacional do Semiárido Setentrional.

Serão analisados também nos perfis de seletividade as variáveis sobre educação e renda, a primeira por ser um indicador de uma melhoria de vida e maior capacidade de consumo, e o maior nível de instrução nos permite inferir sobre uma expectativa de renda maior no futuro. A variável sobre renda é o que nos permite inferir sobre o padrão de consumo e qualidade de vida destas populações na data de referência do Censo.

Como já foi apontado, estas informações são referentes ao período de 2010, e não no momento em que ocorreu a migração. Portanto, as informações são os resultados das condições do migrante em seus locais de destino na data de referência do Censo Demográfico em 2010. Considerando que estas informações são obtidas após a realização das etapas migratórias, os perfis de seletividade nos permitem relacionar as mudanças que as novas estruturas produtivas têm na atração dos migrantes para o Semiárido Setentrional, e identificar as distinções entre os imigrantes das cidades médias da região e os imigrantes das pequenas municipalidades.

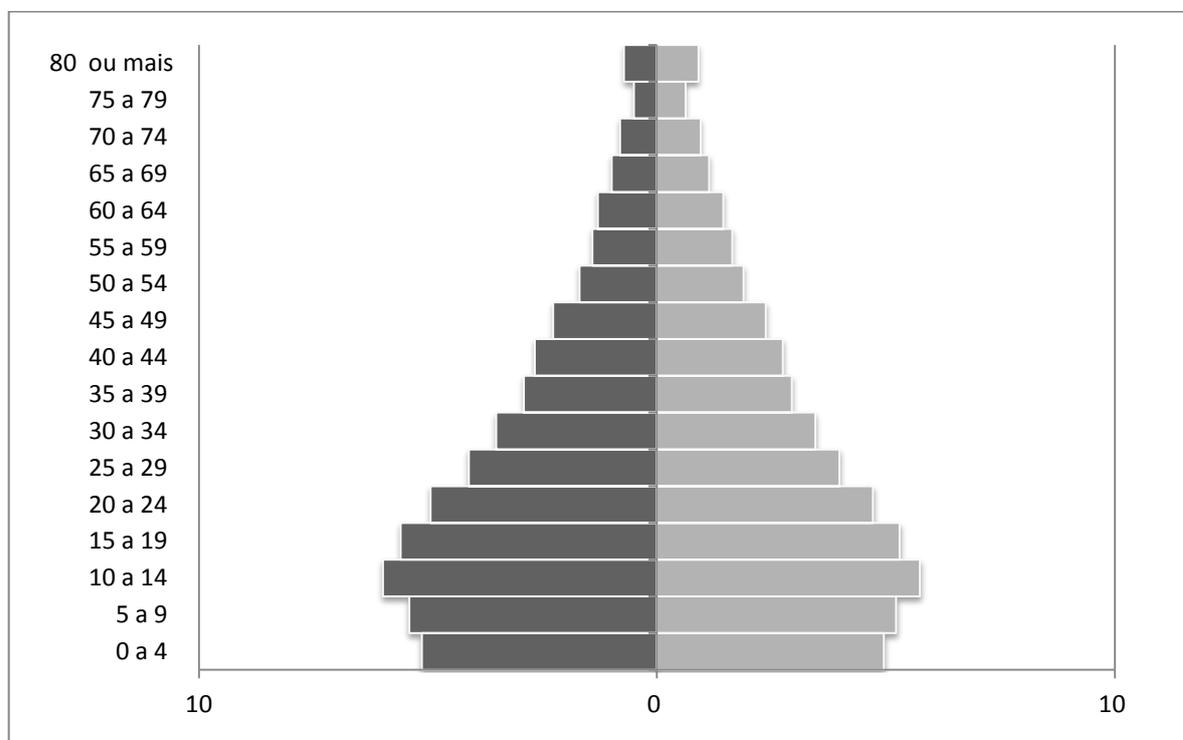
Para critérios de análise, será utilizada como comparação a população não migrante, que são os indivíduos que não possuem nenhum histórico de migração em suas vidas. Isto é, são os indivíduos que nasceram e sempre tiveram como residência o mesmo município.

5.1. COMPOSIÇÃO POR SEXO E IDADE

A composição por idade esperada para a população migrante seria uma estrutura concentrada nas idades ativas, com uma menor representatividade dos grupos etários mais jovens e idosos. Contudo, como observado nas Figuras 10 e 11, a população dos imigrantes, aqui representado pela soma dos imigrantes diretos e os migrantes retornados, a estrutura etária das duas pirâmides possui muitas semelhanças.

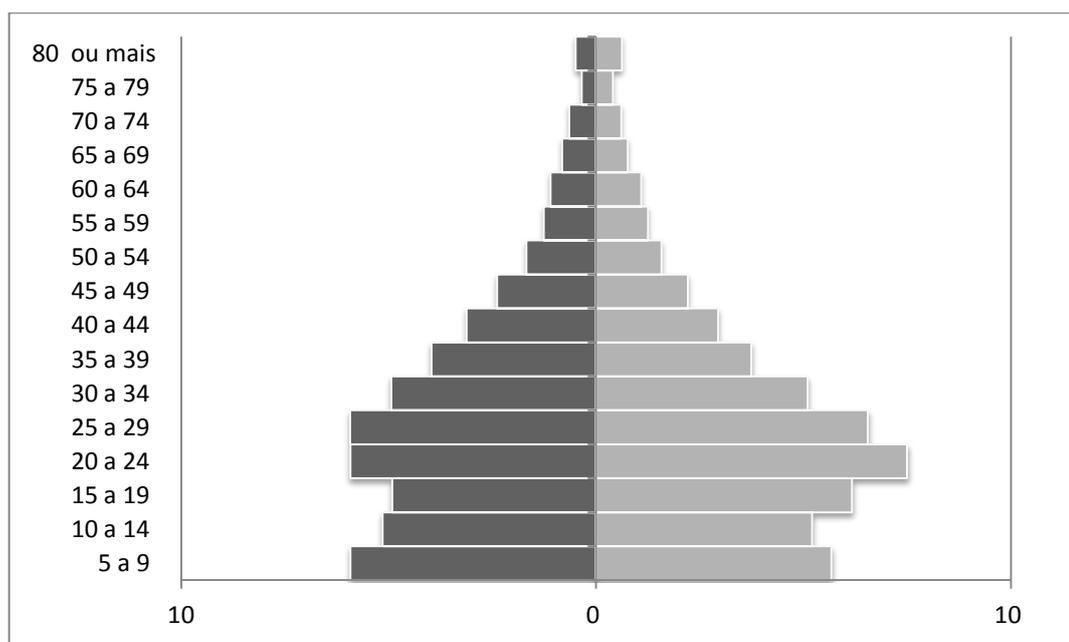
As pirâmides da população não migrante na Figura 10, apresenta características de uma população jovem, com maior representatividade da população em sua base e com um estreitamento nos grupos etários mais velhos. O estreitamento nos dois primeiros grupos etários é uma evidência da queda da fecundidade no Semiárido Setentrional, indicando o início do processo de envelhecimento de sua estrutura etária. De maneira geral, a estrutura etária da população não migrante se assemelha às tendências da estrutura etária da população brasileira.

FIGURA 10 – PIRÂMIDE ETÁRIA PARA A POPULAÇÃO NÃO MIGRANTE DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL – 2010.



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

FIGURA 11 – PIRÂMIDE ETÁRIA PARA O TOTAL DE IMIGRANTES DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL – 2005/2010.



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

A estrutura etária do total da população migrante, a soma dos imigrantes diretos e dos migrantes de retorno, mostra uma alta participação de migrantes nos três grupos etários mais jovens. Isto é uma característica incomum nos fluxos migratórios que indica uma expressiva participação de jovens e crianças nas migrações de seus pais ou dependentes. Os migrantes, por sua vez se concentram na idade ativa, nos grupos etários que compreende o intervalo entre 20 a 34 anos, que é a idade em que os indivíduos estão buscando novos trabalhos, melhoria em suas condições de vida através de sua especialização como força de trabalho, sendo muito importantes para atender às demandas do mercado de produção e consumo do Semiárido Setentrional.

A migração de idosos é pouco expressiva no Semiárido Setentrional, sua participação maior é de crianças, jovens e jovens adultos. Devido a esses espaços de produção que estão sendo criados na região. O Semiárido Setentrional está surgindo como uma possibilidade para estas famílias jovens se fixarem na região. Considerando também que há uma diminuição nos fluxos migratórios brasileiros, o Semiárido Setentrional pode estar surgindo como local de residência final destas famílias.

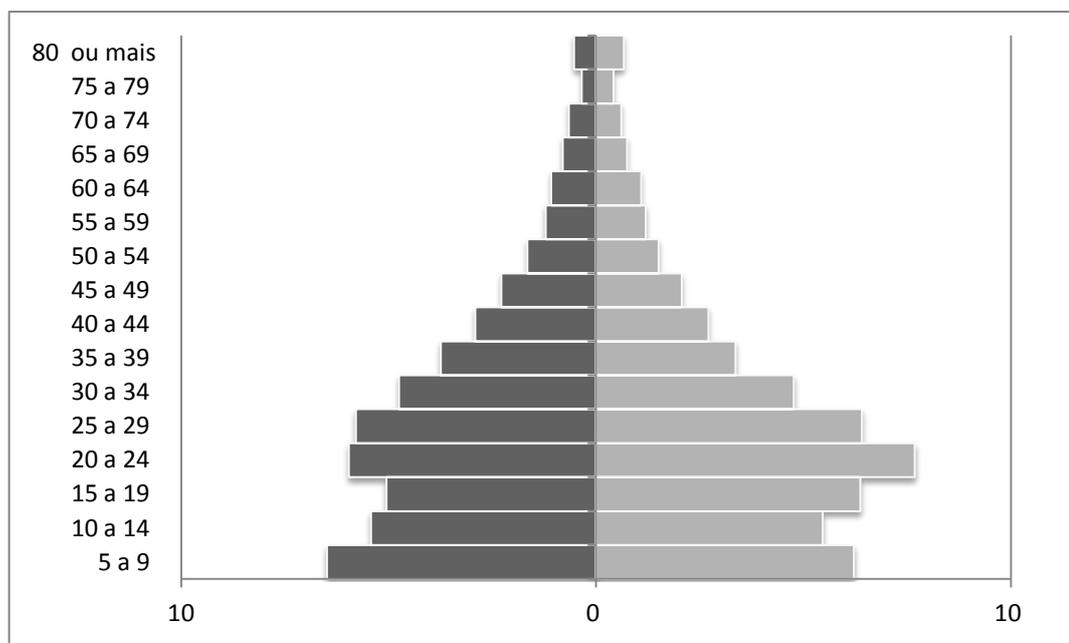
Ao separarmos as pirâmides etárias por tipologias dos migrantes, isto é, ao compararmos as estruturas etárias dos migrantes retornados e os migrantes diretos, há importantes distinções que caracterizam dois processos migratórios distintos ocorrendo no Semiárido Setentrional.

Como pode ser observado na Figura 12, os imigrantes diretos possuem uma estrutura etária mais semelhante com o total de imigrantes, Com uma maior concentração nos grupos etários que compreendem as idades entre 20 a 34 anos, uma expressiva participação dos grupos etários mais jovens e pequena participação dos grupos etários nas idades superiores. Os migrantes retornados possuem uma estrutura etária distinta dos migrantes diretos. Como pode ser observada na Figura 13, a participação dos grupos etários mais jovens entre os retornados é menos representativa que a dos migrantes diretos. Através desta pirâmide não podemos afirmar que estes migrantes têm menos filhos, pois eles podem ter deixado os seus dependentes no seu município de origem ao emigrar, sendo os laços com os possíveis filhos e demais redes familiares um dos motivos para o retorno migratório. Com isto, podemos observar que há uma menor participação dos grupos etários mais jovens que realizam a migração de retorno.

Ainda com base na pirâmide da Figura 13, apesar da maior parte dos migrantes retornados se concentrarem nos grupos etários que compreendem o intervalo entre as idades

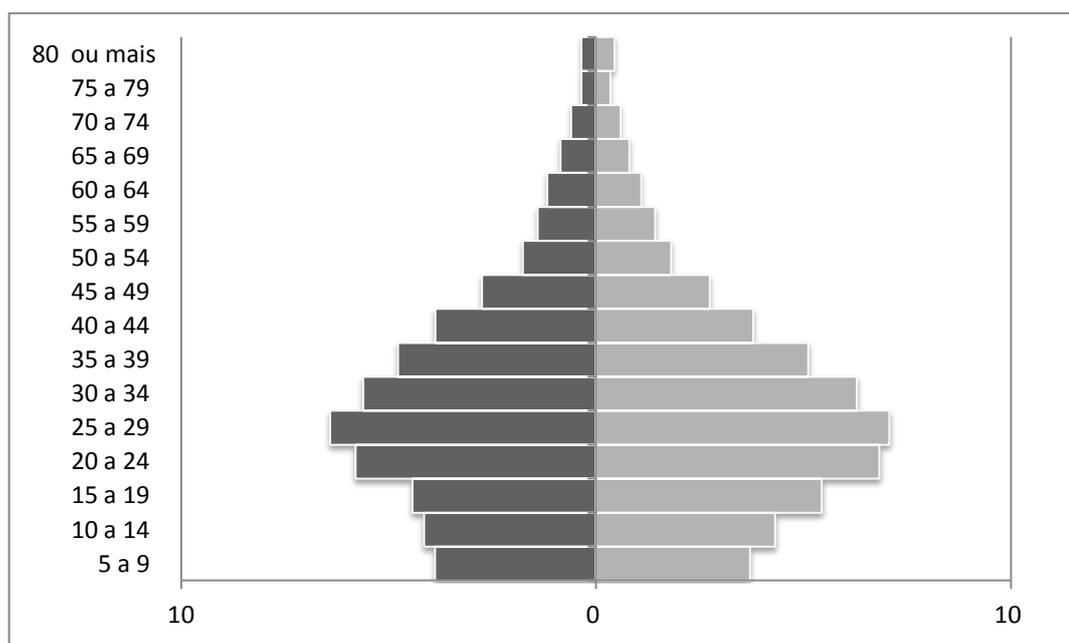
de 20 a 34 anos, a estrutura etária dos retornados possui uma distribuição com maior representatividade nos demais grupos de população em idade ativa e também nos grupos composto por idosos, com exceção do intervalo aberto com 80 ou mais anos de idade.

FIGURA 12- PIRÂMIDE ETÁRIA PARA OS IMIGRANTES DIRETOS DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL – 2005/2010



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

FIGURA 13- PIRÂMIDE ETÁRIA PARA OS IMIGRANTES RETORNADOS DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL – 2005/2010.



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Com isto, destaca-se um perfil distinto na estrutura etária dos migrantes de retorno no Semiárido Setentrional, o que sugere que estes grupos possuem dinâmicas demográficas distintas, e que esses diferenciais na estrutura etária são um componente importante para pensarmos as estratégias de vida dessa população e o contexto social no qual elas estão inseridas no processo de reestruturação produtiva do Semiárido Setentrional.

Como também pode ser observado na composição de sexos nas Figuras 10, 11, 12 e 13, cada tipologia também possui características específicas. Na Tabela 11 pode ser observado que a população Não Migrante do Semiárido Setentrional possui uma leve preponderância de mulheres, com uma Razão de Sexo de 99,59, uma razão maior que a da região Nordeste com 95,3 e do Brasil com 96,0, indicando assim uma proporção semelhante entre homens e mulheres que sempre tiveram o município de origem como local de residência.

TABELA 11 – Razão de Sexo por Tipologia de Migração e para o Nordeste 2005/2010.

	Razão de Sexo
Não Migrante	99,59
Imigrante Total	94,41
Imigrante Direto	94,83
Imigrante Retornado	92,94
Região Nordeste	95,3

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

O total de Imigrantes e os Imigrantes diretos apresentam valores semelhantes, com 94,41 e 94,83 respectivamente na Tabela 11. Isto nos mostra que nessas duas tipologias há uma maior participação de mulheres imigrantes no Semiárido Setentrional. Esta maior participação de mulheres estaria relacionada às novas oportunidades de trabalho numa indústria mais flexível e modernizada que se instalou na região, e que se utiliza da força de trabalho feminina. Esta participação se torna mais expressiva quando observamos a Razão de Sexo dos Imigrantes de Retorno com uma RS de 95,3 na Tabela 11, que mais provavelmente, são mulheres com menor fecundidade que realizam este tipo de etapa migratória.

Desta forma, a maior expressão da imigração feminina para o Semiárido Setentrional se dá por uma maior participação dos grupos etários mais jovens, sendo que os imigrantes diretos possuem uma maior participação de crianças e jovens em seus fluxos migratórios, e os

imigrantes retornados possuem uma menor participação de crianças e jovens, e também uma estrutura etária mais envelhecida que os migrantes diretos.

5.2. GRAU DE ESCOLARIDADE

A terceira característica de seletividade que merece destaque nos processos migratórios é o grau de escolaridade, o tempo de estudos que os indivíduos dispensaram se especializando e se aprimorando para se realizarem como força de trabalho. Assim, o diferente grau de estudo obtido pelas diferentes tipologias de imigrantes pode funcionar como um elemento articulador de diferentes fluxos migratórios, e evidenciar distinções entre a população que está chegando no Semiárido Setentrional e a que já está plenamente estabelecida e o capital social adquirido de forma diferenciada por estes grupos. E como estas estruturas de diferentes perfis se articulam com as novas estruturas de produção na região.

Conforme segue na Tabela 12, onde constam as informações sobre o nível de instrução para as populações com 15 anos de idade ou mais, a população do Semiárido Setentrional ainda possui um quadro precário em seus níveis educacionais, com 61,70% de sua população sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto. Do total da população da região apenas 17,96% possuem o ensino médio completo, e 3,80% possuem algum tipo de curso superior.

Considerando as condições da população geral do Semiárido Setentrional, observamos que os Não Migrantes, a população que não possui nenhuma experiência migratória, encontram-se com seus graus de escolaridade abaixo da média da região. A população sem instrução é de 61,80%, e os que possuem ensino superior completo é de 3,13%. Estando, portanto um pouco abaixo da média e caracterizando este grupo com maiores características de vulnerabilidade social.

O grau de escolaridade surge como uma característica importante para os imigrantes do Semiárido Setentrional tendo em vista que todos os migrantes possuem graus de escolaridade com maior qualidade que a população Não Migrante, ainda que sejam precários. A população sem instrução para o total de imigrantes é de 53,75%, consideravelmente menor que os 61,80% dos Não Migrantes, mas ainda representa um alto déficit educacional. O grau de escolaridade que se destaca nessa relação é a proporção da população com grau superior, que a população Não Migrante apresenta 3,13% e o Total de Imigrantes 5,67% com nível superior.

Os graus de escolaridade dos Imigrantes Diretos e dos Imigrantes de Retorno também apresentam especificidades, caracterizando que essas duas tipologias também possuem seletividades específicas. A população sem instrução se apresenta levemente menor para os Imigrantes Diretos com 53,55% e os Imigrantes Retornados com 54,38%. Essa mesma tendência se mantém com a categoria de Fundamental Completo e Médio Incompleto, com 18,14% para os Imigrantes Diretos e 19,71% para os Retornados.

Na categoria Médio Completo e Superior Incompleto há uma maior participação de Imigrantes Diretos com 22,34% e os Retornados com uma representatividade levemente menor de 21,04%. Para o nível Superior Completo a participação mais significativa dos Imigrantes Diretos torna-se evidente com 5,67% contra 4,53% dos Imigrantes Retornados.

Dessa forma, os Imigrantes Retornados representam uma força de trabalho menos especializada nos níveis de instrução mais elevados quando comparado aos graus de instrução dos Imigrantes Diretos. Este menor nível de instrução entre os Retornados pode ser uma evidência de um insucesso em suas etapas migratórias, contudo, ambos os grupos de imigrantes possuem níveis de instrução superiores a população Não Migrante no Semiárido Setentrional, indicando que a migração é um processo articulador da mobilidade social na região.

Dentro dos diferenciais das duas tipologias de imigrantes, os Imigrantes Diretos mostram-se com uma maior propensão a exercer funções que requerem uma mão de obra mais especializada, e os Retornados possuem uma maior participação numa hierarquia de trabalho que não requer uma mão de obra tão especializada.

Esta discussão dos diferenciais dos graus de escolaridade é importante para elaborarmos um diálogo sobre o perfil do imigrante no Semiárido Setentrional que é necessário para suprir a demanda das novas formas de produção que se desenvolvem regionalmente no recorte espacial estudado.

TABELA- 12 GRAU DE ESCOLARIDADE POR SEXO PARA O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL, NÃO MIGRANTES, TOTAL DE IMIGRANTES, IMIGRANTES DIRETOS E RETORNADOS A PARTIR DOS 15 ANOS DE IDADE 2010.

Tipologia	Nível de Instrução	Sexo			Proporção em %		
		Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Semiárido Setentrional	Sem Instrução/Fundamental Incompleto	3.333.515	3.039.334	6.372.849	32,27	29,42	61,70
	Fundamental completo e médio incompleto	769.524	900.417	1.669.941	7,45	8,72	16,17
	Médio completo e superior incompleto	766.100	1.089.443	1.855.543	7,42	10,55	17,96
	Superior completo	125.376	267.425	392.801	1,21	2,59	3,80
	Não determinado	16.723	21.323	38.046	0,16	0,21	0,37
	TOTAL		5.011.238	5.317.942	10.329.180	48,52	51,48
Não Migrante	Sem Instrução/Fundamental Incompleto	2.238.464	1.926.675	4.165.139	33,21	28,59	61,80
	Fundamental completo e médio incompleto	529.340	607.752	1.137.092	7,85	9,02	16,87
	Médio completo e superior incompleto	490.466	707.374	1.197.840	7,28	10,50	17,77
	Superior completo	59.021	152.169	211.190	0,88	2,26	3,13
	Não determinado	12.732	15.582	28.314	0,19	0,23	0,42
	TOTAL		3.330.023	3.409.552	6.739.575	49,41	50,59
Imigrante Total	Sem Instrução/Fundamental Incompleto	237.459	218.773	456.232	27,97	25,77	53,75
	Fundamental completo e médio incompleto	69.457	87.668	157.125	8,18	10,33	18,51
	Médio completo e superior incompleto	79.573	107.443	187.016	9,37	12,66	22,03
	Superior completo	20.235	25.589	45.824	2,38	3,01	5,40
	Não determinado	1.126	1.540	2.666	0,13	0,18	0,31
	TOTAL		407.850	441.013	848.863	48,05	51,95
Imigrante direto	Sem Instrução/Fundamental Incompleto	179.925	167.877	347.802	27,70	25,85	53,55
	Fundamental completo e médio incompleto	52.243	65.582	117.825	8,04	10,10	18,14
	Médio completo e superior incompleto	62.516	82.550	145.066	9,63	12,71	22,34
	Superior completo	16.978	19.816	36.794	2,61	3,05	5,67
	Não determinado	832	1.153	1.985	0,13	0,18	0,31
	TOTAL		312.494	336.978	649.472	48,12	51,88
Imigrantes Retornado	Sem Instrução/Fundamental Incompleto	57.534	50.896	108.430	28,85	25,53	54,38
	Fundamental compl. e médio incompleto	17.214	22.086	39.300	8,63	11,08	19,71
	Médio completo e superior incompleto	17.057	24.894	41.951	8,55	12,48	21,04
	Superior completo	3.257	5.773	9.030	1,63	2,90	4,53
	Não determinado	294	387	681	0,15	0,19	0,34
	TOTAL		95.356	104.036	199.392	47,82	52,18

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

5.3. RENDA

Após a análise da variável Grau de Escolaridade, verificaremos o perfil seletivo das populações migrantes de acordo com a renda. Apesar dos prováveis erros de declaração por omissão das informações por parte os entrevistados no Censo, a análise desses dados por agrupamentos de salários mínimos nos permitirá pensar os diferenciais por rendimento dos diversos grupos tratados nesta análise.

As informações mostradas na Tabela 13 são referentes a distribuição de salários mínimos para a população acima de 15 anos de idade, estão excluídos portanto as crianças e jovens que não possuem rendimento próprio.

A distribuição dos rendimentos para todas as tipologias de população analisadas seguem um mesmo padrão. Como fruto do processo de estagnação econômica e de intensa exploração do uso da terra, a desigualdade de renda é bastante evidente na população do Semiárido Setentrional. Para o conjunto de toda a região 30,71% ou 3.171.656 pessoas conforme consta na Tabela 13, não possuem rendimento algum, e 65,49% ou 6.764.877 pessoas possuem renda entre 1 a 3 salários mínimos para o mês de Julho no ano de 2010. Ficando evidente então a alta concentração de renda no Semiárido Setentrional que é um impedimento ao seu desenvolvimento social.

O que se destaca na Tabela 13 é que a população Não Migrante é quem apresenta as piores participações na proporção de salários. É consideravelmente maior a proporção de pessoas que não possuem rendimento com 34,21% de acordo com a Tabela 13, e nas demais distribuições também apresentam as menores participações nos salários mais elevados. Isto é mais uma evidência que a população que não possui histórico de migrações é a que se encontra com o menor acesso a educação, e conseqüentemente também a uma melhoria em sua renda. Por sua vez, as condições de maior pobreza é um impedimento para que eles realizem algum tipo de migração.

Os diferenciais de renda entre as populações de Imigrantes Diretos e Imigrantes Retornados são pouco evidentes. Os valores são muito próximos entre àqueles que recebem menores salários, e nos grupos de rendimentos mais altos há uma maior proporção nos Imigrantes Diretos. Indicando assim valores um pouco mais elevados para os indivíduos que migram em busca de trabalho nos municípios do Semiárido Setentrional.

TABELA – 13 RENDIMENTOS TOTAIS EM SALÁRIOS MÍNIMOS POR TIPOLOGIAS DE POPULAÇÃO PARA O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL 2010.

Salários Mínimos	Semiárido Setentrional		Não Migrantes		Total de Imigrantes		Imigrantes Diretos		Imigrantes Retornados	
	População 15 anos +	%	População 15 anos +	%	População 15 anos +	%	População 15 anos +	%	População 15 anos +	%
0	3.171.656	30,71	2.305.429	34,21	260.516	30,69	201.200	30,98	59.316	29,75
1 a 3	6.764.877	65,49	4.259.299	63,20	535.026	63,03	405.463	62,43	129.563	64,98
4 a 6	261.581	2,53	122.986	1,82	32.263	3,80	25.182	3,88	7.081	3,55
7 a 9	54.898	0,53	23.344	0,35	8.051	0,95	6.707	1,03	1.344	0,67
10 a 12	35.704	0,35	14.344	0,21	5.851	0,69	4.835	0,74	1.016	0,51
13 a 15	9.920	0,10	3.557	0,05	1.750	0,21	1.496	0,23	255	0,13
16 a 18	8.316	0,08	3.089	0,05	1.708	0,20	1.452	0,22	256	0,13
19 a 21	7.557	0,07	2.959	0,04	1.227	0,14	1.057	0,16	170	0,09
22 a 24	3.061	0,03	1.038	0,02	450	0,05	377	0,06	74	0,04
25 ou +	11.611	0,11	3.531	0,05	2.022	0,24	1.704	0,26	318	0,16
TOTAL	10.329.180	100,00	6.739.575	100,00	848.864	100,00	649.471	100,00	199.393	100,00

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

5.4. ESTADO E AS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Como uma das principais vertentes que influenciam os fluxos migratórios no Semiárido Setentrional, está a ação das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado em planejar, definir e executar projetos políticos, em suas mais diferentes esferas, que propiciem uma melhoria na qualidade de vida de sua população através da transferência de renda.

As políticas públicas de transferência de renda também são fatores que necessitam ser analisados, visto que esta nova renda possibilita a algumas pessoas a não se submeterem a trabalhos fora do seu local de residência habitual, visto que a exploração do trabalhador rural sempre esteve ligada aos baixos salários e a contextos de alta mobilidade espacial. E em contrapartida, um auxílio financeiro na renda do indivíduo pode permitir que essas populações elaborem projetos de migração que busquem alguma melhoria de vida em outros lugares.

No contexto nacional, o programa de transferência de renda direta que merece maior destaque é o Bolsa Família, que atende brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 reais mensais, conforme a lei 10.836/2004 e o decreto nº 5.209/2004. Deste modo, esse programa têm impactos expressivos no Semiárido Setentrional, que como já evidenciado, possui grandes desigualdades em sua distribuição de renda através da alta concentração da riqueza numa pequena parcela da população.

Com isto, faz-se importante verificar a participação dos beneficiários do PBF no Semiárido Setentrional para verificarmos a influência que essa renda possa ter ao estimular a migração, a retenção populacional e/ou o retorno migratório. Nos dados informados na Tabela 14, também estão inclusos os beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que visa retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos da exploração do trabalho infantil. Cabe destacar também que o repasse do PETI ocorre através do PBF, ambos sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social brasileiro.

Na Tabela 14 estão listados os beneficiários dos programas de transferência de renda. Para calcular as proporções foram consideradas apenas a população em condições aptas a receber o benefício de acordo com os critérios listados pelo MDS.

Na mesma Tabela podem ser observadas as proporções dos beneficiários, que para o nível do Brasil temos um total de 6,36% de beneficiários ao considerar toda a população do território nacional. Para a região Nordeste, há um total de 12,05% de beneficiários, quase o dobro da média nacional. Isto indica que ainda há uma maior carência de assistência para a população nordestina.

O Semiárido Setentrional apresenta uma proporção de beneficiários de 13,98%, um pouco acima da média do Nordeste e maior que o dobro da média nacional. Dentro do contexto de grande concentração de renda e baixos níveis de escolarização, o PBF possui mais beneficiários na região, que é consequência do maior número de pessoas carentes aptas a receber o benefício no Semiárido Setentrional. Ou seja, as recentes atividades econômicas que se desenvolvem na região não lograram êxito em reduzir as disparidades na proporção de beneficiários na região.

Esta evidência da maior participação de beneficiários nos programas de transferência de renda no Semiárido Setentrional é a justificativa para considerarmos o recebimento destes benefícios como uma característica de seletividade importante para as populações migrantes. E sua análise nos auxilia a compreender mais os fluxos de migração para os municípios do Semiárido Setentrional que não possuem participação no conjunto de municípios que passam pelo processo de reestruturação produtiva na região.

As proporções de beneficiários por tipologia de status migratório na Tabela 14 nos auxiliam a compreender os processos de imigração no Semiárido Setentrional sobre outras perspectivas. A população Não Migrante possui uma representação de 13,68% de beneficiários, um valor muito semelhante para a proporção de 13,98% para o total do Semiárido Setentrional. O acesso a esta renda como apoio ao sustento e desenvolvimento do núcleo familiar pode ser um dos motivos de estímulo a não emigração, ou seja, a maior retenção da população nos pequenos municípios.

A participação do total de Imigrantes, isto é, a soma dos Imigrantes Diretos e dos Imigrantes Retornados, indica ainda uma quantidade considerável de beneficiários de 13,37%. A participação de beneficiários dos programas de transferência de renda é muito semelhante ao restante da população do Semiárido Setentrional. No entanto, ao observarmos as proporções para os Imigrantes Diretos e os Imigrantes Retornados, temos 13,37% e 15,94% respectivamente.

A proporção levemente menor de beneficiários no grupo dos Imigrantes Diretos estaria ligada aos perfis de seletividade anteriores, apresentando melhores índices de educação e renda. Contudo, não se observa uma melhoria significativa na condição de beneficiários nos grupos imigrantes no contexto do Semiárido Setentrional.

Os Imigrantes Retornados apresentam características distintas com 15,94%, ainda na Tabela 14. Esta maior participação de beneficiários entre os Retornados é uma evidência que os programas de transferência de renda é um dos motivos que estimulam o retorno desta

população num curto espaço de tempo. Possivelmente as condições que não atendiam as expectativas destes migrantes no local de destino ou um insucesso em suas trajetórias migratórias, esta população resolve retornar ao seu município de origem pelas oportunidades que despontam no Semiárido Setentrional, e também pelo apoio destes programas de transferência de renda.

TABELA 14 – PROPORÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO PBF e PETI POR REGIÕES E POR TIPOLOGIAS DE IMIGRAÇÃO PARA O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL

	Categoria	População	Proporção em %
Brasil	Não Beneficiário	151.557.047	93,56
	Beneficiário	10.307.247	6,36
	Ignorado	117.004	0,07
	Total	161.981.299	100,00
Nordeste	Não Beneficiário	38.867.380	87,90
	Beneficiário	5.326.665	12,05
	Ignorado	22.994	0,05
	Total	44.217.039	100,00
S. Setentrional	Não Beneficiário	10.129.389	85,97
	Beneficiário	1.647.679	13,98
	Ignorado	4.859	0,04
	Total	11.781.927	100,00
Não Migrante	Não Beneficiário	6.823.972	86,28
	Beneficiário	1.082.248	13,68
	Ignorado	2.837	0,04
	Total	7.909.057	100,00
Imig Geral	Não Beneficiário	832.580	86,59
	Beneficiário	128.529	13,37
	Ignorado	412	0,04
	Total	961.522	100,00
Imig Direto	Não Beneficiário	648.196	87,36
	Beneficiário	93.529	12,60
	Ignorado	289	0,04
	Total	742.014	100,00
Retornados	Não Beneficiário	184.384	84,00
	Beneficiário	35.000	15,94
	Ignorado	123	0,06
	Total	219.508	100,00

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

A maior participação de beneficiários entre os Imigrantes Retornados é um dos elementos explicativos pelo qual os municípios com maior agrupamento populacional e maior desenvolvimento econômico possuem menores taxas de retornados, e os menores municípios,

economicamente menos dinâmicos, possuem uma capacidade de atração maior de imigrantes retornados. Esta tipologia de migrante é mais influenciada pelos programas de transferência de renda, dessa forma ao retornarem, elas imigram para os pequenos municípios que nasceram, conforme a Tabela 10. O PBF e o PETI são, portanto elementos que poderiam estimular a migração de retorno, o que poderia ser um dos elementos explicativos para compreender os volumes de retornados para os pequenos municípios sem atividades econômicas expressivas.

5.5. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PERFIS DE SELETIVIDADE

A população imigrante no Semiárido Setentrional apresenta características gerais da população da região. Possuem as características de baixa escolaridade e alta concentração de renda, que são o estigma do Semiárido como um todo. Contudo, as populações de imigrantes possuem algumas distinções.

A população imigrante possui uma estrutura etária mais envelhecida que a população Não Migrante, com ênfase a uma maior fecundidade encontrada nos Imigrantes Diretos com maior representatividade em suas pirâmides nos grupos etários mais jovens, em contrapartida a uma menor fecundidade detectada nos Imigrantes de Retorno, estes possuem uma estrutura etária um pouco mais envelhecida que os Imigrantes Diretos.

Como característica geral para os Imigrantes, observa-se uma participação de mulheres maior que a de homens. Sendo que a maior participação de mulheres imigrantes é encontrada no Retorno. Cabe destacar que apesar dos Imigrantes Diretos possuírem uma menor proporção de mulheres, são eles que possuem o maior número de filhos por mulher entre as populações migrantes.

Os diferenciais por grau de escolaridade também não possuem muita representatividade, com um leve destaque para a menor participação de pessoas sem instrução entre os Imigrantes Retornados. No entanto, as populações de imigrantes se destacam por possuírem melhores níveis de instrução que a população Não Migrante no Semiárido Setentrional, sendo um dos aspectos positivos da imigração na região.

Apesar do melhor grau de escolaridade dos Imigrantes Retornados, eles possuem melhores rendimentos observados nos trabalhos com menores salários. Os Imigrantes Diretos por sua vez possuem uma maior expressão nas classes de maiores rendimentos, apesar destas porcentagens representarem uma parcela muito pequena da população, esta participação de

Imigrantes Diretos com maiores salários estaria ligada a uma imigração de pessoas altamente qualificadas para exercer funções técnicas e/ou de comando nos novos centros econômicos do Semiárido Setentrional. Afirmado novamente que a maior parte da população é composta pela classe operária, com até três salários mínimos.

Mesmo com a maior escolarização, os Imigrantes Retornados possuem a maior proporção na população de beneficiários pelos programas de transferência de renda. Isto poderia representar uma etapa em suas trajetórias de vida onde o apoio destes programas seria um articulador para fomentar o retorno para o seu município de origem. Esta característica seletiva torna mais clara a maior participação de migrantes retornados nos menores municípios, os quais não possuem atividades de produção capazes de atrair migrantes. Sendo este um processo migratório que não estaria diretamente ligado aos processos de reestruturação produtiva no Semiárido Setentrional, mas uma relação entre as redes sociais e familiares que atuam em conjunto com as políticas públicas governamentais.

Conhecendo um pouco das características individuais destes grupos de imigrantes, atrelado a uma breve introdução sobre como essas características se relacionam com os fluxos migratórios no Semiárido Setentrional, analisaremos agora as distâncias percorridas nessas migrações na relação Imigrantes Interregionais e Imigrantes Intrarregionais para compreender a origem destes imigrantes no Semiárido Setentrional.

6. EFEITOS E ESPECIFICIDADES DA MIGRAÇÃO NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL.

Neste capítulo objetiva-se realizar uma leitura das possíveis consequências das evidências encontradas na pesquisa e seus possíveis efeitos para a população do Semiárido Setentrional, e também, esclarecer os pontos que relacionam os processos de reestruturação produtiva na região e os fluxos migratórios.

6.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL E MIGRAÇÃO NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL

Os princípios básicos da dinâmica demográfica são explicados de forma sintética através da equação de balanceamento da população:

$$P(x) = P(0) + B(x) - D(x) + I(x) - E(x)$$

Onde:

$P(x)$ = População Total num tempo x ;

$P(0)$ = População num tempo zero;

$B(x)$ = Nascimentos ocorridos num tempo x ;

$D(x)$ = Mortes ocorridas num tempo x ;

$I(x)$ = Número de Imigrantes num tempo x ;

$E(x)$ = Número de Emigrantes num tempo (x).

Nessa equação simples estão contidos os princípios básicos do crescimento populacional, onde soma-se a uma determinada população o número de nascimentos e imigrantes que chegam a esta população e subtraem-se as mortes ocorridas e os emigrantes, resultando assim o total da população de um determinado recorte geográfico.

Como já foi observado nas pirâmides etárias para o Semiárido Setentrional, a base de suas pirâmides encontram-se mais estreitas que os grupos etários intermediários. A menor participação dos grupos etários mais jovens é um indicativo da queda da fecundidade que é observada no Brasil também pode ser identificada no Semiárido Setentrional. Essa tendência de redução no número de nascimentos ressaltará a importância dos fluxos migratórios para o crescimento ou diminuição da população do Semiárido Setentrional.

Como foi observado também, as taxas de migração distribuem-se de forma desigual entre os agrupamentos de municípios por porte populacional, onde os menores municípios possuem taxas de migração negativas e os maiores municípios taxas de migração positivas ou de alta rotatividade migratória. Nessa relação, é importante analisar o crescimento destes municípios, uma vez que as funções de fecundidade tendem a diminuir, e se a emigração nestes pequenos municípios se manter, suas populações correm o risco de diminuir, ou em piores casos desaparecer.

Para verificar esta hipótese, calculamos as Taxas de Crescimento Geométrico anuais dos agrupamentos de municípios para verificar as tendências do crescimento populacional entre os períodos de 2000 e 2010 através da equação:

$$r = (P(x + 1)/P(x))^{1/n} - 1$$

Onde:

r = Taxa de Crescimento;

$P(x + 1)$ = População no final do período;

$P(x)$ = População no início do período;

$1/n$ = Intervalo Anual;

Através deste procedimento elaborou-se as TCG's para os agrupamentos de municípios do Semiárido Setentrional conforme consta na Tabela 15, onde observamos que os agrupamentos de municípios que possuem as maiores taxas de crescimento são os que possuem as maiores TLM's. Corrobora-se assim a importância dos fluxos migratórios para o crescimento populacional destes municípios.

Todos os agrupamentos de municípios no Semiárido Setentrional apresentam TCG's positivas, no entanto, alguns pequenos municípios já apresentam TCG's negativas. Devido a maior participação na imigração, os municípios com menos de 5.000 habitantes possui uma TCG de 0,50. Os agrupamentos seguintes também possuem baixas TCG's, com destaque para os municípios com maior população que chegam a 1,67 e 1,91.

A concentração de uma maior TCG nos municípios de maior porte é uma consequência do processo de concentração na reestruturação das funções econômicas e urbanas no Semiárido Setentrional que concentram os fluxos migratórios, que por sua vez são predominantemente de curta distância, com ênfase para as migrações intrarregionais, em direção a estas cidades médias.

Com isto estamos afirmando que as maiores TCG's nas cidades médias do Semiárido Setentrional se deve à saída de população destes pequenos municípios, que por sua vez, possuem baixas TGC's. Com isto, é importante fazer algumas considerações sobre as consequências deste baixo crescimento populacional para os pequenos municípios: i) a saída de população destes pequenos municípios ocorre nos grupos etários mais jovens e de pessoas em idade reprodutiva; ii) os fluxos de migração no Semiárido Setentrional é composto por uma maior proporção de mulheres; iii) a diminuição da fecundidade já é observada no Semiárido Setentrional.

Através destas reflexões, essa reestruturação econômica no Semiárido Setentrional causa repercussões demográficas para os pequenos municípios do seu entorno. Através desta concentração de população, mais especificamente de mulheres em idade reprodutiva nas cidades médias, atrelado ao processo de diminuição na fecundidade, espera-se um processo de envelhecimento mais acelerado nos municípios menores causados pela emigração deste perfil seletivo de emigrantes.

A maior saída de mulheres em idade reprodutiva destes municípios causará uma diminuição mais acentuada na fecundidade destes locais, e com o avanço do processo de envelhecimento, estes municípios correm o risco de terem populações compostas por pessoas mais idosas e com uma carência de força de trabalho local e de mulheres em idade reprodutiva. No contexto regional de maior vulnerabilidade social e ambiental do Semiárido, e a ausência de serviços de saúde nestes locais.

TABELA 15 – TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL POR AGRUPAMENTOS DE MUNICÍPIOS CONSIDERANDO APENAS A MIGRAÇÃO DIRETA PARA O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL 2005/2010.

Agrupamento	Pop 2000	Pop 2010	TLM	IEM	TCG %
0 a 5.000	572.697	601.835	-2,80	-0,19	0,50
5.001 a 10.000	1.249.026	1.303.042	-3,56	-0,24	0,42
10.001 a 20.000	2.890.646	3.084.045	-3,62	-0,26	0,65
20.001 a 50.000	3.638.327	3.938.396	-3,74	-0,26	0,80
50.001 a 100.000	2.159.363	2.441.343	-1,74	-0,12	1,23
100.001 a 200.000	651.936	769.369	-1,49	-0,11	1,67
200.001 ou +	1.690.422	2.043.288	1,25	0,08	1,91
TOTAL	12.852.418	14.181.318	-2,47	-0,17	0,98879

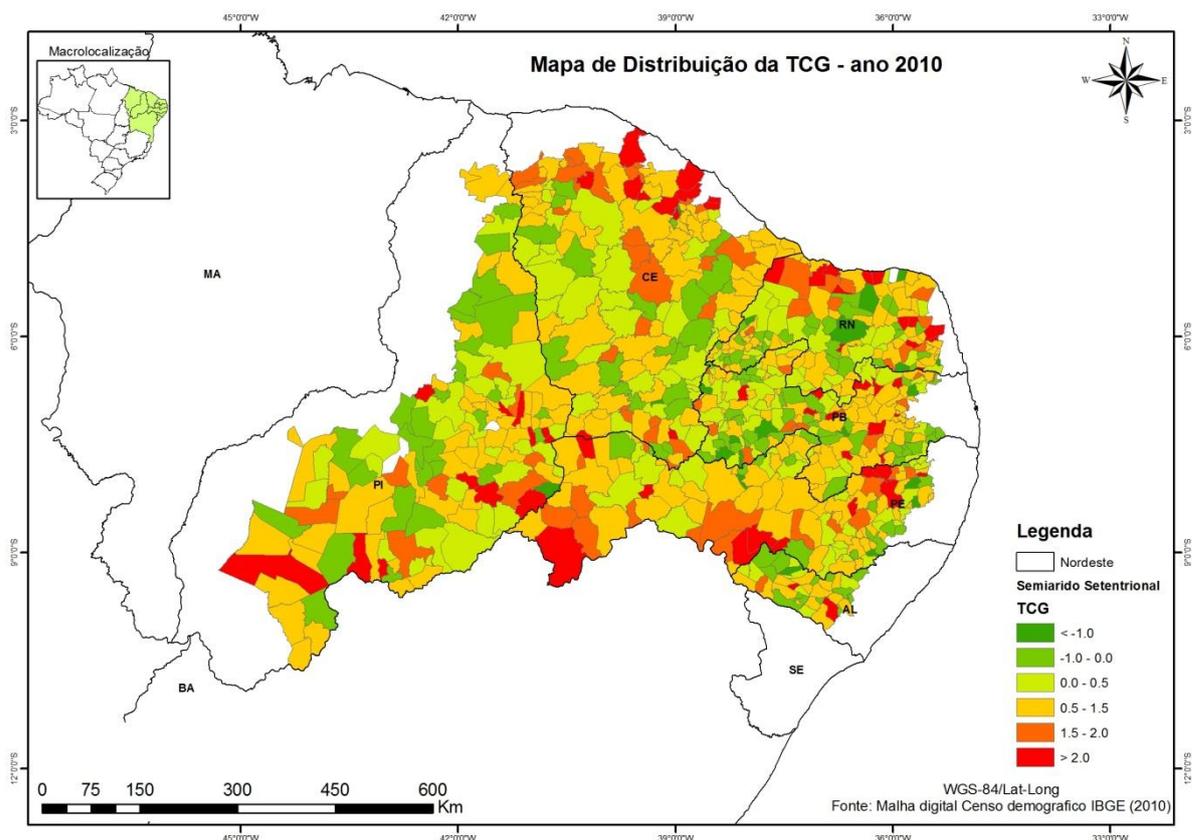
Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Com isto, estamos afirmando que a migração em curta distância em direção a estas cidades médias é uma tendência nos fluxos migratórios do Semiárido Setentrional, e que apesar das TCG's dos pequenos municípios ainda se apresentarem positivas, há uma forte tendência que essas taxas se tornem negativas num curto espaço de tempo. Tornam-se então necessárias políticas de desenvolvimento social que pensem o efeito da mudança da estrutura etária nesses pequenos municípios causado pela queda da fecundidade e pela intensa migração intrarregional.

A distribuição das TCG's na Figura 8 expõe de forma mais clara as diferenças no crescimento populacional no Semiárido Setentrional e as heterogeneidades dos pequenos municípios. Municípios com TCG's negativas são encontrados em todas as UF's. E há uma predominância por áreas de baixo crescimento, com TGC's entre 0,5 e 1,5. Os municípios com taxas superiores a 2,0 são poucos.

Esses diferenciais nas TCG's estão ligados a saída de população dos menores municípios e sua concentração nos maiores aglomerados populacionais no Semiárido Setentrional. Evidenciado através destes diferenciais nas TCG's.

FIGURA 8 – DISTRIBUIÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO POR MUNICÍPIO DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL – 2010.



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Os pequenos municípios necessitam de políticas de desenvolvimento que auxiliem a maior retenção de população nesta região através da flexibilização das formas de produção para níveis mais locais. Ou então, pensar a mobilidade populacional entre os municípios do Semiárido Setentrional, aqui se referindo aos indivíduos que residem num município e trabalham em outro município, como forma de promover o acesso aos benefícios da urbanização para uma maior quantidade de pessoas, numa perspectiva que preze pela redução das desigualdades. É necessário que estas reflexões ocorram de forma concatenada com as mudanças na estrutura etária causadas pela dinâmica demográfica, e mais especificamente, pela emigração.

6.2. FLUXOS DE MIGRAÇÃO E AS CIDADES MÉDIAS NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL

Através do processo de reestruturação produtiva e intensificação dos processos urbanos no Semiárido Setentrional, busca-se reconhecer os espaços de migração na região com as suas articulações de redes urbanas. Para reconhecer a influência que estas cidades médias possuem, utilizaremos a pesquisa de Regiões de Influência das Cidades – Regic 2007 e a Redes e Fluxos do Território: Gestão do Território – 2014, ambas elaboradas pelo IBGE. Daremos então ênfase nas Cidades Médias do Semiárido Setentrional, que são as cidades que possuem a maior capacidade de atração de população ou de polarização dos fluxos migratórios.

Os maiores centros urbanos nordestinos estão localizados no litoral e na zona da mata, enquanto na hinterlândia o processo de urbanização ocorre com um padrão menos denso e com redes urbanas de abrangência mais local. Dos 22 centros urbanos existentes no Nordeste, apenas 7 estão localizados em sua hinterlândia, sendo uma delas Teresina no Piauí (IBGE, 2014). Neste conjunto de cidades que polarizam as funções econômicas e produtivas, possuem uma maior concentração de equipamentos e serviços que impactam os demais municípios do Semiárido Setentrional destaca-se Campina Grande na Paraíba, Petrolina em Pernambuco, Juazeiro do Norte e Crato no Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte. Apesar de poucos centros deste porte, eles são tradicionais na região e exercem forte polarização de funções urbanas (IBGE, 2007).

Esses municípios citados no Semiárido Setentrional são os que concentram as maiores atividades urbanas, oferecem serviços, sistemas bancários, sistemas de atendimento à saúde e educação pública de melhor qualidade, acesso a bens e serviços mais “modernos”. Isto ocorre devido a essa maior articulação que essas Cidades Médias, aqui entendido como esses centros que agregam maiores funções, possuem com os maiores aglomerados urbanos do Nordeste e do Brasil. Ainda que estes centros urbanos no Semiárido Setentrional possuam limitações em suas redes urbanas e sua área de abrangência seja limitada, eles possuem extrema importância para o nível local, e principalmente, para os pequenos municípios do Semiárido Setentrional. Para isto, analisaremos os municípios citados como mais relevante de acordo com os critérios utilizados na Regic (IBGE, 2007).

TABELA 16 – Taxas de Migração para as Cidades Médias do Semiárido Setentrional
– 2010

Município	População	Imigrantes	Emigrantes	Saldo 1	TLM 1	IEM 1	TCG %	Retornados	Participação	Rel. de Retornados	Total Imig	Saldo 2	TLM 2	IEM 2
Campina Grande	385.213	18395	29188	-10793	-2,80	-0,23	0,81	5651	23,50		24046	-5142	-1,33	-0,10
Petrolina	293.962	35561	25742	9819	3,34	0,16	3,01	2922	7,59		38483	12741	4,33	0,20
Juazeiro do Norte	249.939	17941	18574	-633	-0,25	-0,02	1,65	3689	17,06		21630	3056	1,22	0,08
Crato	121.428	8016	9049	-1033	-0,85	-0,06	1,50	2389	22,96		10405	1356	1,12	0,07
Mossoró	259.815	19278	16172	3106	1,20	0,09	1,97	3534	15,49		22812	6640	2,56	0,17
TOTAL	1.310.357	99191	98725	466	0,04	0,00	1,97	18185	15,49		117376	18651	1,42	0,09

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Dos 5 municípios no Semiárido Setentrional citados pela Regic – 2007, 4 deles fazem parte dos aglomerados de municípios com mais de 200.000 habitantes, são eles: Juazeiro do Norte, Mossoró, Campina Grande e Petrolina. E do aglomerado de municípios com população de 100.001 a 200.000, apenas o Crato aparece como um centro urbano com influência regional. Com isto corroboramos a forte relação que há entre o processo de concentração de população e de urbanização ocorrendo no Semiárido Setentrional.

Estas Cidades Médias, por sua vez, são os espaços que influenciam as imigrações na região. Elas acompanham a tendência mais geral, onde nas TLM's 1 e IEM's 1, que são as taxas calculadas apenas para os Imigrantes Diretos, estas Cidades Médias apresentam características de alta rotatividade migratória, com a exceção de Campina Grande que se caracteriza como área expulsora com um IEM de -0,23 e Petrolina como um espaço de atração de população com um IEM de 0,16.

Ao contabilizarmos os efeitos do retorno migratório e dos migrantes de retorno de curto prazo nas TLM's 2 e IEM's 2, as Cidades Médias se caracterizam entre a alta

rotatividade e espaços de atração de população. Campina Grande passa para um IEM 2 de - 0,10 que fica entre a alta rotatividade e baixa expulsão, Petrolina e Mossoró como áreas de atração populacional com IEM's 2 de 0,20 e 0,17 respectivamente, e Juazeiro do Norte e Crato como áreas de alta rotatividade migratória com IEM's 2 de 0,08 e 0,07 respectivamente.

Cabe ressaltar também que as taxas negativas que ocorrem em Campina Grande, que é o centro urbano com o maior número de redes (IBGE, 2007) no Semiárido Setentrional poderia estar ligado a um processo de desconcentração urbana com os seus municípios vizinhos. Através do aumento da pendularidade, pessoas poderiam estar estabelecendo residência nos municípios vizinhos, o que justificaria os saldos negativos de migração, mas que ainda caberia ser chamado de área de atração populacional. Apesar de não perseguimos essa hipótese no desenvolvimento da pesquisa, cabe ressaltar essas complexidades que são desafios para tratarmos os fluxos migratórios no Brasil.

Essas Cidades Médias por serem centros urbanos que influenciam o modo de vida do Semiárido Setentrional, articula os fluxos migratórios em sua direção. Como já foi observado, esses centros urbanos possuem uma extensão de influência limitada, influenciando mais o seu contexto regional. E isso está articulado com a grande participação dos fluxos migratórios intrarregionais de curta distância. Analisando os principais locais de origem dos imigrantes destas cidades médias na Tabela 17, os quais não estão inclusos os migrantes de retorno, esses centros urbanos tendem a atrair de forma bastante expressiva os fluxos migratórios intraestaduais, e principalmente de imigrantes das suas respectivas RM's. Alguns municípios possuem alguns fluxos em maior volume com diferentes UF's, como Petrolina que recebe migrantes vindos da Bahia, especialmente de Juazeiro-BA, que estabelece fronteira com Petrolina. Mossoró também recebe migrantes vindos de Fortaleza, e Campina Grande também apresenta fluxos com Recife, capital de Pernambuco.

Com a exceção de Mossoró, há uma pequena participação de imigrantes vindos do município de São Paulo-SP, destacando novamente que nas informações da Tabela 17 não estão contabilizados os migrantes de retorno. Evidenciando uma maior articulação destas migrações de longa distância com os efeitos indiretos da migração de retorno para estas cidades com maior dinamismo econômico. Destaca-se também Campina Grande-PB que possui maiores articulações migratórias com os grandes centros urbanos do Nordeste e do Brasil.

Com isto, reafirma-se a hipótese que estas Cidades Médias, que são os espaços que tem um processo de reestruturação produtiva mais avançado no contexto do Semiárido

Setentrional, atraem os migrantes regionais para estes centros. Isto inclui migrantes dos municípios do Semiárido Setentrional, migrantes dos demais municípios da região Nordeste e suas RM's, e uma quantidade menor de fluxos de São Paulo, a maior metrópole brasileira.

TABELA 17- Origem dos Imigrantes Não Naturais para as Cidades Médias do Semiárido Setentrional – 2010.

Juazeiro do Norte-CE	
Município de Origem	População
Aurora-CE	523
Crato-CE	1154
Fortaleza-CE	1345
Missão Velha-CE	571
São Paulo-SP	551
Petrolina-PE	
Município de Origem	População
Afrânio-PE	678
Dormentes-PE	580
Lagoa Grande-PE	597
Ouricuri-PE	679
Recife-PE	1076
Salgueiro-PE	1064
Santa Maria da Boa Vista-PE	1130
Casa Nova-BA	675
Juazeiro-BA	1504
Salvador-BA	478
São Paulo-SP	788
Mossoró-RN	
Município de Origem	População
Fortaleza-CE	786
Açu-RN	461
Apodi-RN	509
Caraúbas-RN	514
Natal-RN	1522
Crato-CE	
Município de Origem	População
Fortaleza-CE	605
Juazeiro do Norte-CE	968
São Paulo-SP	434
Campina Grande-PB	
Município de Origem	População
João Pessoa-PB	1332
Recife-PE	672
Rio de Janeiro-RJ	790
São Paulo-SP	545

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

O foco desta pesquisa é a análise do Semiárido Setentrional como um espaço que atrai população, mostrando os espaços de atração e absorção de população através de migrações de

curta distância. Apesar das grandes saídas de população, também há espaços de alta imigração no Semiárido Setentrional. Contudo, é importante elaborar uma relação entre os locais de destino dos emigrantes destas Cidades Médias para observarmos também as tendências atuais na emigração destes municípios.

Como tendência geral, estas cidades perdem população predominantemente para a sua própria UF, sendo uma emigração em direção aos municípios que compõem a RM ou em direção aos maiores municípios da região. Há fluxos de emigração secundários em direção às demais UF's do Nordeste, e uma pequena expressão de emigrantes em direção a UF's de outras regiões, como emigrantes de Petrolina em direção ao Piauí e Goiás.

A emigração em direção ao Sudeste, mais especificamente em direção a São Paulo ainda é uma característica marcante na emigração das cidades médias do Semiárido Setentrional. Todos os municípios deste recorte possuem fluxos de emigração direta com a capital paulista, conforme a Tabela 18. Apesar dos fluxos intraestaduais serem predominantes, a emigração em direção ao Sudeste ainda é identificada no Semiárido Setentrional, ainda que em proporções menores. Campina Grande é a única cidade que possui fluxos de emigração expressivos em direção ao Rio de Janeiro, caracterizando que este município além de possuir uma maior abrangência em sua rede urbana no Semiárido Setentrional, também possui uma maior abrangência em seus fluxos migratórios.

Mais importante do que ressaltar a diminuição da emigração concomitante ao aumento das migrações de curta distância no Semiárido Setentrional, é considerar mudança no destino desses emigrantes. As emigrações de curta distância nestas Cidades Médias são trocas populacionais com os demais municípios de alta rotatividade, ou uma emigração em direção às RM's de suas UF's. No entanto, são emigrações a nível intermunicipal, o que no contexto nacional significa uma maior retenção da população na região Nordeste através de um aumento dos fluxos de imigração intrarregionais, e uma diminuição nos fluxos de emigração que tem como principal destino o próprio Nordeste.

Dessa forma, os destinos dos emigrantes das Cidades Médias se destacam pelos municípios do Semiárido Setentrional com maior porte populacional e as RM's de suas respectivas UF's. Mostrando ainda fluxos e menores em direção a São Paulo.

TABELA 18- PRINCIPAIS DESTINOS DOS EMIGRANTES DAS CIDADES
MÉDIAS DO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL – 2010.

Juazeiro do Norte	
Município de Destino	População
Ceara	11254
Paraíba	556
Pernambuco	1187
Bahia	583
São Paulo	2260
Petrolina	
Piauí	688
Ceara	974
Paraíba	790
Pernambuco	14525
Bahia	3639
São Paulo	2124
Goiás	568
Mossoró	
Ceará	983
Rio Grande do Norte	12164
Paraíba	560
São Paulo	798
Crato	
Ceara	5128
Pernambuco	576
São Paulo	1233
Campina Grande	
Ceara	541
Rio Grande do Norte	1293
Paraíba	17319
Pernambuco	2200
Bahia	524
Rio de Janeiro	2699
São Paulo	2490

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Os fluxos de emigrantes das Cidades Médias do Semiárido Setentrional têm como destino principal as RM's de suas respectivas UF's. Através do processo de reestruturação produtiva e maior dinamismo econômico e social em nível local, as emigrações de longa distância em direção ao Sudeste do país foram substituídas pelas migrações em curta distância, em direção às UF's vizinhas e suas RM's. Isto permite à população emigrante

estabelecer domicílio em lugares mais próximos ao seu local de origem e no próprio contexto regional no qual estão inseridos. Isto significa que os mecanismos que estimulam a emigração no Semiárido Setentrional não estão ligados a uma fuga das secas na região ou a características endógenas de pobreza regionais. Existem uma outra produção desigual que estimulam fluxos de emigração em direção às Cidades Médias do Semiárido Setentrional, e destas cidades, emigram em direção aos municípios adjacentes do próprio Nordeste, com destaque para as próprias Cidades Médias e as RM's do Nordeste.

Os principais destinos dos emigrantes das Cidades Médias é a UF do Ceará, com volumes mais expressivos em todos os municípios da Tabela 18. A mesma tendência pode ser observada, mas com menor expressividade nos destino dos emigrantes para Pernambuco. Estas duas UF's representam um importante contexto na reestruturação produtiva que as tornam um destino dos emigrantes do Semiárido Setentrional.

Além das emigrações em direção às RM's e especialmente às UF's de Pernambuco e Ceará, as emigrações em direção a UF de São Paulo aparece como importante destino da população emigrante do Semiárido Setentrional. Apesar destes fluxos não serem predominantes, ainda há uma importante tendência nas migrações em direção a São Paulo. Estes fluxos estão ligados a uma maior articulação das esferas de produção no Semiárido Setentrional com as demais redes de produção brasileiras, no caso, o principal centro urbano que é São Paulo.

Estes volumes de emigrantes em direção a São Paulo são observados em todas as Cidades Médias do Semiárido Setentrional. Campina Grande se destaca por ser a cidade que possui a maior estrutura de redes urbanas interconectadas com as demais cidades brasileiras (IBGE, 2007) e também possui volumes de emigração mais expressivos e diversos que as demais Cidades Médias do Semiárido Setentrional. O destino dos emigrantes de Campina Grande compreende volumes mais expressivos na migração interestadual e também com os destinos mais tradicionais como o Ceará e Pernambuco e também com fluxos em direção ao Rio Grande do Norte e a Bahia. Nas emigrações de longa distância, além do tradicional destino a São Paulo também são observados fluxos maiores de população em direção ao Rio de Janeiro. Essa maior interconectividade urbana de Campina Grande com os demais centros urbanos brasileiros possui um efeito singular no destino de seus fluxos de emigração, dotando de maior diversidade nos destinos das migrações de curtas e longas distâncias.

A mudança nos padrões das migrações que envolvem o Semiárido Setentrional e a região Nordeste vão mais além da discussão em se evidenciar os espaços de imigração na

região e sua nova dinâmica social com espaços de atração de população que tornam a expressão “expulsora de população” se tornar inapropriada ao se referir às trocas populacionais que envolvem o Semiárido Setentrional e suas heterogeneidades migratórias. Além dessas novas características de atração de população, a emigração também se alterou nesse novo contexto social. A população dos municípios que compõem o Semiárido Setentrional, ao emigrarem tem como destino os municípios do próprio Semiárido ou da região Nordeste, colaborando com a maior retenção de população no nível da região Nordeste. Através do retorno migratório e seus efeitos indiretos, concatenado com as mudanças nas formas de produzir e consumir dessas indústrias incentivadas pelo capital público e privado, a população do Semiárido Setentrional emigra em direção a esses novos polos de produção na região ou em direção aos centros urbanos no Nordeste.

Com isto, as Cidades Médias do Semiárido Setentrional se tornam polarizadoras dos fluxos de imigração e emigração na região. Na imigração por absorverem as populações do Semiárido Setentrional devido ao seu maior número de funções urbanas, e na emigração pela maior expressividade nas migrações intraestaduais e nas emigrações interregionais.

7. CONCLUSÕES

Podemos observar as heterogeneidades dos fluxos migratórios no Semiárido Setentrional, que apesar das mudanças ocorridas em sua estrutura de produção e de fluxos migratórios, ainda é uma região marcada pela desigualdade, mas num contexto distinto do antigo recorte espacial expulsor de população. Agora, através do processo de urbanização concentrada e mudanças na estrutura produtiva de alguns municípios na região, o Semiárido Setentrional possui áreas de atração de população em direção a estes centros urbanos sertanejos. Ainda que essas cidades médias não se enquadrem na ampla concepção do termo quando comparadas às demais cidades médias do Brasil, elas exercem uma forte influência em sua capacidade na oferta de emprego e serviços na região.

A parte das críticas que são feitas em relação ao modelo desenvolvimentista adotado no Nordeste por ser um modelo concentrador de riqueza e explorador de sua população, visto que uma das características que atraem essa nova indústria para a região é a oferta de uma força de trabalho barata, este modelo logrou sucesso na capacidade de retenção e atração migratória. As características duais do Nordeste com o litoral produtor de cana de açúcar e a hinterlândia com a prática da pecuária se alteraram. As relações de produção do Semiárido se

diversificaram em atividades industriais, no setor de serviços e em suas práticas agrícolas. Esse maior “sucesso” nestes ramos, mais recentemente, se deve a aplicação de técnicas mais modernas nos estágios produtivos, aumento no fluxo de transportes e as políticas públicas de incentivos fiscais. Isto representa uma diversidade muito grande no Semiárido, como a produção de vinícolas às margens do Rio São Francisco, produção e exportação de banana para países Europeus, polos tecnológicos em Sobral e festivais de inverno em suas regiões serranas.

Como observado na literatura, os fluxos de imigração são predominantes para os maiores centros urbanos na região, são migrantes que buscam uma melhora em suas condições de vida nas novas possibilidades de emprego que surgem com as indústrias no Semiárido Setentrional. Essas novas oportunidades de emprego geradas localmente tornam desnecessário a emigração para as regiões mais industrializadas do Brasil. As oportunidades no centro metropolitano de São Paulo estão limitadas, já que está passando por um processo de desconcentração e uma diminuição nos seus saldos migratórios, e paralelamente, surgem oportunidades de trabalho e de melhoria de vida em nível regional, propiciando assim a diminuição nos fluxos migratórios de longa distância e o aumento nos fluxos de curta distância no Semiárido Setentrional.

Com isto, o Nordeste e mais especificamente o Semiárido Setentrional, vem recuperando sua tendência histórica como uma área de atração de população e de dinamismo econômico. Ganhando maior importância no contexto regional e indicando que a região Nordeste possui processos de redistribuição da população próprios, e distintos das tendências nacionais, o que torna necessário a sua exploração com maior profundidade.

Nesta diversidade de fluxos migratórios que ocorrem no Semiárido Setentrional, mesmo considerando o processo de reestruturação da produção capitalista regional como um fator essencial para compreendermos os fluxos migratórios na região, destaca-se que nenhuma das teorias neoclássicas, estruturalistas e pós-estruturalistas citadas na pesquisa, sozinhas, dão conta de explicar os fluxos de migração no Semiárido Setentrional. Encontramos elementos da teoria neoclássica, da teoria estruturalista e pós-estruturalista, que se articulam, os quais buscamos evidenciar no decorrer da pesquisa ao citar a contribuição do retorno migratório para o Nordeste atrelado aos seus efeitos indiretos, a maior capacidade de atração populacional no Semiárido Setentrional com espaços de produção possuidores de funções urbanas que concentram os fluxos de imigração na região, e também os efeitos das políticas de Estado através dos programas de transferência de renda.

Destaca-se então a importância em se analisar as migrações atuais de uma maneira mais ampla. É necessário pensar a migração como um processo social atrelado as novas formas de produção desconcentradas do grande centro metropolitano e compreender como estes fluxos se distribuem com a diversificação da técnica e das atividades produtivas no território. Atrelado a isso está também a influência indireta do Estado nos fluxos migratórios ao implantar os programas de transferência de renda, que incentivam o retorno migratório e a maior retenção da população na própria região, e a implantação de Instituições de Ensino Superior na hinterlândia, tornando desnecessário também parte da emigração em direção aos centros urbanos com fins de estudo, e possibilitando um maior acesso a educação para a população em geral. Cabe destacar também a migração como um efeito demográfico onde os fluxos migratórios geram impactos na estrutura etária das populações de origem e destino, e os antigos fluxos de migração geram o retorno migratório. Sendo essa última característica extremamente forte no Nordeste. Através disto, observamos a necessidade de analisar as migrações no Semiárido Setentrional dentro desta perspectiva mais ampla, buscando compreender como as diversas abordagens teóricas podem dialogar entre si, a fim de compreender os fluxos migratórios em sua totalidade. E no caso da região em estudo, a presença dessa diversidade migratória é muito importante para compreendermos os fluxos e desenvolver a problemática que envolve os processos de redistribuição da população.

É destacado que essa nova reestruturação produtiva no Semiárido Setentrional constituiu novos espaços de imigração na região. Esses novos arranjos produtivos locacionalmente concentrados produzem cidades mais urbanizadas, mais densamente povoadas, que no contexto sertanejo, podemos chamar de Cidades Médias, sendo o volume populacional, assim como a alta imigração ou rotatividade migratória, quesitos ainda muito importantes para reconhecermos e identificarmos estas Cidades Médias no Semiárido Setentrional. Assim como as relações de produção urbanas ainda são elementos essenciais para compreender os fluxos migratórios, deixando claro que esses processos urbanos são muito distintos daqueles ocorridos no Brasil a partir da década de 40.

Desta forma, os fluxos migratórios no Nordeste nos auxiliam a compreender as tendências migratórias no Brasil. Os processos de desconcentração urbana no Sudeste concomitante ao processo de reestruturação na região Nordeste, propiciam uma diminuição nos saldos negativos nordestinos, e também, um estímulo ao retorno migratório. Este último associado às novas oportunidades de trabalho e as redes familiares que os retornados possuem com seus parentes e amigos no local de origem. Este retorno migratório associado aos seus

efeitos indiretos implica numa tendência do Nordeste em: i) maior capacidade de retenção de população (que acompanha a tendência nacional de diminuição das taxas de migração); ii) aumento nas taxas de retorno propriamente ditas, como não há mais pessoas emigrando em grandes volumes para o Sudeste, e o número de retornados é mais expressivo, diminui o efeito de causalidade cumulativa das emigrações nordestinas; iii) a participação dos efeitos indiretos estimulam a imigração de não naturais, pois estes estabelecem outras redes sociais, que posteriormente, influenciam a imigração de não naturais em direção ao Nordeste.

Este aumento do retorno migratório e a maior retenção da população implicam num estímulo às migrações na região Nordeste. Essa população ao invés de migrar para os grandes centros urbanos nacionais, escolhem como local de destino os próprios municípios do Nordeste, implicando em novas tendências e um maior fôlego nestas migrações de curtas distâncias. E apesar das Regiões Metropolitanas concentrarem boa parte da população nordestina e possuírem forte influência nos fluxos migratórios, identifica-se fluxos das RM's em direção aos municípios da hinterlândia, caracterizando estas cidades do interior como elementos importantes nas questões regionais para compreendermos as migrações, e não somente as RM's.

Nesta pesquisa demos ênfase no Semiárido Setentrional que é o recorte, que no imaginário social, teria as maiores taxas de migração negativas. Contudo, as características de uma região expulsora de sua população não são apropriadas para serem generalizadas neste recorte espacial. Ainda que seu saldo migratório seja negativo em relação ao país, devido a participação da migração de retorno e da migração de retorno de curto prazo, a região possui características gerais como de rotatividade migratória.

Os seus menores municípios possuem taxas negativas, com fluxos que vão, principalmente, em direção às Cidades Médias do Semiárido Setentrional. Isto implica em saldos negativos nos pequenos municípios e saldos positivos ou com rotatividade migratória nos municípios maiores. Isto implica em consequências graves para as menores municipalidades, muitas delas já possuem taxas de crescimento geométrica negativas, implicando numa futura diminuição das populações desses municípios e de um rápido envelhecimento em suas estruturas etárias. Isto teria consequências público-administrativas difíceis como as dificuldades em se encontrar pessoas em idade ativa para o trabalho, grande participação de fundos de pensão e de aposentadoria na renda destas pequenas cidades, e a necessidade em suprir a demanda por um sistema de saúde pública que possa atender a pessoas idosas, sistemas públicos de saúde que até o momento, inexitem nesses municípios.

Mesmo com a participação representativa da migração de retorno para estes pequenos municípios, sabemos que isto é um efeito temporário, e que as suas taxas de migração tendem a se tornar mais negativas.

Os espaços de imigração são as maiores cidades no Semiárido Setentrional que absorvem os fluxos migratórios, e também são os maiores centros de produção na região. Estas cidades por sua vez possuem uma menor participação da migração de retorno, sendo em sua maioria composto de fluxos de imigrantes diretos. A maior participação da migração de retorno nos pequenos municípios é um indício que o retorno está mais ligado a influência das redes sociais, e como a participação dos migrantes desta tipologia é mais representativa nos beneficiários dos programas de transferência de renda, estes programas sociais estão influenciando o retorno migratório para os locais de origem dessa população, o que poderia justificar a participação dos pequenos municípios no retorno migratório. Apesar de não possuírem dinamismo econômico, a população destes pequenos municípios possuem redes sociais com estes migrantes, que através dos benefícios sociais, os permite voltar para sua casa, ainda que num contexto de vulnerabilidade, no entanto, talvez em melhores condições que em seu local de destino.

Outra característica importante nos perfis de seletividade migratória é a pirâmide dos imigrantes diretos possuem mais jovens que os imigrantes retornados. A maior participação de jovens e crianças entre os imigrantes diretos indicam uma forte presença de migrações acompanhadas de núcleos familiares, enquanto os migrantes retornados são mais velhos e possuem menos filhos. No contexto geral também evidencia-se que a migração ainda é uma estratégia nas trajetórias de vida das populações do Semiárido Setentrional. Os que não possuem antecedentes migratórios são as pessoas que se observam os piores indicadores de qualidade de vida, menor grau de escolaridade, menores salários e uma participação no número de beneficiários dos programas de transferência de renda superior à média observada para a região Nordeste.

Com isto, a migração continua sendo uma estratégia para a melhoria de vida das populações sertanejas. No entanto, ao invés de terem como destino os centros urbanos do Sudeste, eles imigram em direção a outros municípios do Semiárido Setentrional. Apesar das informações sobre a seletividade migratória ainda esboçarem um quadro de desigualdades para a região, eles também indicam melhores graus de escolaridade e de renda para os Imigrantes Diretos, deixando mais claro que essas populações conseguem uma melhor qualidade de vida através da migração.

Deste modo, as migrações no Semiárido Setentrional se apresentam com uma forte expressão nas migrações de curta distância, mais especificamente as migrações intrarregionais que praticamente dobraram entre os interstícios de 1995/2000 e 2005/2010. Enquanto os fluxos migratórios nacionais tendem a diminuir, o Semiárido Setentrional apresenta um aumento expressivo em suas migrações no mesmo intervalo de tempo, corroborando que os seus processos migratórios são distintos das tendências nacionais, e se constitui num recorte espacial com uma dinâmica própria em seus fluxos migratórios.

Esses diferenciais de atração se dão, principalmente, mas não exclusivamente, para as Cidades Médias que concentram a maior parte desses imigrantes diretos, construindo áreas de atração de população no Semiárido Setentrional, que por sua vez, surgem como uma nova opção de destino para os migrantes nordestinos. Colaborando assim com a diminuição nos volumes migratórios a nível nacional e reconstruindo o Nordeste como uma área de absorção de população.

8. REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER. A. N. O domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileira. *Gemorfologia*, n. 43, p.1-3, 1974.
- AB'SÁBER. A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 13, n. 36, 1999.
- ABREU, M.A. A cidade da geografia no Brasil: Percursos, crises, superações. In: *Cidade: História e desafios*/Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- AMORIM FILHO, O. B. RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Minas Gerais, Brasil, 2002.
- ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- ARAÚJO, T. B. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.
- BAENINGER, R. Região, metrópole e interior: Espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil, 1980/1996. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 1999.
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, n. 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.
- BAENINGER, R. Fases e faces da migração em São Paulo: Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais - Nepo/Unicamp, 2012.
- BAENINGER, R. OJIMA, R. Novas territorialidades e a sociedade de risco: Evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. *Papeles de Población*, México, vol. 14, p.141-54, 2008.
- BAPTISTA, E. A. CAMPOS, J. RIGOTTI, J. I. Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. In: *XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Águas de Lindóia, ABEP, 2012.
- BARBIERI, A. F. DOMINGUES, E. QUEIROZ, B. L. RUIZ, R. M. RIGOTTI, J. I. CARVALHO, J. A. M. RESENDE, M. F. Climate Change and Population Migration in

Brazil's Northeast: Scenarios for 2025-2050. *Population and Environment*. Vol. 31, pp. 344-370, 2010.

BARBIERI, A. F. Mudanças climáticas, mobilidade populacional e cenários de vulnerabilidade para o Brasil. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, n. 36, pp. 95-112, jan./jun. 2011.

BECKER, O. Mobilidade espacial da população: Conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. (orgs.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização: Na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRITO, F. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Texto para discussão 366.

BRITO, F. CARVALHO, J.A.M. *As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes*. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 22, 2006.

BRITO, F. GARCIA, R. A. CARVALHO, J. A. M. *Migrações de curto prazo nas regiões metropolitanas: migrantes de etapa única, migrantes de retorno e migrantes de passagem – 1986-1991*. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, ABEP, 2002.

CALDWELL, J. C. *Demography and Social Science*. *Population Studies*, vol. 50, n.3, 1996.

CAMARANO, A. A. *Movimentos migratórios recentes na região nordeste*. In: Encontro Nacional sobre Migração, Curitiba, Anais, ABEP/IPARDES, 1998.

CAMPOS, M. B. BARBIERI, A. F. *Considerações teóricas sobre as migrações de idosos*. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, vol. 30, sup. P. S69-84, 2013.

CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, R. C. *As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010*. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/Cedeplar/Face/UFMG, Belo Horizonte, 2013.

CARVALHO, J. A. M. GARCIA, R. A. *Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes*

internacionais do período 1985/1990. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Cedeplar, Belo Horizonte, 2002.

CARVALHO, J. A. M. RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, vol. 15, n.2, 1998.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CASTRO, J. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COSTA, C. C. R. C. RIGOTTI, J. I. R. Movimentos migratórios para o estado da Bahia: Efeitos diretos e indiretos da migração de retorno, 1991-2000. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, ABEP, 2008.

CUNHA, J. M. P. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, n. 39, p. 29-50, jul./dez. 2012.

CUNHA, J. M. P. *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Ed. NEPO/Unicamp, 2011.

DOTA, E. M. Desigualdades e migração: Como elas se interrelacionam no momento atual? *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, vol. 2, n. 1, 2012.

FAZITO, D. Análise das redes sociais e migração: Dois aspectos fundamentais do “retorno”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25, N. 72, fevereiro/2010.

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, SP: M. Fontes, 2008.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUSCO, W. Regiões metropolitanas do Nordeste: Origens, destinos e retorno de migrantes. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, N. 39, p. 101 – 116, jul.dez./2012.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*; São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GMELCH, G. Return Migration. *Annual Review of Anthropology*. Vol. 9, p. 135-159, 1980.

GONZÁLEZ, E A. Dan mucho más de lo que reciben. Mujeres migrantes cuidadoras em flujos migratorios sur-norte y sur-sur: Expectativas, experiências y volaraciones. In: *Anais do XXXIX Encontro da Associação Latino Americana de Sociologia*, Chile, ALAS, 2013.

- HARRIS, J.R. TODARO, M.P. Migration, unemployment and development: A two-sector analysis. *American Economic Review*, LX 2, 1970.
- HARVEY, D. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- HARVEY, D. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HARVEY, D. Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Região de Influência de Cidades – 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Redes e Fluxos do Território: Gestão do Território – 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE.
- LEE, E.S. (1966). A Theory of Migration. *Demography*, vol. 3, No. 1, pp. 47-57.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo, SP: Centauro, 2009
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2008.
- MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: Retrospectiva e perspectivas para o fim do século. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 11, n. 1, 1994.
- MARTINS, J.S. A chegada do estranho. São Paulo, SP: Hucitec, 1993.
- MARTINS, J.S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: Não há terra para plantar neste verão. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 1986.
- MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2011.
- MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.
- MASSEY, D. S. ARANGO, J. HUGO, G. KOUAOUCI, A. PELLEGRINO, A. TAYLOR, J. E. Theories of international migration: A review and appraisal. *Population and Development Review*, Vol. 19, N.3, Sep. 1993.

MATOS, R. Percepção dos moradores e fatores de atração em cidades médias dinâmicas. *Mercator*, Ceará, vol. 12, n. 27, p. 39-55, jan./abr. 2013.

MINCER, J. Family migration decisions. *Journal of Political Economy*. Vol, 86, N. 5, pp. 749-773, 1978.

MONTAÑO, L. M. L. SARAY, G. D. H. Globalización, migración internacional y familia: Una lectura desde los estudios de familia. Panel apresentado no XXIX Encontro da Associação Latino Americana de Sociologia, Santiago, ALAS, 2013.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 111, p. 09-19, jul/dez, 2006.

NASCIMENTO, T. C. L. OJIMA, R. Entre as idas e vindas potiguares: desenvolvimento regional e migrações no contexto do Rio Grande do Norte. *Caderno de Estudos Sociais*, v. 27, p. 166-190, 2012.

NASCIMENTO, T.C. L. OJIMA, R. Contribuições teóricas para a análise dos efeitos indiretos da migração de retorno nos países subdesenvolvidos. In: VI Congresso de ALAP, 2014, Lima. *Anais do VI Congresso de ALAP*, 2014.

NASCIMENTO, T. C. L. OLIVEIRA, H. C. G. Demografia das migrações no Semiárido Setentrional: Análise das migrações intrarregionais no Semiárido Setentrional. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2014, São Pedro. *Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2014.

NASCIMENTO, T. C. L. OJIMA, R. Reflexões teóricas sobre as abordagens dos estudos migratórios no período recente: Uma análise das relações de produção à totalidade. In: XXIX Congresso ALAS Chile, 2013.

NASCIMENTO, T. C. L. OJIMA, R. Nos caminhos para o nordeste: Análise da migração de retorno no período recente. In: VIII Encontro Nacional sobre Migrações, Belo Horizonte, 2013.

OJIMA, R. MARANDOLA JR, E. O desenvolvimento sustentável como desafios para as cidades brasileiras. *Cadernos Adenauer*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad-Adenauer, v. 1, 2012.

OJIMA, R. As migrações recentes no Rio Grande do Norte: Notas sobre um estado “ganhador”. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, vol. 27, n. 1, pp. 147-154, 2012.

- OJIMA, R. MARANDOLA JR, E. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, 2012.
- OJIMA, R. Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. *Cadernos MetrÓpole*, São Paulo, vol. 15, n. 29, p. 35-54, jan./jun. 2013.
- OJIMA, R. NASCIMENTO, T.C.L. Nos caminhos para o nordeste: Reflexões sobre os impactos diretos e indiretos da migração de retorno no período recente. Mimeo.
- OJIMA, R. MARTINE, G. Resgates sobre população em ambiente: Breve análise da dinâmica demográfica e a urbanização nos biomas brasileiros. *Idéias*, Campinas, n.5, 2012.
- OJIMA, R. O estigma de morar longe da cidade: repensando o conceito sobre “cidades-dormitório” no Brasil. *Caderno MetrÓpoles*. São Paulo, v.12, n. 24, pp. 395-415, jul/dez 2010.
- OJIMA, R. COSTA, J. V. CALIXTA, R. K. Minha vida é andar por esse país...: A emigração recente no semiárido setentrional, políticas sociais e meio ambiente. *Revista Brasileira de Mobilidade Humana*. Brasília, Vol. 22, p. 149-167, 2014.
- OLIVEIRA, F. Crítica a razão dualista: O ornitorrinco. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, F. Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudente, nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.
- UNITED NATIONS. Manual VI: Methods of measuring internal migration. *Population Studies*, N. 47. Department of Economic Affairs. New York, 1970.
- PAIVA, P. T. A. WAJMANN, S. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionai*. São Paulo, vol. 22, n. 2 Jul/Dez, 2005.
- PEREIRA, A. Q. SILVA, M. N. F. O litoral nordestino e o imobiliário-turístico: Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. *GeoTextos*, Vol. 10, n. 1, jul, 2014.
- PERES, R. G. “O que importa é o que acontece com sua família”: Um diálogo entre família e migração. *Revista PerCursos*. Florianópolis, vol. 15, n. 28, 2014.
- QUEIROZ, S. N. BAENINGER, R. Migração de retorno: O caso recente das migrações cearenses. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, vol. 44. n. 4, 2013.

- RAMALHO, M. F. J. L. A fragilidade ambiental do nordeste brasileiro: O clima semiárido e as imprevisões das grandes estiagens. *Sociedade e Território*. Natal, Vol. 25, n. 2, Edição Especial, p. 104-115, jul./dez. 2013.
- RAMALHO, H. M. B. Migração interna no nordeste brasileiro: Caracterização e determinantes. In: *Anais do XI Encontro Regional de Economia*, Fortaleza, 2006.
- RAVENSTEIN, E.G. (1885). The Laws of Migration. *Journal of Statistical Society of London*, vol. 48, n. 2, pp. 167-235.
- RIBEIRO, J.T.L. CARVALHO, J.A.M. WONG, L.R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: *X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1996. ABEP, 1996.
- RIBEIRO, J.T.L. CARVALHO, J.A.M. WONG, L.R. Migração de retorno: algumas possibilidades de mensuração. In: *X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1996. ABEP, 1996.
- RIGOTTI, J. I. R. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 20, p. 237-254, 2006.
- RIGOTTI, J. I. R. Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários: Aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional / Cedeplar-UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- RIGOTTI, J. I. R. VASCONCELOS, I. R. P. Uma análise espacial dos fluxos populacionais brasileiros nos períodos 1986-1991 e 1995-2000. In: *IV Encontro Nacional sobre Migrações da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, ABEP, 2005.
- RIOS NETO, E. L. G. Passado, presente e futuro da fecundidade, uma visão de idade, período e coorte. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v. 17, n. ½, 2000.
- ROBISON, J. T. MOEN, P. A life course perspective on housing expectations and shifts in late midlife. *Research on Aging*, Vol. 22, N. 5, 2000.
- RODRIGUES, S. J. D. ALENCAR, F. A. G. Considerações sobre a apropriação do espaço maranhense pelo agronegócio da soja: A ideologia do desenvolvimento e a acumulação de terras na microrregião dos gerais de balsas. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, V. 31, n.1, p.27 – 40, jan./jun. 2011.
- SANTOS, L. C. O semi-árido setentrional: Subsídios ao planejamento do desenvolvimento sub-regional. Recife, 2003. 153 p. Dissertação. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

- SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.
- SILVA, J. B. Adeus SUDENE, que saudade de Celso Furtado! Mercator, Ceará, vol. 8, n. 17, set./dez. p. 25-32, 2009.
- SINGER, P. Economia política da urbanização. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1973.
- SINGER, P. Dinâmica populacional e desenvolvimento: O papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. São Paulo, SP: Ed. Hucitec, 1988.
- SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: J.Zahar, 1993.
- SOUCHAUD, S. FUSCO, W. População e ocupação do espaço: O papel das migrações no Brasil. Revista de Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 5-17, maio/ago 2012.
- TASCHNER, S. P. BÓGUS, L. M. M. Mobilidade espacial da população brasileira: Aspectos e tendências. Revista Brasileira de Estudos da População, Campinas, Vol. 3, n. 2, p. 87-132, jul./dez. 1986.
- VIDAL, F. B. Considerações em torno da validade atual da discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Desigualdades Regionais, Salvador: SEI, 2004.
- VITTE, A. C. Contribuições à história e à epistemologia da geografia. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Bertrand Brasil, 2007.
- WIGGENS, M. WINDZIO, M. de VALK, H. AYBEK, C. A life-course perspective on migration and integration. London, New York. Springer, 2011.
- WINGENS, M. WINDZIO, H. V. AYBEK, C. A life-course perspective on migration and integration. London, New York: Springer, 2011.
- WOOD, C. H. Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. International Migration Review. Vol. 16, N. 2, PP. 289-319, 1982.